Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
LEI ORDINÁRIA N° 457 de 11 de Julho de 2018
Súmula: Institui diárias para custeio de despesas com viagens empreendidas por vereadores e servidores e revoga a Lei Municipal nº 402/2016, dando outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1°. Ficam instituídas diárias para custeio de despesas realizadas com viagens para outras localidades fora da cidade de Alto Paraíso, limitadas a 3 (três) diárias mensais para viagens dentro do Estado do Paraná e 4 (quatro) diárias mensais para fora do Estado, empreendidas pelo Presidente, Vereadores e Servidores da Câmara Municipal, para tratarem de interesses do Poder Legislativo Municipal e/ou da comunidade de Alto Paraíso.
§1º. Os valores das diárias de que trata este artigo destinam-se a custear despesas com refeições e pernoites realizadas pelo beneficiário, cujos valores serão os seguintes:
a)Em localidades situadas entre 81 e 220 quilômetros do Município de origem: R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
b)Em localidades situadas acima de 221 quilômetros do Município de origem: R$ 500,00 (quinhentos reais);
c)Para a Capital Federal em Brasília: R$ 750,00 (setecentos e cinqüenta reais).
§2º. As viagens destinadas para realização de curso de aperfeiçoamento, cuja cidade se encontre em até 220 km (duzentos e cinquenta quilômetros) de distância do município de origem, sendo possível a ida no dia do início e a volta no dia do fim do curso, serão custeadas mediante concessão de diárias em quantidade suficiente pelo período de duração do curso.
Art. 2º. As viagens em que não ocorram pernoite serão custeadas como meio-diária, conforme valores discriminados a seguir:
a)Em localidades situadas acima de 200 quilômetros do Município de origem: R$ 125,00 (cento e vinte cinco reais).
§ Único: Em localidades situadas à distância de 81 até 200 quilômetros do Município de origem não serão custeadas, caso não necessitem pernoite.
Art. 3º. Os vereadores e Servidores do Poder Legislativo Municipal terão direito a no máximo 6 (seis) viagens durante o ano com o custeio por parte da Câmara Municipal de Alto Paraíso.
Art. 4º. As viagens para realização de cursos, cuja inscrição inclua as despesas de hospedagem e refeições, não serão indenizadas pela Câmara Municipal de Alto Paraíso.
Art. 5º. As viagens serão autorizadas por Ato da Mesa da Câmara Municipal, mediante solicitação e especificação detalhada do local, dia e razões do deslocamento.
Art. 6°. As despesas de locomoção serão reembolsadas mediante apresentação de recibo ou nota fiscal correspondente à despesa.
§ 1º: As passagens aéreas ou terrestres poderão ser pagas antecipadamente à viagem.
§ 2º: Nos recibos de taxi deverá constar obrigatoriamente o trecho percorrido.
§ 3º: Os documentos comprobatórios das despesas com locomoção deverão ser emitidos em nome da Câmara Municipal de Alto Paraíso.
§ 4º: Os demais documentos referentes a refeições, lanches e pernoites, etc., deverão estar emitidos em nome do beneficiário, apenas para fins de comprovação da viagem.
Art. 7°. Os documentos de que trata o Artigo 3°, comprobatórios da realização da viagem, deverão ser apresentados no Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas do retorno da viagem, sob pena do valor das diárias ser descontado diretamente na folha de pagamento do beneficiário.
§ único: A não apresentação dos documentos referidos no Artigo 3° desta Lei, implicará no débito, na conta do beneficiário, do valor das diárias recebidas.
Art. 8°. As despesas de viagens empreendidas por vereadores e servidores, para localidades fora do Município de Alto Paraíso, devidamente solicitadas, justificadas e autorizadas pela Mesa Diretora, serão reembolsadas pela Câmara Municipal à conta da dotação orçamentária: 310000.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais.
Art. 9°. O veículo de uso e guarda do Poder Legislativo Municipal, seja próprio ou cedido, somente poderão ser utilizados em horário fora do expediente normal, sábados, domingos e feriados, mediante prévia autorização da Mesa Diretora, com especificação do local e finalidade da sua utilização.
Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná aos 11 de julho de 2018.
Dejalma Gonçalves de Oliveira
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO N.° 84/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 62/2018 PARTES: Pref. Municipal de Cafezal do Sul e PAULO DE SOUZA GRANDE 4.129.299.590-04.
OBJETO: Contratação de empresa para manutenção e conservação de aparelhos de ar condicionados.
.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: DISPENSA Nº 13/2018 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
DESCRIÇÃO DA NATUREZADOTAÇÃO COMPLETANATUREZAFR VALOR RED. ORGÃO
Outros serviços de terceiros
- pessoa Jurídicca05.001.103011500.2.0223390390000356 3.481,25 296Saúde
Outros serviços de terceiros
- pessoa Jurídicca07.001.123611400.2.0113390390000104 1.949,50 135Educ., Cul e Esp.
Outros serviços de terceiros
- pessoa Jurídicca03.001.041221100.2.00333903900001000 2.088,80 17Administração
R$ 7.520,00 (sete mil quinhentos e vinte reais).
ASSINAM: MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA – Prefeitura e PAULO DE SOUZA GRANDE 4.129.299.590-04 Data: 09 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
PORTARIA N° 105/2018, DE 02 DE JULHO DE 2018
SÚMULA: DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA NOMEAÇÃO DA SERVIDORA ALMERINDA DE ALMEIDA SANTOS DOLMEN, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela legislação vigente e de conformidade com o Edital nº 10/2017, de 31 de março de 2017 – Abertura do Processo Seletivo Simplificado,
RESOLVE:
Art. 1º - PRORROGAR até 03 de julho de 2019, o prazo da Portaria n° 115/2017, de 29 de junho de 2017, que nomeou a Servidora ALMERINDA DE ALMEIDA SANTOS DOLMEN, inscrita na CI/RG sob n.º 8.881.611-0 SSP/PR e CPF sob nº 035.726.139-90, para o Cargo de Provimento Temporário de AGENTE DE ENDEMIAS, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o disposto no artigo anterior.
Art. 3º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de julho de 2018.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
DECRETO N° 164/2018, DE 10 DE JULHO DE 2018
SÚMULA: DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2018 – MODALIDADE DISPENSA Nº 14/2018.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA – PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, constituída pelo Decreto nº 001/2018, de 02 de janeiro de 2018,
DECRETA:
Art. 1º - A ratificação do ato da Presidente da Comissão de Licitação, que declarou dispensável a licitação, nestes termos:
-Processo de Licitação: nº 63/2018
-Modalidade Dispensa: nº 14/2018
-Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar capacitação pedagógica para os professores da rede municipal de ensino.
Art. 2º - Fica adjudicado o objeto a empresa: GAE- GRUPO DE APOIO EDUCACIONAL. perfazendo um montante de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 10 dias do mês de julho de 2018.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 071/2017, ID nº 1522, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E CLAUDIA ANDREIA PESSOTTO GOLFETTA VASQUES – PSICOLOGIA - ME.
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Av. Barão do Rio Branco, nº. 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº. 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. JOÃO JORGE SOSSAI, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado CLAUDIA ANDREIA PESSOTTO GOLFETTA VASQUES– PSICOLOGIA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 28.112.698/0001-56, estabelecida na Rua XV de Novembro, nº 486, na cidade de Douradina, Estado do Paraná, neste ato representada por CLAUDIA ANDREIA PESSOTTO GOLFETTA VASQUES, brasileira, empresária e psicóloga, portadora da Cédula de Identidade nº 7.128.826-9-SSP/PR, inscrita no C.P.F./M.F. nº 046.478.899-47, residente e domiciliada na rua XV de Novembro, nº 486, na cidade de Douradina, Estado do Paraná, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, para fim de Supressão de valor.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira do Contrato n° 071/2017, passa a vigorar com seguinte alteração:
Parágrafo Primeiro: Por meio do presente contrato, fica a Contratada habilitada para, havendo necessidade administrativa, prestar os seguintes serviços:
1)460 consultas/atendimentos na área de Psicologia
Cons 34PsicologiaConsulta e Atendimento (50 min.)R$ 30,00
CLÁUSULA SEGUNDA:A Contratada se compromete a, na forma e prazo estipulados pelo Contratante, efetuar a devolução do Valor de R$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) recebidos em desconformidade com os valores previstos no Edital de Chamamento Público n° 03/2017.
CLÁUSULA TERCEIRA:Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços n° 071/2017.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 04(quatro) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos vinte e novedias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito (29/06/2018).
MUNICÍPIO DE DOURADINA-PR
João Jorge Sossai_______________________________
CLAUDIA ANDREIA PESSOTTO GOLFETTA VASQUES – PSICOLOGIA – ME
Claudia Andreia Pessotto Golfetta Vasques
Testemunhas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 100/2017 – ID N.º 1568, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E J. C. QUINHONE ATACADISTA-EPP.
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Avenida Barão do Rio Branco, n.º 767, inscrito no CNPJ sob n.º 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. JOÃO JORGE SOSSAI, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado J. C. QUINHONE ATACADISTA-EPP, com sede Rua Natalina Giroto Spina nº. 2319, Jardim União, CEP. 87.508-160, em Umuarama, Estado do Paraná, CNPJ sob nº. 21.278.380/0001-09, Inscrição Estadual sob nº. 906.78148-40, representada neste ato pelo Senhor João Carlos Quinhone, brasileiro, portador da C.I.RG.sob n.º 10.027.470-1 SSP/PR e do CPF/MF sob nº. 074.242.339-55, residente e domiciliado na Rua Natalina Giroto Spina nº. 2319, Jardim União, CEP. 87.508-160, em Umuarama, Estado do Paraná, firmam o presente TERMO ADITIVO, para fins de alteração de valor de 25%.
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica acrescido ao valor contratado o montante de R$-16.645,99(dezesseis mil, seiscentos e quarenta cinco reais e noventa nove centavos), referente a 25%, dos Itens abaixo relacionados, mediante ao Processo Licitatório nº. 122/2017 Modalidade Pregão Presencial nº. 75/2017 de 30/11/2017 e homologado em 21/12/2017, alteração essa Fundamentada no artigo 65, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 8.666/93.
ItemObjeto/Descrição.QtdAditivoP.UnitárioPreço Total
1ESTOJO ESCOLAR: Confeccionado em tecido 100% poliéster tipo canoa na cor AZUL ROYAL, medindo 210 mm de comprimento por 70 mm de largura e 100 mm altura, acabamento em policloreto de vinila 4/11 coextrusado, com bordado do brasão do município.
800
200
R$-12,10
R$-2.420,00
2MOCHILA ESCOLAR GRANDE (FUNDAMENTAL 2 º ao 5 º ano):
475
118
R$-54,43
R$-6.422,74
3MOCHILA ESCOLAR PEQUENA (INFANTIL MATERNAL II, PRÉ II, PRÉ III E 1º ANO): LOGOTIPO – Logotipo (BRASÃO) do município deverá ser bordado nas cores do município. Normas ABNT NBR 15236 - Segurança do Artigo Escolar.
335
83
R$-51,83
R$-4.301,89
4PASTA ESCOLAR PEQUENA (INFANTIL BERÇARIO I, BERÇARIO II E MATERNAL I):290
72R$ 48,63
R$-3.501,36
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço originária.
E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 04(quatro) vias, para um só efeito legal.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos vinte cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito (25/06/2018).
_MUNICÍPIO DE DOURADINAJ. C. QUINHONE ATACADISTA-EPP
João Jorge Sossai João Carlos Quinhone
Testemunhas:

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 34/2018
Concede férias à servidora de provimento efetivo, e dá outras providências.
A Senhora Maria de Jesus Ornelas Valle, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama, Estado do Paraná no uso das suas legais atribuições, e tendo em vista a solicitação formulada pela servidora Silvana Vicente de Oliveira Bigunas,
RESOLVE:
Art. 1º. Ficam concedidas férias de trinta dias, a contar do dia 25 de julho de 2018, com a conversão de um terço em abono pecuniário, nos termos do Art. 92, § 1º da Lei Complementar nº 018/92, à servidora Silvana Vicente de Oliveira Bigunas, ocupante do cargo efetivo de Telefonista; férias essas relativas ao período aquisitivo de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, 11 de julho de 2018.
Maria de Jesus Ornelas Valle
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 015/2018
De 11 de julho de 2018.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADINA, IZABEL CRISTINA MARESI LOPES.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Resolve,
Art. 1º - Conceder férias à servidora da Câmara Municipal de Douradina de acordo com o disposto no Art. 91 da lei nº 021 de 06/11/1998 – Estatuto dos servidores como segue:
SERVIDOR (a)CARGOANO BASEPERÍODO DE GOZO
Izabel Cristina Maresi LopesZeladora2017/201816/07/2018 a 25/07/2018 (10 dias)

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADINA, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de julho do ano de 2018 (11/07/2018).
CLERIS MORAES OLIVEIRA
Presidente

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
AVISO DE ALTERAÇÃO E
DATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGAO PRESENCIAL Nº 054/2018
COMUNICAMOS que houve alteração na Anexo I e II - Termo de Referência e na data de abertura do Pregão Presencial nº 054/2018. Que tem por objeto AQUISIÇÃO DE 06(SEIS) BOMBAS DE INFUSÃO E 01(UM) ULTRASSOM, 03(TRES) BOMBAS A VÁCUO, 01(UM) CARDIOVERSOR, 01(UM) CARDIOTOCÓGRAFO, 03(TRES) GELADEIRAS 01(UM) EQUIPAMENTO DE OTOEMISSÃO PARA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO. Nova data de sessão pública: 30 DE JULHO DE 2018, às 09:00 (nove) horas (horário de Brasília). O edital completo poderá ser obtido na internet no sítio https://terraroxa.atende.net. Maiores informações poderão ser solicitadas no telefone (44) 3645 1122, ramal 222 em dias úteis das 07:30 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:00 horas.
Terra Roxa-PR, 11 de Julho de 2018.
Maria Janete Teixeira da Silva Nabão
Pregoeira

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 109/2018, MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2018
Tendo em vista a decisão proferida pela comissão permanente de licitações, designada através do Portaria nº 11510/2018
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Processo Licitatório 109/2018, Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2018, o participante:
38067 - ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO OESTE DO PARANA
ItemProdutoUnidadeMarcaQtdeValor UnitárioValor Total
1PALESTRA PROFESSORES (SEMANA PEDAGOGICA) SERVICOS1R$3.330,00R$3.330,00
Total do Fornecedor:R$3.330,00
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2018
A Prefeitura Municipal de Terra Roxa do Estado do Paraná, por meio da sua comissão permanente de licitações nomeada pela Portaria nº 11510/2018 vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 19/2018, Processo Administrativo nº 109/2018, que tem por objeto PALESTRA "A ALEGRIA DE SER EDUCADOR", REFERENTE A SEMANA PEDAGÓGICA - FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, QUE ACONTECERÁ NO DIA 25/07/2018, NO HORÁRIO DAS 07:30 ÀS 11:30, NA CASA DA CULTURA., o qual teve como vencedora a Empresa:
FornecedorItens Vencedores
38067 - ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO OESTE DO PARANA
Terra Roxa, 11 de julho de 2018.
PAULO CÉSAR FARIAS
Presidente da Comissão

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 113/2018, MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2018
Tendo em vista a decisão proferida pela comissão permanente de licitação, designada através do Portaria nº 11510/2018
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Processo Licitatório 113/2018, Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2018, o participante:
1221540 - SENAT SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE
ItemProdutoUnidadeMarcaQtdeValor UnitárioValor Total
1CURSO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE ESCOLARES COM 50 H/A, TURMA DE 25 ALUNOS, REALIZADO NA CIDADE DE TERRA ROXA/PRUNIDADE1R$7.000,00R$7.000,00
Total do Fornecedor:R$7.000,00
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2018
A Prefeitura Municipal de Terra Roxa do Estado do Paraná, por meio de sua comissão permanente de licitações nomeada pela Portaria nº 11510/2018 vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 22/2018, Processo Administrativo nº 113/2018, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE ESCOLARES COM CARGA HORÁRIA DE 50 H/A, EM TURMA DE ATÉ 25 ALUNOS, PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, o qual teve como vencedora a Empresa:
FornecedorItens Vencedores
1221540 - SENAT SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE
Terra Roxa, 11 de julho de 2018.
PAULO CÉSAR FARIAS
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO Nº 329/2018
Súmula: Nomeia os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico criado pela Lei Nº 021/2007.
O Prefeito do Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais; considerando a mudança de diversos membros das entidades representativas do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.
DECRETA:
Art. 1º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico fica constituído com os seguintes membros, em conformidade com a Lei Municipal 021/2007, Art.27.
PRESIDENTE: FRANCIELLE FARIAS CARVALHO
Representante da Secretaria da Indústria e Comércio
Francielle F. Carvalho Titular
Cristiane Peyerl Brabo Suplente
Representante da Associação comercial
Edson A. dos Santos Ttitular
Adilson Miotti Suplente
Representante da Procuradoria
Valdecir L. Bonfim Sutil Titular
Pricila Benante Borges Dias Suplente
Representante da Secretaria Municipal da Fazenda
Rosangela Regina Covre Carminatti Titular
Tania S. Pires Suplente
Representante da Secretaria Municipal Planejamento
Eliane Correia de Silva Titular
Lucas G. Conçeição Suplente
Representante da Secretaria da Agricultura
Edelcio Del Quiqui Titular
Hélio Carvalho Ribeiro Suplente
Representante do Sindicato Rural Patronal
Jair Fernandes de Lima Titular
Shoiti Yoshioka Suplente
Representante do Sindicato dos trabalhadores Rurais
Enezor Guarnieri Titular
Wellington Kogien Suplente
Representante da Loja Maçônica
José Rubens Gonzaga Titular
Roberto Reginaldo Cerqueira Leite. Suplente
Representante do Rotary Clube
Carlos Roberto Pereira. Titular
Luiz Roberto Matias. Suplente
Representante do Lions Clube
Osmar Francisco de Jesus. Titular
Edson Pinto de Abreu. Suplente
Representante da OAB
Luiz Fernando Cavalcanti Cabral Titular
Joao de Lurdes Braga. Suplente
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 170/2018.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 10 (DEZ) DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
PREFEITA MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 4.715/2018
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.449 de 22 de Dezembro de 2017.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Anulação de Dotação no corrente exercício financeiro de 2018, inclusão/alteração dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2018 e do Plano Plurianual de 2018 a 2021, no limite de R$ 23.004,00 (vinte e três mil e quatro reais), mediante a seguinte ordem classificatória:
08SECRETARIA EDUCACAO E ESPORTE
08.01DIVISAO DE EDUCACAO
12.361.0013.2.035MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.36.00.00344OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA23.004,00
FONTE:1035% Sobre Transferências Constitucionais - Exercício Corrente23.004,00
Art. 2º. Como recurso para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo utilizar-se-á da anulação integral ou parcial de dotações do orçamento do exercício corrente, como segue:
08SECRETARIA EDUCACAO E ESPORTE
08.01DIVISAO DE EDUCACAO
12.361.0013.2.035MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.32.00.00340MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUIÇÃO23.004,00
FONTE:1035% Sobre Transferencias Constitucionais - Exercicio Corrente23.004,00
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 11 dias do mês de Julho de 2018.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

Estado do Paraná
DECRETO N.º 4.716/2018
DATA: 11/07/2018
SÚMULA: Declara inservíveis edificações em madeira, que especifica.
O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais
DECRETA:
Art. 1.º Ficam declaradas inservíveis as edificações em madeira, pertencentes ao Município de Icaraíma, adiante identificadas, como segue:
LOTEDESCRIÇÃO DO BEMVALOR
1Edificação (galpão em madeira) localizada na Rua Monte Belo, 581 - Lote: 14 e 15 - Quadra 87, da planta oficial do município, numa área total aproximada de 245 m2.R$ 13.500,00
2Edificação (galpão em madeira) localizada no prolongamento da Rua Professora Edna de Andrade, s/n, esquina com a Avenida das Palmeiras - entre as Quadras 97 e 98 da planta oficial do município, numa área total aproximada de 71 m2.R$ 2.000,00
Art. 2.º Fica revogado, tornando sem efeitos o Decreto n.o 4.610 de 10 de maio de 2018.
Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 11 dias do mês de julho de 2018.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 032/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2018
TERMO DE RATIFICAÇÃO
O Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, CLAUDENIR GERVASONE, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso XVII do Art. 24 da Lei nº. 8.666/93 Autoriza a DISPENSA DE LICITAÇÃO, solicitada, ela Secretaria de Saúde, para Contratação de empresa detentora de exclusividade para fornecimento de peças originais e prestação de serviços para revisão de 70.000 Km do Veiculo Spin, patrimônio 8118, da Divisão de Vigilância em saúde, que esta dentro do limite de garantia da Fabrica, com a empresa: ÚVEL COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº. 03.047.652/0001-70, com sede na Rodovia PR 323, kM 305, CEP: 87.507-000, cidade de Umuarama - Paraná, no valor total de R$ 910,75 (novecentos e dez reais e setenta e cinco centavos).
Os recursos para a contração acima citada serão oriundos da Fonte:
06.002.103010006.2.034.3390.30 – Material de consumo.
06.003.103040006.2.034.3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Altônia, 13 de junho de 2018.
CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Prestação de Contas
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Poder: Executivo
Período de Referência: 07/2017 a 06/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art . 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) – EMPENHADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	Jul/2017	Ago/2017	Set/2017	Out/2017	Nov/2017	Dez/2017	Jan/2018	Fev/2018	Mar/2018	Abr/2018	Mai/2018	Jun/2018	TOTAL (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.774.607,51	3.729.063,15	3.773.303,00	3.473.666,61	6.824.765,10	4.903.991,78	3.765.385,04	4.032.678,00	4.125.591,93	3.488.459,25	3.884.265,63	3.721.975,83	49.497.752,83	381.929,39
Pessoal Ativo	3.700.943,41	3.571.596,80	3.368.903,63	3.306.975,34	6.675.129,80	4.555.940,42	3.503.485,05	3.516.075,01	3.759.189,98	3.742.384,17	3.833.036,34	3.646.101,81	47.179.761,76	200.402,99
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.075.726,19	2.947.460,32	2.747.278,40	2.682.249,37	5.423.503,41	3.828.236,35	2.892.089,36	2.863.550,69	3.098.238,41	3.088.793,77	3.179.428,75	3.009.980,28	38.836.535,30	200.402,99
Obrigações Patronais	625.217,22	624.136,48	621.625,23	624.725,97	1.251.626,39	727.704,07	611.395,69	652.524,32	660.951,57	653.590,40	653.607,59	636.121,53	8.343.226,46	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	73.664,10	73.664,10	73.664,10	73.664,10	147.328,20	73.664,10	75.874,02	75.874,02	75.874,02	75.874,02	75.874,02	75.874,02	970.892,82	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	66.167,96	66.167,96	66.167,96	66.167,96	132.335,92	66.167,96	68.153,00	68.153,00	68.153,00	68.153,00	68.153,00	68.153,00	872.093,72	0,00
Pensões	7.496,14	7.496,14	7.496,14	7.496,14	14.992,28	7.496,14	7.721,02	7.721,02	7.721,02	7.721,02	7.721,02	7.721,02	98.799,10	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	83.802,25	330.735,27	93.027,17	2.307,10	274.387,26	186.025,97	440.728,97	290.527,93	(329.798,94)	(24.644,73)	0,00	1.347.098,25	181.526,40
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	21.500,36	21.835,26	20.999,23	21.478,95	150.790,88	333.407,68	78.119,35	31.881,32	47.814,91	54.749,45	88.486,13	7.534,52	878.598,04	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	108.542,71	302.627,15	78.119,35	31.881,32	47.814,91	54.749,45	88.486,13	7.534,52	719.755,54	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	21.500,36	21.835,26	20.999,23	21.478,95	42.248,17	30.780,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.842,50	0,00
Pensionistas	937,02	937,02	937,02	937,02	1.874,04	937,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.559,14	0,00
IRRF	20.563,34	20.898,24	20.062,21	20.541,93	40.374,13	29.843,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152.283,36	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.753.107,15	3.707.227,89	3.752.303,77	3.452.187,66	6.673.974,22	4.570.584,10	3.687.265,69	4.000.796,68	4.077.777,02	3.433.709,80	3.795.779,50	3.714.441,31	48.619.154,79	381.929,39

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	102.285.870,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	2.316.688,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	99.969.182,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	48.619.154,79	48,63
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54,00%	53.983.358,28	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,30%	51.284.190,37	51,30
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	48.585.022,45	48,60

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às 18:39:32.
* Na coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS", nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
IPM Sistemas Ltda — Identificador: WPR2861101-016-WUHVU-268947456 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO — 10/07/2018 18:37

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO Nº 330/2018
SÚMULA - Constitui o Conselho Municipal de Saúde de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES, PREFEITA MUNICIPALINTERINA DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,
DECRETA:
Art. 1º - Fica constituído em conformidade com a Lei Municipal 013/2015, Art. 4º, o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE, com os seguintes integrantes:
Presidente: Cleicy Ferreira de Souza
Vice- Presidente: Marcilei Formicoli de Paula
1ª Secretária: Jucelina Aparecida dos Santos Dalri
2 ª Secretária: Selma Bezerra de Souza Almeida
Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
Henry Dhayron Vieira PrettiTitular
Pamela Danielle VendramettoSuplente
Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social
Selma Bezerra de Souza AlmeidaTitular
Andressa Rafaela Bandeira TavaresSuplente
Representante da Classe Médica
Eduardo Vinícius de Paiva BertacchiniTitular
Manuela Galves Malerba Suplente
Representantes da Classe Odontológica
Ister Calixto RibeiroTitular
Luis Roberto Menezes de SouzaSuplente
Representantes da Classe Farmacêutica e Bioquímica
Fabielly Regina TeoroTitular
Gislaine Correa Martins Suplente
Representantes da Classe de Enfermagem
Cleicy Ferreira de Souza Titular
Josiane FerrareziSuplente
Representantes de Laboratórios da Iniciativa Privada
Katiuce de Andrade Rodrigues Titular
Bruno Rafael de Almeida Suplente
Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
Neuza Correa Masse Titular
Ronaldo Aparecido CorreaSuplente
Representantes do Lions Clube
Ângela Maria Carvalho Ribeiro Titular
Marcilei Formicoli de PaulaSuplente
Representantes do Rotary Clube
Ivo Edson BernardeliTitular
Luiz dos Santos VarandasSuplente
Representantes das Igrejas
Marcio Gonçalves da Silva Titular
Lucia Helena Lopes Suplente
Representantes das Associações de Bairros
Manoel Célis Ferreira Titular
Maria da Penha dos Reis Suplente
Representantes da APAE da Iniciativa Privada
Marcia Regina Varandas Titular
Karina Gomes Rodrigues Suplente
Representantes do Sindicato Rural
Jair Fernandes de LimaTitular
Shoiti Yoshioka Suplente
Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
Parroana Kariny Medina NogueiraTitular
Gessica Mayana de Novais Suplente
Representantes da Associação Comercial
Andreia de Oliveira AndradeTitular
Oseias Pereira Dutra Suplente
Art 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 (ONZE) DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
Prefeita Municipal Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 645 /2018
INSTITUI A COMISSÃO DE GESTÃO DO
PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO.
DO MAGISTÉRIO E NOMEIA SEUS MEMBROS
A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no Art. 96 da Lei Complementar nº 006, de 31 de agosto de 2015,
R E S O L V E
Artigo 1º - Fica instituída de acordo com o que dispõe o art. 97, da Lei Complementar nº 006, de 31 de agosto de 2015, a Comissão de Gestão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, no Município de Cruzeiro do Oeste composta pelos seguintes membros:
- LUCINEIDE DE SOUSA BRITO
Dirigente da Educação Municipal
- FABIANA PEREIRA RODRIGUES
Representante do Conselho Municipal de Educação
- HAILTON SILVERIO
Representante do Conselho do FUNDEB
- ADRIANA MIASAKI FARINAZZO
Representante da Secretaria Municipal de Administração
- RICARDO GUSMÃO BRANDANI
Representante da Secretaria Municipal de Finanças
- PRICILA BENANTE BORGES DIAS
Representante da Procuradoria Jurídica
- LUCIANA DUARTE GUILHERME
Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
- FRANCIELE FERNANDES SILVÉRIO
- DALCI DE LIMA
- IDALINA FELIX BUSCARONS
- GRAZIELA CRISTINA DO AMARAL
- JULIANA CINTIA NUNES
- JULIANA DELBONE
06 (seis) Representantes do Magistério Público Municipal, escolhidos por seus pares.
Artigo 2º - A Comissão será presidida pelo (a) Dirigente Municipal de Educação.
Artigo 3º - Caberá à Comissão acompanhar e orientar a implantação e operacionalização do Plano.
Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, REVOGANDO-SE A Portaria nº 297/2018.
Cruzeiro do Oeste, 03 Julho de 2018.
Maria Helena Rodrigues Bertoco
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 363/2018
TAKETOSHI SAKURADA Prefeito do Município de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Anexo I da Lei nº 069, de 10 de janeiro de 2011, resolve
RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR o Cidadão ROBERLEI DA SILVA ARAUJO, portador do CPF nº 063.923.139-07, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE PLANEJAMENTO, com símbolo CC-13, conforme a Lei Municipal nº 069/2011, de 10 de janeiro de 2011, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 008/2014, de 10 de setembro de 2014, a partir de 01 de Julho de 2018.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE
Tuneiras do Oeste, 11 de Julho de 2018.
TAKETOSHI SAKURADA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO Nº 124/2018/TRIB/PMTO
Súmula: Disciplina o lançamento e formas de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Alvará (Taxa de Licenciamento para Localização e Funcionamento) e vigilância Sanitária do Exercício de 2018, da outras providências.
O Prefeito Municipal de Tuneiras do Oeste – PR, Sr. Taketoshi Sakurada, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e facultadas por Lei, e em conformidade com os artigos 257, 303 e 320, da Lei Complementar nº 084/2006.
DECRETA:
Art. 1º. Conforme preconiza o art. 257, parágrafo único da Lei Complementar nº 084/2006 de 29/12/2006, denominado Código Tributário Municipal, fica determinado os prazos e descontos para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano de 2018, conforme discriminado abaixo:
A)Parcela única (10% de desconto) 10/09/2018
B)1ª Parcela10/09/2018
C)2ª Parcela 10/10/2018
D)3ª Parcela 10/11/2018
Art. 2º. Conforme preconiza o Art. 303 e Art. 320 da Lei Complementar nº 084/2006 de 29/12/2006, denominado Código Tributário Municipal, fica determinado o prazo de 10/04/2018 para o pagamento da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, bem como para a taxa de Vigilância Sanitária do ano de 2018.
Art. 3º. Os pagamentos serão feitos por intermédios das instituições financeiras (Bancos e Casas Lotéricas).
Art. 4º. Caso o Contribuinte não efetuar o pagamento, será acrescido aos valores juros e correção monetária, sem prejuízo da multa, nos termos do Código Tributário Municipal, a partir de cada vencimento.
Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e, revoga em seu inteiro teor o decreto nº 118 de 17 de abril de 2018.
Edifício da Prefeitura Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de julho de 2018.
Taketoshi Sakurada
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão Presencial n° 148/2018
Tipo: Menor Preço
Regime de Contratação: Global
Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada no ramo de prestação de serviços de pintura em geral, com fornecimento de material, que serão empregados na manutenção das instalações físicas pertencentes aos próprios do Município de Guaíra - Paraná.
Data de Abertura: às 14h30min do dia 25 de julho de 2018.

Modalidade: Pregão Presencial n° 149/2018
Tipo: Menor Preço
Regime de Contratação: Por Lote
Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para execução de serviços de lavagem de veículos pesados que serão empregados na manutenção diária da frota municipal. EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.
Data de Abertura: às 08h30min do dia 26 de julho de 2018.

Os editais e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Processos Licitatórios. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.
Guaíra (PR), em 11 de julho de 2018.
Anildo Morais Peraçoli/Pregoeiro /Comissão Permanente de Licitações.

CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

Estado do Paraná
TERMO DE ADITIVO Nº. 001/2018 REFERENTE AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SOFTWARES E SERVIÇOS n.º 001/2017.
REF.: TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2017 – ABERTURA EM 05/05/2017
Pelo Presente TERMO DE ADITIVO a Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Monte Belo, 607 - centro, inscrito no CGC/MF n.º 77.930.386/0001-65, neste ato representado por seu Presidente, Sr. LEANDRO FERREIRA DE ANDRADE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Icaraíma - PR, no distrito de Vila Rica do Ivaí, avenida central quadra 13 lote 1, CEP: 87.534-000, inscrito no RG sob nº 10.438.477-3 S S P/PR, e no CPF sob nº. 065.060.529-29, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa ALTERNATIVA SOLUÇÕES EM SISTEMAS PÚBLICOS LTDA EPP, estabelecida à Rua Pioneiro Marcelino Girotto, n. 211, jardim Itália, CEP: 87.060-655 Município Maringá, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 08.833.630/0001-59, neste ato representado pela Sra. Giselly Daianny Figuereido de Carvalho, brasileira, Casada, Sócia Administradora, residente e domiciliada na Rua Sebastião Domingos Sabaini, nº. 368, jardim Itália, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP: 87.060-668, inscrita no RG sob nº 8.395.501-5, e no CPF sob nº 009.240.029-99, doravante denominado CONTRATADO e,
Considerando que, é de interesse da Administração Publica Municipal;
Considerando, a Anuência do Contratado;
Considerando o contrato nº. 001-2017 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E REAJUSTES:
(...)
"Parágrafo Primeiro.
O preço ofertado permanecerá fixo durante 12 (doze) meses e poderá ser corrigido se o serviço for renovado para períodos subsequentes, conforme índice inflacionário pelo INPC-IBGE."
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REAJUSTE
O preço do objeto ainda não executado correspondente 12 meses de contrato fica reajustado em R$ 312,93 (trezentos e doze reais e noventa e três centavos), passando a parcela mensal para o valor de R$ 1.506,08 (um mil quinhentos e seis reais e oito centavos) conforme estabelecido no contrato inicial e solicitado pela contratada, sendo:
1.1 - De 16/06/2018 a 16/06/2019: R$ 17.760,00 + 1,7620% = ...R$ 18.072,93
Valor sem reajuste = ...R$ -17.760,00
Valor total do reajuste = ……………………………..........……………..........…..R$ 312,93
1.2 - O percentual acumulado da inflação considerado no período de 16/06/2017 a 31/05/2018 é de 1,7620%, de acordo com o índice INPC do IBGE (Junho-2017 = -0,30%; Julho-2017 = 0,17%; Agosto-2017 = -0,03%; Setembro-2017 = -0,02%; Outubro-2017 = 0,37%; Novembro-2017 = 0,18%; Dezembro-2017 = 0,26%; Janeiro-2018 = 0,23%; Fevereiro-2018 = 0,18%; Março-2018 = 0,07%; Abril-2018 = 0,21%; Maio-2018 = 0,43%.).
CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS
2.1 - Este termo está respaldado no parecer favorável ao reajuste, emitido pelo procurador jurídico da Câmara Municipal de Icaraíma, Sr. Everaldo Beraldo.
2.2 - Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no contrato originário, naquilo que não conflitarem com as disposições expressas neste instrumento.
2.3 - E por estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.
Icaraíma - PR, 12 de Junho de 2018.
Contratante:
CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA – PR
Leandro Ferreira De Andrade
Representante Legal
Contratada:
ALTERNATIVA SOLUÇÕES EM SISTEMAS PÚBLICOS LTDA EPP
Giselly Daianny Figuereido de Carvalho
Sócia Administradora
Testemunhas:
_Nome: Luis Paulo de Paiva Sereia Nome: Angélica Cassia Gomes Antunes da Silva
CPF: 066.462.619-03 CPF: 059.966.089-95

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ICARAÍMA - PARANÁ

RESOLUÇÃO 12/2018
SÚMULA: Aprovar o Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo 2018-2027
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº 1.112/2015, de 19/03/2015, publicada no Diário Oficial, do Jornal Ilustrado do dia 10/04/2015, pág. 29, a Lei Municipal nº 1292/2016 de 15 de julho de 2016, publicada no Diário oficial, do jornal Umuarama Ilustrado no dia 16 de julho de 2016, página C6 e em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA nº 8.069 de 13 de julho de 1990 e ata nº 57/2018 de 06 de julho de 2018
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo para o período de 2018-2027.
Art. 2º- Os casos omissos a esta Resolução serão resolvidos pelo CMDCA.
Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Icaraíma, 11 de julho de 2018.
Ocineia Martins de Ângelo
Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 107/2018
MODALIDADE PREGÃO Nº 048/2018.
HOMOLOGADO ATRAVÉS DO DECRETO Nº DE 05 de julho de 2018
Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG n.º 1.489.320 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na Avenida Gralha Azul, 487, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: CARLOS ROBERTO ROCHA-ME, inscrito no CNPJ sob nº. 82.360.546/0002-07, neste ato representada pelo S.r. CARLOS ROBERTO ROCHA, portador (a) do RG nº 9386139, CPF nº. 279.378.529-68, residente, na cidade de ALTONIA, Estado do PR, resolve firmar o presente Contrato de Fornecimento para entrega do objeto da Licitação na Modalidade PREGÃO nº. 048/2018, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
OBJETO
O presente Contrato de Fornecimento tem por objeto a Contratação de empresa para fornecimento de equipamento de informática para uso da Secretaria de Saúde, a seguir descritos:
LoteQuant.Descrição
11,0Computador tipo, Notebook com processador de núcleo duplo, memória de 2GB RAM, DDR 2 667 MHZ, HD com capacidade mínima de 160 GB, leitor e gravador de DVD, Tela de 15,4 TFT W x Ga ou superior, placa de vídeo integrada, com no mínimo 04 entradas USB, Web Cam integrada e leitor de Cartão e Wireless
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente contrato de fornecimento é de natureza civil, não cabendo outra forma de interpretação, firmado com o amparo da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na licitação sob a modalidade PREGÃO nº 048/2018, vencido pela contratada. CARLOS ROBERTO ROCHA-ME.
DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa CARLOS ROBERTO ROCHA-ME e de R$ 2.740,00 (dois mil setecentos e quarenta reais).
VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência 2 (meses), com início em 10 de julho de 2018 e término em 10 de setembro de 2018, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.
DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Produtos, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os produtos, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: "Pregão Nº048/2018".
Os pagamentos serão efetuados Em até 15 (quinze) dias após a Homologação Assinatura do contrato e entrega tota, de acordo com o sub-item 16.1 do edital.
Para o recebimento dos produtos entregues o contratado deverá apresentar as seguintes certidões: Certidão Negativa do INSS demonstrando situação regular no cumprimenta dos encargos sociais instituídos por Lei e Certidão Negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei. CND Municipal, Estadual, Federal.
CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os produtos referentes aos lotes, desta licitação deverão ser entregues mediante solicitação do órgão responsável, em até 120 DIAS, no Município de Altônia – PR. A SECRETARIA DE SAUDE
Rejeitará no todo ou em parte os produtos que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no EditalA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte: 29 SECRETARIA DE SAUDE 1061234 Manutenção dos Serviços de Saúde 339030260000 MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO.
Altônia-PR., 10 de julho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

Estado do Paraná
EXTRATO CONTRATUAL PL 095/2017
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2018
PARTES: MUNICIPIO DE BRASILANDIA DO SUL
INSTITUTO FIP - CNPJ/MF nº 27.007.373/0001-40
OBJETO: contratação de instituição de ensino superior pública devidamente credenciada e licenciada perante o MEC ou instituição/entidade privada sem fins lucrativos vinculada a instituição de ensino superior pública ou privada, para a elaboração, aplicação e correção das provas escritas do Concurso Público nº 001 /2018, para provimento de cargos para diversas funções do Município de Brasilândia do Sul, conforme ANEXO I – Memorial Descritivo.
VALOR TOTAL: R$103.000,00 (CENTO E TRÊS MIL REAIS).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993 e alterações posteriores.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
PREFEITO MUNICIPAL
CAROLINE LARITA ZAGO UHDRE
INSTITUTO FIP - CNPJ/MF nº 27.007.373/0001-40
11/07/2018
Departamento de Licitações e Contratos
Brasilândia do Sul-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 2561/2018
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,
R E S O L V E:
CONCEDER Auxilio Doença a funcionária Publica Senhora ANGELA MARIA DE OLIVEIRA FERNANDES, portadora do RG nº. 5.104.783-4 SSP/PR, e sob o CPF nº. 287.478.258-04 nomeado pelo Decreto 595/2012 para o Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com base no atestado médico apresentado, a partir de 06 (seis) de julho de 2018, com encargos a serem suportados pelo município.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de julho do ano de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
COMUNICADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2018
O Pregoeiro do Município de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, COMUNICA a todos os interessados que retificou o Edital do PRESENCIAL Nº 039/2018, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CARGAS DE GÁS DE COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA, E DE COPA E COZINHA, COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA ABASTECIMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE PR, no tocante a composição do LOTE 001, LOTE 002, LOTE 007 E LOTE 008, referente aos descritivos dos itens, sendo que com esta retificação, o Edital passa a constar da seguinte maneira:
Onde se lê:
LOTE 1 - ALIMENTOS (COTA PRINCIPAL 75%)
Valor Máximo do Lote: 59.936,42 (cinquenta e nove mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos)
OrdemDescriçãoUnidadeQuant.Valor Máx. Unit.Valor Máx. Total.
39IOGURTE NATURAL EMBALAGEM C/ 180MLUNID1132,12239,56
40IOGURTE NATURAL EMBALAGEM C/ 180MLUNID2255,721.287,00
41LEITE CONDENSADO EMBALAGEM C/ 395 GRAMAS, CONTENDO NOME DO FABRICANTE, DATA DE VALIDADE, E REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURAUNID754,47335,25
42LEITE ZERO LACTOSE EMBALAGEM C/ 1 LTSUNID385,20197,60
43MACARRÃO ESPAGUETE - PACOTES DE 1 KG - PACOTES BEM FECHADOS E INTACTOS, COMPOSIÇÃO MINIMA: CARBOIDRATOS MINIMO DE 70 G, PROTEINAS MINIMO DE 13 G, LIPIDIOS MINIMO 1,2 G. COLESTEROL MIN. 15 G.DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSULTAR RESOLUÇÃO RDC Nº 93/2000PCT2635,721.504,36
44MACARRÃO PARAFUSO- PACOTES DE 1 KG - PACOTES BEM FECHADOS E INTACTOS, COMPOSIÇÃO MINIMA: CARBOIDRATOS MINIMO DE 70 G, PROTEINAS MINIMO DE 13 G, LIPIDIOS MINIMO 1,2 G. COLESTEROL MIN. 15 G.DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSULTAR RESOLUÇÃO RDC Nº 93/2000PCT3005,721.716,00
LOTE 2 - ALIMENTOS (CARNES) - COTA PRINCIPAL 75%
Valor Máximo do Lote: 56.379,37 (cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e nove reais e trinta e sete centavos)
OrdemDescriçãoUnidadeQuant.Valor Máx. Unit.Valor Máx. Total.
4CARNE SUÍNA IN NATURA, SEM PELE E SEM OSSO - KG - 1ª QUALIDADEKG67513,148.869,50
5COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA - AS EMBALAGENS DEVERÃO TER SELO DE PROCEDÊNCIA COM DATA DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS PELA LEI DE ROTULAGEM DA ANVISA. KG6757,324.941,00
LOTE 7 - ALIMENTOS (COTA RESERVADA 25%)
Valor Máximo do Lote: 19.900,68 (dezenove mil e novecentos reais e sessenta e oito centavos)
OrdemDescriçãoUnidadeQuant.Valor Máx. Unit.Valor Máx. Total.
39IOGURTE NATURAL EMBALAGEM C/ 180MLUNID372,1278,44
40IOGURTE NATURAL EMBALAGEM C/ 180MLUNID755,72429,00
41LEITE CONDENSADO EMBALAGEM C/ 395 GRAMAS, CONTENDO NOME DO FABRICANTE, DATA DE VALIDADE, E REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURAUNID254,47111,75
42LEITE ZERO LACTOSE EMBALAGEM C/ 1 LTSUNID125,2062,40
43MACARRÃO ESPAGUETE - PACOTES DE 1 KG - PACOTES BEM FECHADOS E INTACTOS, COMPOSIÇÃO MINIMA: CARBOIDRATOS MINIMO DE 70 G, PROTEINAS MINIMO DE 13 G, LIPIDIOS MINIMO 1,2 G. COLESTEROL MIN. 15 G.DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSULTAR RESOLUÇÃO RDC Nº 93/2000PCT875,72497,64
44MACARRÃO PARAFUSO- PACOTES DE 1 KG - PACOTES BEM FECHADOS E INTACTOS, COMPOSIÇÃO MINIMA: CARBOIDRATOS MINIMO DE 70 G, PROTEINAS MINIMO DE 13 G, LIPIDIOS MINIMO 1,2 G. COLESTEROL MIN. 15 G.DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSULTAR RESOLUÇÃO RDC Nº 93/2000PCT1005,72572,00
LOTE 8 - ALIMENTOS (CARNES) - COTA RESERVADA 25%
Valor Máximo do Lote: 18.782,33 (dezoito mil, setecentos e oitenta e dois reais e trinta e três centavos)
OrdemDescriçãoUnidadeQuant.Valor Máx. Unit.Valor Máx. Total.
4CARNE SUÍNA IN NATURA, SEM PELE E SEM OSSO - KG - 1ª QUALIDADEKG22513,142.956,50
5COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA - AS EMBALAGENS DEVERÃO TER SELO DE PROCEDÊNCIA COM DATA DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS PELA LEI DE ROTULAGEM DA ANVISA. KG2257,321.647,00
Passa-se a ler:
LOTE 1 - ALIMENTOS (COTA PRINCIPAL 75%)
Valor Máximo do Lote: 59.936,42 (cinquenta e nove mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos)
OrdemDescriçãoUnidadeQuant.Valor Máx. Unit.Valor Máx. Total.
39IOGURTE NATURAL EMBALAGEM C/ 180MLUNID1132,12239,56
40LEITE CONDENSADO EMBALAGEM C/ 395 GRAMAS, CONTENDO NOME DO FABRICANTE, DATA DE VALIDADE, E REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURAUNID754,47335,25
41LEITE ZERO LACTOSE EMBALAGEM C/ 1 LTSUNID385,20197,60
42MACARRÃO ESPAGUETE - PACOTES DE 1 KG - PACOTES BEM FECHADOS E INTACTOS, COMPOSIÇÃO MINIMA: CARBOIDRATOS MINIMO DE 70 G, PROTEINAS MINIMO DE 13 G, LIPIDIOS MINIMO 1,2 G. COLESTEROL MIN. 15 G.DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSULTAR RESOLUÇÃO RDC Nº 93/2000PCT2635,721.504,36
43MACARRÃO PARAFUSO- PACOTES DE 1 KG - PACOTES BEM FECHADOS E INTACTOS, COMPOSIÇÃO MINIMA: CARBOIDRATOS MINIMO DE 70 G, PROTEINAS MINIMO DE 13 G, LIPIDIOS MINIMO 1,2 G. COLESTEROL MIN. 15 G.DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSULTAR RESOLUÇÃO RDC Nº 93/2000PCT3005,721.716,00
44MACARRAO PICADO, PACOTE C/ 1 KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE - 1ª QUALIDADEPCT2255,721.287,00
LOTE 2 - ALIMENTOS (CARNES) - COTA PRINCIPAL 75%
Valor Máximo do Lote: 56.379,37 (cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e nove reais e trinta e sete centavos)
OrdemDescriçãoUnidadeQuant.Valor Máx. Unit.Valor Máx. Total.
4CARNE SUÍNA IN NATURA (TIPO PERNIL), SEM PELE E SEM OSSO - KG - 1ª QUALIDADEKG67513,148.869,50
5COXA E SOBRECOXA NÃO DORSAL DE FRANGO CONGELADA - AS EMBALAGENS DEVERÃO TER SELO DE PROCEDÊNCIA COM DATA DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS PELA LEI DE ROTULAGEM DA ANVISA.KG6757,324.941,00
LOTE 7 - ALIMENTOS (COTA RESERVADA 25%)
Valor Máximo do Lote: 19.900,68 (dezenove mil e novecentos reais e sessenta e oito centavos)
OrdemDescriçãoUnidadeQuant.Valor Máx. Unit.Valor Máx. Total.
39IOGURTE NATURAL EMBALAGEM C/ 180MLUNID372,1278,44
40LEITE CONDENSADO EMBALAGEM C/ 395 GRAMAS, CONTENDO NOME DO FABRICANTE, DATA DE VALIDADE, E REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURAUNID254,47111,75
41LEITE ZERO LACTOSE EMBALAGEM C/ 1 LTSUNID125,2062,40
42MACARRÃO ESPAGUETE - PACOTES DE 1 KG - PACOTES BEM FECHADOS E INTACTOS, COMPOSIÇÃO MINIMA: CARBOIDRATOS MINIMO DE 70 G, PROTEINAS MINIMO DE 13 G, LIPIDIOS MINIMO 1,2 G. COLESTEROL MIN. 15 G.DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSULTAR RESOLUÇÃO RDC Nº 93/2000PCT875,72497,64
43MACARRÃO PARAFUSO- PACOTES DE 1 KG - PACOTES BEM FECHADOS E INTACTOS, COMPOSIÇÃO MINIMA: CARBOIDRATOS MINIMO DE 70 G, PROTEINAS MINIMO DE 13 G, LIPIDIOS MINIMO 1,2 G. COLESTEROL MIN. 15 G.DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSULTAR RESOLUÇÃO RDC Nº 93/2000PCT1005,72572,00
44MACARRAO PICADO, PACOTE C/ 1 KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE - 1ª QUALIDADEPCT755,72429,00
LOTE 8 - ALIMENTOS (CARNES) - COTA RESERVADA 25%
Valor Máximo do Lote: 18.782,33 (dezoito mil, setecentos e oitenta e dois reais e trinta e três centavos)
OrdemDescriçãoUnidadeQuant.Valor Máx. Unit.Valor Máx. Total.
4CARNE SUÍNA IN NATURA (TIPO PERNIL), SEM PELE E SEM OSSO - KG - 1ª QUALIDADEKG22513,142.956,50
5COXA E SOBRECOXA NÃO DORSAL DE FRANGO CONGELADA - AS EMBALAGENS DEVERÃO TER SELO DE PROCEDÊNCIA COM DATA DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS PELA LEI DE ROTULAGEM DA ANVISA.KG2257,321.647,00
Por não apresentar motivo que possa obstar ou prejudicar a formulação das propostas, com fundamento no art. 21, § 4º da Lei nº 8.666/93, com esta retificação não se altera a data de 19/07/2018, às 8h00, para início da sessão deste Pregão Presencial.
Maiores informações no Paço Municipal, junto a Direção de Licitação, Convênios e Contratos, situada na Rua Santa Catarina, 409, pelo fone 44-3653-1301 ou pelo email: licita.tuneiras@gmail.com.
Tuneiras do Oeste, 10 de julho de 2018.
JOSÉ VINÍCIUS CUARELI ALÉCIO
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE Nº. 01/2018
NÚMERO DO PROCESSO LICITATÓRIO: n° 01/2018
LICITAÇÃO MODALIDADE: Inexigibilidade 01/2018
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 e 57,II e IV da Lei 8.666/93
CONTRATANTE: IPEN - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ESPERANÇA NOVA - CNPJ nº. 07.015.371/0001-96.
CONTRATADO (A): GOVERNANÇABRASIL S/S TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS CNPJ N° 00.165.960/0001-01
OBJETO: Contratação da Empresa GOVBR – GovernançaBrasil S/A Tecnologia e Gestão em Serviço, para fornecer Licença de Uso, prestar assistência técnica, manutenção no uso e implantação (dos novos softawares) dos seguintes softwares:
Software de Contabilidade Pública;
Software de Informações Automatizadas;
Software PL LOA – Lei Orçamentária Anual;
Software de Responsabilidade Fiscal;
Software de Sistema de Tesouraria;
Software de Gestão e Pessoal;
Software de Transparência Brasil;
PRONIM eSocial – Adequação;
PRONIM GP- Registro SMT;
PRONIM Portal do Servidor – Atualização Cadastral;
PRONIM eSocial – Comunicação Eletrônica.
VALOR: O Valor total de presente contrato é de R$ 34.594,68 (trinta e quatro mil e quinhentos e noventa e quatro reais e sessenta e oito centavos), sendo o valor mensal fixo de R$ 2.535,39 (dois mil e quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e nove centavos) como locação dos softwares, R$ 2.020,00 (dois mil e vinte reais) de pagamento único para implantação dos novos softwares e R$ 1.950,00 (um mil e novecentos e cinquenta) como total de horas técnicas, caso necessário.
O pagamento será efetuado até o dia 15 de cada mês no valor de R$ 2.535,39 (dois mil e quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e nove centavos), mensais mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente e apresentação de Certidões de INSS, FGTS e CNDT que comprove sua regularidade, a cada pagamento efetuado.
DATA DA ASSINATURA: 05/07/2018
VIGÊNCIA: 05/07/2018 a 04/07/2019.
ANTONIO JOSÉ GOMES
DIRETOR PRESIDENTE - IPEN

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2018
MODALIDADE: DISPENSA LICITAÇÃO Nº 014/2018
CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE
CONTRATADO: A. BITENCOURT COMÉRICO DE FERRAGENS LTDA
OBJETO: Aquisição de equipamento e material permanente tais como: 01 (uma) roçadeira manual a gasolina, motor dois tempos 35.2/CC e 01 (um) motosserra a gasolina, motor dois tempos 50.2/CC, para uso do SAMAE de Mariluz/PR.
VALOR GLOBAL: R$ 4.108,00 (Quatro mil cento e oito reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 – Dispensa de Licitação
DATA: 11 de julho de 2018.
Edenilson Fernandes Reginaldo
Diretor do SAMAE

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2018
MODALIDADE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Dispensa 030/2018
CONTRATANTE:SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Diretor: Ramiro Cândido de Souza Junior
CNPJ – 80.907.835/00001-69
CONTRATADA: Alessandro Inácio Rodrigues
CNPJ–24.321.327/0001-23
OBJETO:Prestação de serviços de consertos em calçadas danificadas pela caixa de esgoto, elevação de caixa de esgoto, fixação de dois padrões de energia para o Samae de Tapejara.
VALOR:R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
Tapejara, 10 de julho de 2018.
Ramiro Cândido de Souza Junior Alessandro Inácio Rodrigues
DiretorSócio
Samae de TapejaraAlessandro Inácio Rodrigues

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

Estado do Paraná
DECRETO N.º 4.711/2018
DATA: 11/07/2018
SÚMULA: Homologa resultado do processo licitatório.
O Prefeito do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Pregoeira a Srª. Lays Oliveira Vedovoto,
DECRETA:
Art. 1º) Fica Homologado o resultado do processo licitatório modalidade Pregão Presencial - SRP n.º 052/2018 em favor das empresas BERALDO ARTES GRAFICA LTDA ME, vencedora dos itens 1; 2; 3; 9; 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 24; 25; 26; 27; 28; 29 30; 31; 34; 35; 37; 39; 40; 41; 42; 43; 44; 45; 46; 47; 48; 49; 50; 51 e 52 e empresa EDITORA E PAPELARIA UMUARAMA LTDA, vencedora dos itens 4; 5; 6; 7; 8; 21; 22; 23; 32; 33; 36 e 38 cujo objeto trata da contratação de empresa para celebração de ata de registro de preços de serviços gráficos para atendimento de diversas secretarias do município de Icaraíma, conforme relação com quantidade e especificações constantes no anexo I do edital.
Art. 2º) Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 11 dias do mês de Julho de 2018.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.
CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2018
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL, localizada na Av. Adão Arcângelo Dal Bem, 882, centro, Município de BRASILÂNDIA DO SUL - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 95.640.520/0001-75, pela Comissão Permanente de Licitação nomeada através da Portaria 009/2018, com a devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Juliano Marcolino, com RG Nº 7.179.380-0 e CPF nº 019.237.059-62, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto, através da Secretaria Municipal Educação, considerando o disposto na Lei Federal nº 11.947/09 e Resoluções 26/2013 e 4/2015 do FNDE – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação, e, Lei Federal n.º 8.666/93 e posteriores alterações, torna público que realizará a Chamada Pública de Compra da Agricultura Familiar nº 003/2018, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PRODUZIDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU DE SUAS ORGANIZAÇÕES, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO
Os envelopes contendo os documentos de habilitação e projeto de venda dos interessados, deverão ser protocolados na Prefeitura Municipal, de 12 de Julho a 06 de Agosto de 2018, até às 9h30m (nove horas e trinta minutos).
O julgamento das propostas será realizado no dia 06 de Agosto de 2018, até às 10h00m (dez horas) por Comissão Permanente de Licitação.
REQUISITOS E/OU DOCUMENTOS: Os procedimentos para participação estarão disponíveis no Edital de Chamada Pública nº 003/2018 Processo Licitatório 043/2018.
A íntegra do Edital e seus anexos estarão disponíveis na PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL, localizada na Av. Adão Arcângelo Dal Bem, 882, centro, município de BRASILÂNDIA DO SUL – PR, bem como no Portal da Transparência do Município.
ItemDescriçãoUnid.Quant.Valor UnitárioValor Total
ABOBRINHA VERDE TAMANHO MÉDIO. DEVEM ESTAR FISIOLOGICAMENTE DESENVOLVIDAS, BEM FORMADAS, LIVRES DE DANOS MECÂNICOS, PRAGAS E ESTAREM EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO, COM CASCA. EMBALADAS EM SACOS PLÁSTICOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE E ATÓXICO.
Kg
100R$3,83R$383,00
2ALMEIRÃO - FOLHAS MÉDIAS, NOVAS, SÃS, SEM FERRUGEM, LIMPAS E EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SACOS PLÁSTICOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE E ATÓXICO. VALIDADE SEMANAL.Maço50R$2,96R$148,00
3BANANA NANICA, EM PENCAS, FRUTOS COM 60 A 70% DE MATURAÇÃO CLIMATIZADA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, ISENTA DE ENFERMIDADES, PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/OU AGROECOLÓGICOS. KG1600R$3,21R$5.136,00
4BETERRABA - TAMANHO MÉDIO. DEVEM ESTAR FISIOLOGICAMENTE DESENVOLVIDAS, BEM FORMADAS, LIVRES DE DANOS MECÂNICOS, PRAGAS E ESTAREM EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO, COM CASCA. EMBALADAS EM SACOS PLÁSTICOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE E ATÓXICO.Kg80R$4,13R$330,40
5BISCOITO CASEIRO FEITO A BASE DE POLVILHO, ÓLEO E OVOS DE BOA QUALIDADE LIVRE DE SUJIDADES. BISCOITO CASEIRO DE 4G A 5G CADA UNIDADE, SÓ SERÃO ACEITO BISCOITOS COM BOA APARÊNCIA DE MASSA LEVE E AERADA. SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL ASSADAS, QUEIMADOS, AMASSADAS, ACHATADOS E "EMBATUMADOS" ASPECTO MASSA PESADA E DE CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS ANORMAIS. OS MESMOS DEVERÃO ESTAR LIVRES DE SUJIDADES OU QUAISQUER OUTROS TIPOS DE CONTAMINANTES COMO FUNGOS E BOLORES. Kg150R$5,08R$762,00
6CHEIRO VERDE - MAÇO DE NO MÍNIMO 400 GRAMAS COMPOSTO POR CEBOLINHA E SALSINHA. DEVEM ESTAR FISIOLOGICAMENTE DESENVOLVIDAS, BEM FORMADAS, LIVRES DE DANOS MECÂNICOS, PRAGAS E ESTAREM EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. EMBALADAS EM SACOS PLÁSTICOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE E ATÓXICO. Maço50R$3,21R$160,50
7CUECA VIRADA - EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS DE POLIETILENO INDIVIDUALIZADO, COM ETIQUETA DA DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, COM APROXIMADAMENTE 1000 GRAMAS.KG130R$13,60R$1.768,00
8LIMÃO TAITI - TAMANHO MÉDIO. DEVEM ESTAR FISIOLOGICAMENTE DESENVOLVIDAS, BEM FORMADAS, LIVRES DE DANOS MECÂNICOS, PRAGAS E ESTAREM EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO, COM CASCA. EMBALADAS EM SACOS PLÁSTICOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE E ATÓXICO.Kg130R$3,69R$479,70
9MANDIOCA - TAMANHO MÉDIO. DEVEM ESTAR FISIOLOGICAMENTE DESENVOLVIDAS, BEM FORMADAS, LIVRES DE DANOS MECÂNICOS, PRAGAS E ESTAREM EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO, COM CASCA. EMBALADAS EM SACOS PLÁSTICOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE E ATÓXICO.Kg300R$3,95R$1.185,00
10MILHO VERDE - TAMANHO MÉDIO. DEVEM ESTAR FISIOLOGICAMENTE DESENVOLVIDAS, BEM FORMADAS, LIVRES DE DANOS MECÂNICOS, PRAGAS E ESTAREM EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO, SEM PALHA. EMBALADAS EM SACOS PLÁSTICOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE E ATÓXICO.Kg100R$5,71R$571,00
11NÓ DE SOGRA - EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS DE POLIETILENO INDIVIDUALIZADO, COM ETIQUETA DA DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, COM APROXIMADAMENTE 1000 GRAMAS.Kg180R$13,60R$2.448,00
12PÃO CASEIRO - EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS DE POLIETILENO INDIVIDUALIZADO, COM ETIQUETA DA DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, COM APROXIMADAMENTE 800G.Unid.700R$8,13R$5.691,00
*Estimativa de Quantitativo de Gêneros Alimentícios a serem Adquiridos da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural.
Brasilândia do Sul, 11 de Julho de 2018.
Luciano Gimenes
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 107/2018, MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2018
Tendo em vista a decisão proferida pela comissão permanente de licitações, designada através do Portaria nº 11510/2018
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Processo Licitatório 107/2018, Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2018, o participante:
141836 - MOVEIS E EQUIPAMENTOS SOUZA LTDA-EPP
ItemProdutoUnidadeMarcaQtdeValor UnitárioValor Total
1FOGÃO INDUSTRIAL COM 6 BOCAS DE ALTA PRESSÃO SEM FORNOUNIDADE 1R$1.200,00R$1.200,00
Total do Fornecedor:R$1.200,00
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2018

A Prefeitura Municipal de Terra Roxa do Estado do Paraná, por meio de sua comissão permanente de licitações nomeada pela Portaria nº 11510/2018 vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 20/2018, Processo Administrativo nº 107/2018, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE UM FOGÃO INDUSTRIAL PARA A ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE KENNEDY, o qual teve como vencedora a Empresa:
FornecedorItens Vencedores
141836 - MOVEIS E EQUIPAMENTOS SOUZA LTDA-EPP
Terra Roxa, 11 de julho de 2018.
PAULO CÉSAR FARIAS
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 110/2018, MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2018
Tendo em vista a decisão proferida pela comissão permanente de licitações, designada através do Portaria nº 11510/2018
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Processo Licitatório 110/2018, Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2018, o participante:
109746 - GRAFICA LEX LTDA - ME
ItemProdutoUnidadeMarcaQtdeValor UnitárioValor Total
1SERVIÇO DE GRAFICASERVICOS1R$2.095,00R$2.095,00
Total do Fornecedor:R$2.095,00
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2018
A Prefeitura Municipal de Terra Roxa do Estado do Paraná, por meio de sua comissão permanente de licitações nomeada pela Portaria nº 11510/2018 vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 21/2018, Processo Administrativo nº 110/2018, que tem por objeto Impressão de livros produzidos pelos alunos da Escola Municipal Presidente Kennedy, referente ao projeto "Agrinho" que está sendo desenvolvido nas escolas da rede municipal de ensino, o qual teve como vencedora a Empresa:
FornecedorItens Vencedores
109746 - GRAFICA LEX LTDA - ME
Terra Roxa, 11 de julho de 2018.
PAULO CÉSAR FARIAS
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 082/2018
Ementa: Abre crédito adicional por excesso de arrecadação embasado no disposto na Lei 2296/2017, em especial o artigo 19º, e Lei 2299/2017, em especial o artigo 6º, e da Outras Providências.
ALEXANDRE LUCENA, prefeito municipal de Cidade Gaúcha, no uso de minhas atribuições legais.
DECRETA:
Art. 1º - Fica, nos termos do disposto na Lei 2296/2017, em especial o artigo 19º, e Lei 2299/2017, em especial o artigo 6º, aberto no corrente exercício financeiro, crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, por fonte de recurso do exercício financeiro de 2018, sem comprometimento financeiro, em até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), com a seguinte ordem classificatória:
09SEC. DE IND. COM. AGR. PEC. M. AMB. REC. REN.
09.03DIV. DE VIAÇÃO, SERV. URBANOS E LIMP. PUBL.
FtFc1545112643067Pav. asf., bloq., recape, gal. pluv. e passeio público
80827964.4.90.51Obras e instalações500.000,00
Art. 2º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados como recursos o excesso de arrecadação apurado em receita provenientes de transferência voluntária, advindos da Secretaria do Desenvolvimento Urbano, por meio do convênio 540/2017, não previsto em orçamento do presente exercício financeiro, de acordo com o artigo 43, § 1.º, inciso II da Lei Federal n.º 4.320/64, no valor elencado no artigo 1º deste Decreto.
Art. 3º - O presente crédito adicional suplementar por provável excesso de arrecadação, não contará no limite estabelecido para tais créditos adicionais suplementares, conforme estabelecido no artigo 19, § 2º da Lei Municipal 2296/2017 e artigo 6º, § 2º da Lei Municipal 2299/2017.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições.
Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, 11 de julho de 2018.
ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

Estado do Paraná
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS N.º005/2018.
O MUNICÍPIO DE XAMBRÊ, Estado do Paraná, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, sob a modalidade TOMADA DE PREÇOS–TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, pelo que dispõem no presente Edital, as condições de sua realização:
OBJETO: contratação de empresa, sob regime de empreitada global, para a execução da obra de conclusão da cobertura da quadra poliesportiva implantada na Escola Municipal Wallace Tadeu de Mello e Silva do Município de Xambrê, Estado do Paraná, com recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do PAC 2, em estrito acordo com Termo de Compromisso – PAC209276/2014, conforme os projetos executivos fornecidos ou aprovados pelo FNDE/MEC(desenhos técnicos, memoriais descritivos e especificações), e contrapartida da Município Xambrê, observando os critérios de qualidade técnica que atendem as determinações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos.
TIPO DE LICITAÇÃO: TIPO MENOR PREÇO GLOBAL
PRAZO DE EXECUÇÃO:60 (sessenta) dias
ABERTURA DA LICITAÇÃO: 01/08/2018 às 09:00 horas.
INFORMAÇÕES: A documentação completa do Edital ou informações estarão disponíveis e poderão ser fornecidos com Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no Paço Municipal, Sala das Licitações, sito a Avenida Roque Gonzales, 480 - CEP 87535-000 - fones:(44)3632.1557 ou (44)3632-1306 Xambrê, Estado do Paraná, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.
Xambrê/PR, 11 de julho de 2018
WALDEMAR DOS SANTOS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal de Xambrê

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Expirado o prazo recursal, sem que tenha havido impugnação e recursos, já adjudicado as licitantes vencedoras anteriormente, declaro homologado o presente Processo Licitatório nº 039/2018 - Pregão Presencial nº 020/2018, para que produza os devidos efeitos legais e jurídicos esperados, para as empresas seguintes:
- PORTELA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ Nº: 02.141.747/0001-95;
- M.A. MATERIAIS & ACABAMENTOS LTDA - CNPJ Nº: 10.890.153/0001-05;
- GETEO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - EIRELI - CNPJ Nº: 20.159.105/0001-03.A fim de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL HIDRÁULICO E FERRAMENTAS PARA O MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL.
Brasilândia do Sul-PR, 11 de julho de 2018.
Marcio Juliano Marcolino
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2018
PREGÃO PRESENCIALNº 036/2018
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 077/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO NOVO (ZERO KM), TIPO UTILITÁRIO/ CAMINHONETE, DESTINADO À RESERVA BIOLÓGICA DAS PEROBAS, EM CUMPRIMENTO AO 'TERMO DE COMPROMISSO' FIRMADO COM O IAP/PR E A LEI MUNICIPAL Nº 017/2017.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
CONTRATADA: CIATEC COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES (11/07/2018 A 10/07/2019)
VALOR: R$-131.000,00
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tuneiras do Oeste, em 11 de Julho de 2018.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Taketoshi Sakurada
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 95/2018
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
MODALIDADE PREGÃO Nº 040/2018.
HOMOLOGADO ATRAVÉS DO DECRETO Nº 104 DE 25 de junho de 2018
Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG n.º 1.489.320 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na Avenida Gralha Azul, 487, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: AUTORAMA-AUTOMÓVEIS UMUARAMA LTDA, inscrito no CNPJ sob nº. 76.350.115/0001-78, neste ato representada pelo Srº JOÃO SALA, portador (a) do RG nº 20485331, CPF nº. 117.738.828-64, residente na , na cidade de Umuarama, Estado do PR, resolve firmar o presente Contrato de Fornecimento para entrega do objeto da Licitação na Modalidade PREGÃO nº. 040/2018, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO
O presente Contrato de Fornecimento tem por objeto a Fornecimento de Micro-ônibus e veículo de passeio para a secretaria de Saúde, através do programa APSUS., a seguir descritos:
LoteQuant.Descrição
21,0Veículo Automotor zero Km de fabricação nacional, equipado com motor de no mínimo 1.6 litros ou superior, ano modelo 2017/2017 ou superior.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente contrato de fornecimento é de natureza civil, não cabendo outra forma de interpretação, firmado com o amparo da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na licitação sob a modalidade PREGÃO nº 040/2018, vencido pela contratada.
DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa AUTORAMA-AUTOMÓVEIS UMUARAMA LTDA e de R$ 49.950,00 (quarenta e nove mil novecentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência de 4 (meses) meses, com início em 26 de junho de 2018 e término em 26 de outubro de 2018, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.
DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Produtos, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os produtos, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: "Pregão Nº040/2018".
Os pagamentos serão efetuados Em até 30 (trinta) dias após a conclusão do Objeto, de acordo com o sub-item 16.1 do edital.
CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os produtos referentes aos lotes, desta licitação deverão ser entregues mediante solicitação do órgão responsável, em até 45 dias , no Município de Altônia – PR. A SECRETARIA DE SAUDE. Rejeitará no todo ou em parte os produtos que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital
A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte: 29 SECRETARIA DE SAUDE 106110 Aquisição de Unidades Moveis de Saúde 449052520000 VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA
Altônia-PR., 26 de junho de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 77/2018
MODALIDADE DISPENSA POR LIMITE Nº 028/2018.
HOMOLOGADO ATRAVÉS DO DECRETO Nº DE 10 de maio de 2018
Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG n.º 1.489.320 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na Avenida Gralha Azul, 487, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: WATARAI CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrito no CNPJ sob nº. 19.037.641/0001-49, neste ato representada pelo DANIELE LIE WATARAI SANCHES, portador (a) do RG nº 332496697, CPF nº. 291.550.548-97, residente na , na cidade de Londrina, Estado do PR, resolve firmar o presente Contrato de Prestação de serviços para entrega do objeto da Licitação na Modalidade DISPENSA POR LIMITE nº. 028/2018, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
OBJETO
O presente Contrato de Prestação de serviços para MINISTRAS PALESTRAS DIRIGIDA A CRIANÇAS, ADOLOSCENTES E PAIS OU RESPONSAVEIS COM TEMA PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL, a seguir descritos:
LoteQuant.Descrição
12CONTANDO SEGREDOS: APRENDENDO COMO SE PROTEGER DO ABUSO SEXUAL INFANTIL PÚBLICO ALVO: Crianças, adolescentes e responsáveis. OBJETIVO: Realizar atividade preventiva com crianças visando informa-las a respeito da problemática do abuso, com o intuito de instrumentalizá-las para identificar potenciais situações de abuso, resistir às investidas de uma pessoa mal intencionada e encoraja-la a contar o ocorrido a uma pessoa de confiança. METODOLOGIA: Atividade de contratação de histórias com a utilização do livro infantil especifico para prevenção de abuso sexual (O Segredo da Tartanina), fantoches e músicas, seguido de palestras curta para pais/responsáveis sobre a importância da prevenção
DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa WATARAI CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA e de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência, com início em 11 de maio de 2018 e término em 10 de setembro de 2018, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.
DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Serviços, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os serviços, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: "Dispensa por Limite Nº028/2018".
Os pagamentos serão efetuados Em até 15 (quinze) dias após a Homologação Assinatura do contrato e entrega total, de acordo com o sub-item 16.1 do edital.
CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os serviços referentes aos lotes, desta licitação deverão ser prestados mediante solicitação do órgão responsável, em local e data previamente agendado pela secretaria responsavel, no Município de Altônia – PR.
A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Rejeitará no todo ou em parte os serviços que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital
A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – DIVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL – 08.002.082430010.2.050.3390.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
Altônia-PR., 11 de maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 78/2018
MODALIDADE DISPENSA POR LIMITE Nº 029/2018.
HOMOLOGADO ATRAVÉS DO TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 029/2018 DE 11 de maio de 2018
Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG n.º 1.489.320 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na Avenida Gralha Azul, 487, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: ROSANA RAMOS PICULI DA SILVA - EIRELI, inscrito no CNPJ sob nº. 29.060.840/0001-21, neste ato representada pela Sra. Rosana Ramos Piculi da Silva, portadora do RG nº 45400891 e do CPF nº. 639.784.239-87, residente na cidade de Iporã, Estado do Paraná, resolve firmar o presente Contrato de Fornecimento para entrega do objeto da Licitação na Modalidade DISPENSA POR LIMITE nº. 029/2018, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
OBJETO
O presente Contrato de Fornecimento tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COPOS PERSONALIZADOS PARA DISTRIBUIÇÃO EM EVENTOS COMEMORATIVOS PROMOVIDOS PELA DIVISÃO DE CULTURA, a seguir descritos:
LoteQuant.Descrição
11.000Copo Long Drink – Personalizadas com o Logo "ALTONIA 50 ANOS"
CLÁUSULA SEGUNDA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente contrato de fornecimento é de natureza civil, não cabendo outra forma de interpretação, firmado com o amparo da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na licitação sob a modalidade DISPENSA POR LIMITE nº 029/2018, vencido pela contratada.
Os casos omissos serão dirimidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis ao caso em tela.
DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa: ROSANA RAMOS PICULI DA SILVA - EIRELI e de R$ 1.790,00 (mil setecentos e noventa reais).
VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência de 04 (quatro) meses, com início em 11 de maio de 2018 e término em 10 de setembro de 2018, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.
DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Produtos, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os produtos, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: "Dispensa por Limite Nº029/2018".
Os pagamentos serão efetuados Em até 15 (quinze) dias após a Homologação Assinatura do contrato e entrega total, de acordo com o sub-item 16.1 do edital.
CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os produtos referentes aos lotes, desta licitação deverão ser entregues mediante solicitação do órgão responsável, em até 15 dias, no Município de Altônia – PR.
A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Rejeitará no todo ou em parte os produtos que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital
A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte: Secretaria de Educação – Divisão de Cultura – 05.002.133920014.2.003.3390.30 – Material de Consumo
Altônia-PR., 11 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 80/2018
MODALIDADE DISPENSA POR LIMITE Nº 031/2018.
HOMOLOGADO ATRAVÉS DO DECRETO Nº DE 18 de maio de 2018
Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG n.º 1.489.320 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na Avenida Gralha Azul, 487, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: APOIO ARQUITETURA E PROJETOS TECNICOS LTA - ME, inscrito no CNPJ sob nº. 20.372.189/0001-50, neste ato representada pelo Srº ELSON HENRIQUE CAMPOS BENTO, portador (a) do RG nº 99787325, CPF nº. 069.653.799-01, residente na cidade de Umuarama, Estado do PR, resolve firmar o presente Contrato de Fornecimento para entrega do objeto da Licitação na Modalidade DISPENSA POR LIMITE nº. 031/2018, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
OBJETO
O presente Contrato de Fornecimento tem por objeto a contratação de empresa para o prestação de serviços de engenharia e Arquitetura para 04 (quatro0 projetos em desenvolvimento pelo Município, a seguir descritos:
LoteQuant.Descrição
11,0Elaboração de Projetos Arquitetônicos
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente contrato de fornecimento é de natureza civil, não cabendo outra forma de interpretação, firmado com o amparo da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na licitação sob a modalidade DISPENSA POR LIMITE nº 031/2018, vencido pela contratada.
DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa APOIO ARQUITETURA E PROJETOS TECNICOS LTA - ME e de R$ 7.985,00 (sete mil novecentos e oitenta e cinco reais).
VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência, com início em 20 de maio de 2018 e término em 20 de junho de 2018, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.
DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Produtos, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os produtos, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: "Dispensa por Limite Nº031/2018".
Os pagamentos serão efetuados Em até 30 (trinta) dias após a conclusão do Objeto, de acordo com o sub-item 16.1 do edital.
CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os produtos referentes aos lotes, desta licitação deverão ser entregues mediante solicitação do órgão responsável, em até 60 dias, no Município de Altônia – PR. A SECRETARIA DE SAUDE rejeitará no todo ou em parte os produtos que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital
A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte: 29 SECRETARIA DE SAUDE 1061234 Manutenção dos Serviços de Saúde 339039050000 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
Altônia-PR., 20 de maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 75/2018
MODALIDADE DISPENSA POR LIMITE Nº 025/2018.
HOMOLOGADO ATRAVÉS DO DECRETO Nº 025/2018 DE 07 de maio de 2018
Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG n.º 1.489.320 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na Avenida Gralha Azul, 487, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: LUCENA & CARVALHO LTDA, inscrito no CNPJ sob nº. 06.147.427/0001-01, neste ato representada pelo Sr. Maycon Ricardo de Lucena Carvalho, portador do RG nº 8.753.829-0 e do CPF nº. 060.287.879-901, residente na cidade de ALTONIA, Estado do PR, resolve firmar o presente Contrato de Fornecimento para entrega do objeto da Licitação na Modalidade DISPENSA POR LIMITE nº. 025/2018, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
OBJETO
O presente Contrato de Fornecimento tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE METALURGIA PARA PROCEDER ADEQUAÇÕES E MELHORIAS NO PREDIO DA ESCOLA MUNICIPAL JAYME CANTE JUNIOR, a seguir descritos:
LoteQuant.Descrição
116,80 M3Grade de proteção de Ferro Quadrado 3/8
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente contrato de fornecimento é de natureza civil, não cabendo outra forma de interpretação, firmado com o amparo da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na licitação sob a modalidade DISPENSA POR LIMITE nº 025/2018, vencido pela contratada.
DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa LUCENA & CARVALHO LTDA e de R$ 1.680,00 (mil seiscentos e oitenta reais).
VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência e 04 (quatro) meses, com início em 07 de maio de 2018 e término em 06 de setembro de 2018, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.
DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Produtos, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os produtos, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: "Dispensa por Limite Nº025/2018".
Os pagamentos serão efetuados Em até 15 (quinze) dias após a Homologação Assinatura do contrato e entrega total, de acordo com o sub-item 16.1 do edital.
CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os produtos referentes aos lotes, desta licitação deverão ser entregues mediante solicitação do órgão responsável, em até 15 DIAS, no , no Município de Altônia – PR.
A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Rejeitará no todo ou em parte os produtos que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital
A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – GABINETE DO SECRETARIO – 05.001.123610005.2.021.3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO
Altônia-PR., 07 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO N. º1836/2018
DATA: 11 de Julho de 2018.
SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do processo licitatório,
Modalidade Pregão, n. º 057/2018.
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Pregoeiro, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan,
DECRETA:
Art.1º).Fica Adjudicado em favor da AVECAM COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA, o item 01, o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n. º 057/2018.
Art.2º). Fica Homologado o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n. º 057/2018 em favor da empresa, AVECAM COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA, o item 01, que tem como objeto: A presente licitação do tipo de menor lance, a preços fixos tem por objeto a aquisição de EQUIPAMENTO (S) de acordo com especificações constantes no MODELO 07 – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS.
CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE 6X2.
Art. 3º). Este decreto entrará em vigor na data de publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 11 dias do mês de Julho de 2018.
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 083/2018
Ementa: Abre crédito suplementar por transposição de dotação embasado no disposto no artigo 20, § 1º da Lei 2275/2017 e artigo 7º, § 1º da Lei 2299/2017 e da Outras Providências.
ALEXANDRE LUCENA, prefeito municipal de Cidade Gaúcha, no uso de minhas atribuições legais.
DECRETA:
Art. 1º - Fica nos termos do disposto no artigo 7º, § 1º da Lei Municipal 2299/2017 e artigo 20, § 1º da Lei Municipal 2275/2017, aberto no corrente exercício financeiro, crédito suplementar por transposição de dotação no montante de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), com a seguinte ordem classificatória:
09SEC. DE IND. COM. AGR. PEC. M. AMB. REC. REN.
09.03DIV. DE VIAÇÃO, SERV. URBANOS E LIMP. PUBL.
FtFc1545112643067Pav. asf., bloq., recape, gal. pluv. e passeio público
00023554.4.90.51Obras e instalações21.000,00
Art. 2º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior, serão permutadas parcialmente as seguintes dotações:
09SEC. DE IND. COM. AGR. PEC. M. AMB. REC. REN.
09.01DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
FtFc2266112582058Manutenção da infra estrutura do parque industrial
00021883.3.90.30Material de consumo 7.000,00
00022053.3.90.39Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica4.000,00
00022174.4.90.51Obras e instalações10.000,00
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, 11 de julho de 2018.
ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - No 060/2018
O MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 95.640.553/0001-15, com sede na Av. Rio de Janeiro, 2758, Sala 03, nesta cidade, torna público licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de receber propostas para o objeto descrito no edital e seus anexos:
OBJETO: aquisição de móveis, equipamentos, eletrodomésticos e informática para atender as demandas da Casa Lar do município de Ivaté, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de Dezembro de 2018, ressalvado o direito de prorrogação de acordo com o art. 57, inc. II da lei 8.666/93.
PRAZO DE ENTREGA: O prazo de entrega do produto será de 05 (Cinco) dias, contadas a partir da requisição do município.
A presente licitação é destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar 147/2014.
Consideram-se Microempresas (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), aptos à participação no presente certame, aqueles que preenchem os requisitos, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e a Lei Complementar Federal nº 147/2014. A empresa deverá comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica através da declaração firmada por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, ambas com prazo de validade de até 90 (novena) dias a contar da data de emissão, que deverá ser apresentada no ato do credenciamento.
Não havendo proposta exclusiva de participação das MPE's, EPP's e MEI's, o pregoeiro negociará com outras empresas participantes do processo que não se enquadrem como tal.
O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site: www.ivate.pr.gov.br/licitacao
- LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Ivaté
- CREDENCIAMENTO: 25 de Julho de 2018 até às 13:30 horas
- ABERTURA DOS ENVELOPES: 25 de Julho de 2018 às 13:30 horas
Edifício da Prefeitura Municipal de Ivaté, 11 de Julho de 2018.
Univaldo Campaner
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 15/2018, de 10 de julho de 2018.
Súmula: "Nomeia os integrantes da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, que visa a avaliação funcional dos servidores do Poder Legislativo, bem como, a análise de documentos pertinentes aos servidores, conforme Resolução nº 007/2013, e dá outras providências. "
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, conforme Art. 29, do Regimento Interno da Câmara Municipal, bem como demais dispositivos legais, inclusive a RESOLUÇÃO 007/2013;
Considerando que, para o cumprimento das disposições apontadas no preâmbulo, ou seja, para que se possa proceder a Avaliação de Desempenho dos funcionários conforme a RESOLUÇÃO 007/2013, que, para ser cumprido, necessita da nomeação de Comissão para esse fim e outras providências;
RESOLVE:
Art. 1º - Nomeia a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho para a avaliação funcional dos servidores, bem como, para a análise de documentos pertinentes aos servidores do Poder Legislativo de Cruzeiro do Oeste.
Parágrafo único: A Comissão será composta pelos seguintes servidores:
PresidenteMárcio Tadashi MatsumotoRG nº 5.864.396-3 / SSP-PR
MembroEuclides dos SantosRG nº 20999017/ SSP-PR
MembroRubens Rodrigues de AlmeidaRG nº 4.000.943-4 / SSP-PR
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.
CUMPRA-SE
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, AOS 10 (DEZ) DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.
MÁRCIO TADASHI MATSUMOTO
PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO N° 338/2018
SÚMULA: Nomeia membros do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Cruzeiro do Oeste – Estado do Paraná.
A PREFEITA MUNICIPAL INTERINA DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
DECRETA:
Art. 1° - Em conformidade com a Lei nº 028/10, realiza-se a seguinte composição dos integrantes:
CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS
Representante da Secretaria de Assistência Social
Titular: Selma Bezerra de Souza Almeida
Suplente: Thaís Oliveira Santos
Representante da Secretaria de Indústria e Comércio
Titular: Cristiane Peyerl Brabo
Suplente: Bruno Leonardo Peguim Magalhães
Representante da Secretaria de Finanças
Titular: Rosângela Regina Covre Carminatti
Suplente: Ricardo Gusmão Brandani
Representante da Secretaria de Planejamento
Titular: Eliane Correia e Silva
Suplente: Lucas Garbugio Conceição
Representante da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Franciele Fernandes Silvério
Suplente: Maria de Fátima Encarnação M. Pereira
Representante da Secretaria de Saúde
Titular: Roseli Paulino Alves da Silva
Suplente: Francielle da Silva Jacinto
CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS
Representante dos usuários ou de organizações de usuários da Assistência Social
Titular: Marcionil Alves Pereira
Suplente: Simone Ishizuka
Titular: Aurea Martines
Suplente: Marciana Guilherme Farias
Representante de Entidades e organizações de Assistência Social
Titular: Odete Genaro
Suplente: Juliana Reginato Demenciano
Titular: Maria do Carmo Almeida
Suplente: Viviane Sangalli Capoani
Representante de Entidades de Trabalhadores do setor
Titular: Ana Paula de Araújo Nocko
Suplente: Christyellen Pais Volbrecht
Titular: Aparecida Andrade de Araújo
Suplente: Vanessa de Souza Madeiro
Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
PREFEITA MUNICIPAL INTERINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
DECRETO N.º 90
De 11 de julho de 2018
PRORROGA PRAZO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS, ABERTO ATRAVÉS EDITAL N.º 14, de 02/06/2017.
O Prefeito Municipal de Douradina/PR, o Exmo. Sr. JOÃO JORGE SOSSAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com o disposto no art. 11.8, do Edital de abertura de PSS n.º 14/2017,
D E C R E T A
Art. 1º - Fica prorrogado até 07/07/2019 o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado-PSS, aberto através do Edital n.º 14/2017 para os cargos de Educador Infantil, Professor e Professor de Educação Física cujo Resultado Final foi divulgado pelo Edital n.º 22/2017 publicado no Jornal Umuarama Ilustrado do dia 08/07/2017 e homologado através do Decreto n.º 95/2017 publicado no dia 13/07/2017 no Jornal mencionado.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito. (11/07/2018).
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICIPIO DE PÉROLA

ESTADO DO PARANÁ

PÉROLA
CIDADE JOIA DO PARANÁ

Pérola - Pr., 11 de Julho de 2018

NOTIFICA

Dando cumprimento às disposições da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1.997, notificamos aos Partidos, o Sindicato dos Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais.

10/07/2018	BRASIL	6983-3	Pref. Munic. Pérola – IPM	5.016,43
10/07/2018	BRASIL	8924-9	Pref. Munic. Pérola – FPM	288.860,86
03/07/2018	BRASIL	9825-6	Pref. Munic. Pérola – FUNDEB	16.072,46
04/07/2018	BRASIL	9825-6	Pref. Munic. Pérola – FUNDEB	26.992,26
10/07/2018	BRASIL	9825-6	Pref. Munic. Pérola – FUNDEB	36.620,53
02/07/2018	BRASIL	10059-5	Pref. Munic. Pérola - Simples Nacional	606,01
03/07/2018	BRASIL	10059-5	Pref. Munic. Pérola - Simples Nacional	3.301,71
04/07/2018	BRASIL	10059-5	Pref. Munic. Pérola – Simples Nacional	56,95
05/07/2018	BRASIL	10059-5	Pref. Munic. Pérola – Simples Nacional	93,77
06/07/2018	BRASIL	10059-5	Pref. Munic. Pérola - Simples Nacional	83,24
09/07/2018	BRASIL	10059-5	Pref. Munic. Pérola – Simples Nacional	16,84
10/07/2018	BRASIL	10059-5	Pref. Munic. Pérola – Simples Nacional	46,67
03/07/2018	CAIXA	624029-0	Fundo Mun. Saúde – SUS CUSTEIO	1.216,74
04/07/2018	CAIXA	624029-0	Fundo Mun. Saúde – SUS CUSTEIO	23.876,67
05/07/2018	CAIXA	624031-2	Fundo Mun. Saúde – SUS INVESTIMENTO	199.992,00

DARLAN SCALCO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE PÉROLA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO N º 001/2018 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2018
CREDOR: INVIOLÁVEL PALOTINA LTDA – ME CNPJ – 05.426.381/0001-99
OBJETO: Prestação de serviços na manutenção, monitoramento de alarme, pronto atendimento tático e instalação de alarme 24 horas na sede da Câmara Municipal de Pérola – PR.
VALOR: R$-1.560,00 (Um mil, quinhentos e sessenta reais)
BASE LEGAL: *Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações.*

O Presidente da Câmara Municipal de Pérola, Estado do Paraná; senhor LINDOLFO BAZOTI FILHO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações; vem, por meio deste, **RATIFICAR e AUTORIZAR a DISPENSA DE LICITAÇÃO** para prestação de serviços na manutenção, monitoramento de alarme, pronto atendimento tático e instalação de alarme 24 horas na sede da Câmara Municipal a **INVIOLÁVEL PALOTINA LTDA - ME** inscrita no CNPJ – 05.426.381/0001-99, localizada na Rodovia PR-182 KM-271; salas 09 e 15; CEP – 85950-000 na cidade de Palotina, Estado do Paraná; no valor de **R$- 1.560,00(Um mil, quinhentos e sessenta reais)** para o período de **12(doze) meses**, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido no inciso II, do art. 57 da Lei Federal 8666/93 e demais alterações posteriores, conforme documentação constante no Processo nº 001/2018 de Dispensa de Licitação do Legislativo Municipal n.º 001/2018, correndo as despesas da presente prestação por conta da dotação orçamentária a seguir:

13.00.00	Poder Legislativo
13.01.00	Câmara Municipal
01.031.0015.2.048	Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
3.3.90.39.77.99	Vigilância demais setores da administração
Fonte - 1001	Recursos Ordinários Livres – Exercício Corrente

Pérola-PR; 11 de julho de 2018.

LINDOLFO BAZOTI FILHO
Presidente da Câmara Municipal de Pérola-PR

SAMU 192 NOROESTE PR — CIUENP
Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná

ESTADO DO PARANÁ
Processo Administrativo nº 36/2018
Interessado: CIUENP – Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná – SAMU 192 – Noroeste do Paraná.
Objeto: envio para manutenção e troca de peças do ventilador pulmonar “OXYMAG”, marca “MAGNAMED”, que integra as Unidades de Suporte Avançado do SAMU 192 – Noroeste do Paraná, a fim de possa ser dado regular prosseguimento as atividades do Consórcio Público, em vista da imprescindibilidade da presença do citado equipamento no desempenho dos serviços.
Valor total estimado: R$ 2.263,00 (dois mil, duzentos e sessenta e três reais).
Venho, nesta oportunidade, ratificar o ato por mim praticado na solicitação da contratação acima descrita, mediante inexigibilidade de licitação.
Umuarama/PR, 03 de julho de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
PRESIDENTE DO CIUENP

SAMU 192 NOROESTE PR — CIUENP
Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná

ESTADO DO PARANÁ
Processo de Inexigibilidade nº 10/2018 – Processo Administrativo nº 35/2018
Contratante: CIUENP – Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná – SAMU 192 – Noroeste do Paraná, CNPJ nº 15.718.459/0001-00, situado na Rua Paulo Pedrosa de Alencar, nº 4.348, Centro Cívico, na cidade de Umuarama/PR.
Contratada: PRÓ VIDA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – EPP, CNPJ nº 03.889.336/0001-45, situada na Avenida Doutor Gastão Vidigal, nº 3.413, Bairro Zona 28, CEP 87.053-310, na cidade de Maringá/PR.
Objeto: aquisição, com a maior urgência possível, de equipos fotossensíveis para utilização em bombas de infusão, marca “Samtronic”, modelo ST550T2, que equipam e são imprescindíveis para as ambulâncias do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná – SAMU 192 – Noroeste do Paraná.
Valor total estimado: R$ 2.000,00 (dois mil reais).
Prazo de Vigência: 30 de outubro de 2018.
Umuarama/PR, 11 de julho de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
PRESIDENTE DO CIUENP

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

ESTADO DO PARANÁ
Rua Paranaguá, 528 – Cx. P. 02 – CEP 87830-000
E mail: cmtapira@yahoo.com.br
Fone-Fax (44) 3679 1076 CNPJ: 72.540.578/0001-41

PORTARIA Nº 003/2018

VANDERLEI VIEIRA MENDES, Presidente da Câmara Municipal de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Conceder férias à servidora municipal, senhora **ROZINA ASSIS DE SOUZA,** correspondente ao período aquisitivo de 13/11/2016 a 12/11/2017, usufruindo-as de 14 de Julho de 2018 a 12 de Agosto de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Edifício da Câmara Municipal de Tapira, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de Julho do ano de 2018.

VANDERLEI VIEIRA MENDES
Presidente da Câmara

R E P Ú B L I C A F E D E R A T I V A D O B R A S I L
ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO E COMARCA DE UMUARAMA
2º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Eduardo Spricigo, Oficial de Registro do 2º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama-PR, nos termos do art. 26, §4º da Lei nº 9.514/97, FAZ SABER que Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de CREDOR FIDUCIÁRIO, requereu a este Serviço Registral a intimação dos Srs. ***MILTON CESAR FRIGÉRIO RODRIGUES***, inscrito no CPF sob nº 042.138.789-02, e ***JACQUELINE BANA FRIGÉRIO RODRIGUES***, inscrita no CPF sob nº 062.129.579-59, com último endereço conhecido à Rua Benvenuto Gazzi, nº 2864, Parque dos Bandeirantes, em Umuarama-PR, para que satisfaçam o pagamento da importância de R$ 8.475,41 (oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta e um centavos), correspondente ao valor para purga do débito (cálculo para pagamento nesta data), mais o que vencer até a data de efetivo pagamento, os juros convencionais e as penalidades, demais encargos contratuais, acrescidos das despesas de intimação, publicação de edital e emolumentos. Tal dívida tem origem no *Instrumento Particular de Venda e Compra de Imóvel e Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária e Outras Avenças sob nº 01.002.000.131014234-1, celebrado em 06/04/2010,* garantido por alienação fiduciária do imóvel objeto da matrícula nº 21.641, deste Serviço de Registro de Imóveis, registrada sob R-3 (três) em 27/04/2010. Os Devedores Fiduciantes NÃO FORAM ENCONTRADOS no endereço conhecido, para notificação, de acordo com o certificado por esta Serventia. Desta forma, por meio deste Edital, ficam os Devedores Fiduciantes ***MILTON CESAR FRIGÉRIO RODRIGUES*** e ***JACQUELINE BANA FRIGÉRIO RODRIGUES*** constituídos em mora e INTIMADOS para que satisfaçam o pagamento da importância acima referida e demais consectários legais, **no prazo de 15 (quinze) dias** - a contar da última publicação do presente Edital -, neste 2º Serviço de Registro de Imóveis, situado à Avenida Brasil, nº 4334, Edifício Atrium, Salas 02 a 05, Centro (Zona 1), em Umuarama-PR (Tel.: 44 2020-1234 e/ou 2020-0018). Ficam os devedores fiduciantes, acima qualificados, cientificados que o decurso do prazo para a purgação da mora, sem o devido pagamento, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel “Lote de terras nº 4/5-A, da subdivisão do lote nº 4/5, este da unificação dos lotes nºs 4 e 5, da Quadra nº 14, do Loteamento Parque Alphaville I, com benfeitoria, localizado na Rua Benvenuto Gazzi (antiga Rua Proj "F") nº 2864, em Umuarama”, com demais características, medidas e confrontações constantes na matrícula nº 21.641 desta serventia, em favor do CREDOR FIDUCIÁRIO Banco Santander (Brasil) S.A., nos termos do art. 26, § 7°, da Lei nº 9.514/97, após o cumprimento das formalidades legais e fiscais. - Dado e passado neste Município de Umuarama-PR, aos 09 de Julho de 2018. Original firmado por Eduardo Spricigo, Oficial de Registro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO Nº 340/2018
Súmula: Nomeia os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação do Município de Cruzeiro do Oeste.
A PREFEITA MUNICIPA INTERINA DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 043/2007, alterada pela Lei Municipal nº 001/2011; CONSIDERANDO as indicações feitas pelas entidades que compõem este Conselho Municipal.
DECRETA:
Art.1º - Ficam nomeados os membros em conformidade com a Lei Municipal 001/2011, o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação com os seguintes membros:
Representantes da Secretaria Municipal da Assistência Social
Selma B. de Souza AlmeidaTitular
Thais Oliveira SantosSuplente
Representante da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos
Rodrigo Zamuner Ribas Titular
Cecinato Teixeira Suplente
Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento
Eliane Correia e Silva Titular
Emerson Alexandre Dobruski Suplente
Representantes da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste
Euclides dos Santos Titular
Márcio Tadashi Matsumoto Suplente
Representante da Associação de Moradores do Bairro Sul Brasileira II
Maria do Carmo AlmeidaTitular
Maria Divina M. RegoSuplente
Representante da Associação de Moradores da Vila Rural Joaquim de Paula Leite
Maria da Penha dos ReisTitular
José Venâncio da Silva Suplente
Representante da Associação de Moradores do Bairro Jardim Cruzeiro
Hélio Rodrigues de Souza Titular
Fátima Lopes Marcos Suplente
Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 (ONZE) DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
PREFEITA MUNICIPAL INTERINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO N°339/2018
SÚMULA: Nomeia membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Cruzeiro do Oeste – Estado do Paraná.
A PREFEITA MUNICIPAL INTERINA DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
DECRETA:
Art. 1° - Em conformidade com a Lei nº 005/2006, realiza-se a seguinte composição dos integrantes:
CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS
Representante da Secretaria de Assistência Social
Titular: Ana Paula de Araújo Nocko
Suplente: Selma Bezerra de Souza Almeida
Representante da Secretaria de Finanças
Titular: Rosângela Regina Covre Carminatti
Suplente: Ricardo Gusmão Brandani

Representante da Secretaria de Planejamento
Titular: Eliane Correia e Silva
Suplente: Lucas Garbugio Conceição

Representante da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Anadilene Pereira de Assis Paula
Suplente: Leilaine Pereira de Carvalho

Representante da Secretaria de Saúde
Titular: Tatiana Braga Longo
Suplente: Marina Pereira Bocchio Barbosa
Representante da Cultura, Esporte e lazer
Titular: Vinicius Guerra
Suplente: Vera Cristina Longo
CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS
Representante do Abrigo São Francisco de Assis
Titular: Odete Genaro
Suplente: Aparecida de Andrade Araújo
Representante dos Clubes de Serviços
Titular: Ângela Maria de Carvalho Ribeiro
Suplente: Alisson Rodrigo da Silva Lisboa

Representante de Associações de Bairro
Titular: Hélio Rodrigues de Souza
Suplente: Fátima Lopes Marcos
Representante das Igrejas
Titular: Davi Vidal de Gouveia
Suplente: Denise de Lira Baia
Representante da Sociedade Esportiva, Cultural Paraná Oeste
Titular: Edival Souza de Almeida
Suplente: Rogério Mamoru Matsumoto
Representante da APAE
Titular: Viviane Sangalli Capoani
Suplente: Crysnan Kelen Gonçalves dos Santos

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 (ONZE) DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
PREFEITA MUNICIPAL INTERINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná
DECRETO Nº 1.697, DE 11 DE JULHO DE 2018.
Reajusta a Tabela de Preços para uso de máquinas, tratores e veículos da Municipalidade em serviços particulares.
O Prefeito Municipal de Mariluz, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 935, de 26 de janeiro de 1989;
D E C R E T A:
Art. 1º Fica reajustada a Tabela de Preços para uso de máquinas, tratores e veículos da Municipalidade em serviços particulares, passando a vigorar de acordo com os valores abaixo especificados:
I) – caminhão trucado, por carga de areia, terra e materiais similares, na zona urbana...
R$ =45,30
II – pá-carregadeira e retroescavadeira, por hora (máximo de oito horas)............................R$=132,00
III – motoniveladora, por hora (máximo de oito horas)..R$=141,00
IV – ônibus e kombi:
a)Distância de até vinte quilômetros rodados...
b)Distância acima de vinte quilômetros rodados...
R$=81,80
R$= 1,90
V – trator agrícola com implementos, por (máximo de oito horas), para filiados às Associações de Produtores Rurais das Comunidades do Município.................................. R$= 90,00
VI – trator agrícola com implementos, por hora (máximo de oito horas), para não filiados às Associações referidas no Inciso anterior...
R$=110,00
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições, constante no Decreto 1.633/2018.
Edifício do Paço Municipal, aos 11 dias do mês de julho de 2018.
Nilson Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 2562/2018
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que são conferidos por Lei;
RESOLVE:
Artigo 1º - Nomear, conforme lei municipal nº 025/2001, os membros para comporem a estrutura técnica-administrativa do TAPIRA PREVI, Diretoria Executiva, Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.
Diretoria Executiva:
Diretor Presidente: Ronald Rogério Lopes Smarzaro;
Diretor Administrativo Financeiro (tesoureiro): Rita Aparecida Alves de Oliveira
Conselho Administrativo:
Representante dos Servidores Inativos: Antonio Bezerra Lopes;
Representantes do Poder Executivo: Edner João Peres da Silva e Silvana Maria da Silva;
Representantes do Poder Legislativo: Rosiane Cristina Turozzi e Rozina Assis De Souza;
Representantes dos Servidores Ativos: Alessandra Cristina de Picole Faiolla e David Willian da Silva.
Conselho Fiscal:
Representante dos Servidores Inativos: Ana Travaglia Vieira;
Representante dos Servidores Ativos: Rosiely Maria Rorigues;
Representantes do Chefe do Poder Executivo: Evandro Carlos Cunha Pereira e Antonio Paulo de Lima Silva;
Representante do Poder Legislativo: Joel Vieira:
Artigo 2º - Fica por esta Portaria revogada expressamente a Portaria 2114/2017.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de Julho de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
DECRETO N.º 130/2018
SÚMULA: Homologa resultado de processo Licitatório.
O Prefeito do Município de Ivaté, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação,
DECRETA:
Art. 1º) Fica Homologado o resultado do processo modalidade Pregão Presencial nº. 051/2018, em favor da empresa ARAVEL ARAPONGAS VEÍCULOS LTDA, que trata da aquisição de um veículo sedan, fabricação/modelo, 2017/2018, motorização mínima 1.3, capacidade para 05 passageiros, e demais características constantes no edital e seus anexos, com recursos do projeto SAM 23 – PARANACIDADE.
Art. 2º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Ivaté, aos 11 dias do mês de Julho de 2018.
UNIVALDO CAMPANER
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO MDB

Nos termos da legislação estatutária e legal em vigor, ficam convocados, por este Edital, todos os eleitores filiados ao MDB - Movimento Democrático Brasileiro - neste município de Xambrê, para a CONVENÇÃO MUNICIPAL que será realizada no dia 18 de julho de 2018, com início às 14 horas e encerramento às 18 horas, na Camara municipal localizada na av Alberto Byington 665, nesta cidade, com a seguinte ordem do dia.
a)Eleição dos membros do diretório municipal, suplentes, delegados e comição de ética.
b)Eleição por voto secreto.
Xambrê 29 junho de 2018.
Adriano Cardozo da Silva
Presidente da comição executiva Xambrê

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 59/2018
MODALIDADE DISPENSA POR LIMITE Nº 023/2018.
HOMOLOGADO ATRAVÉS DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 23/2018 DE 23 de abril de 2018
Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG n.º 1.489.320 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na Avenida Gralha Azul, 487, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: A D CASTRO LIMA JUNIOR - ME, inscrito no CNPJ sob nº. 20.789.296/0001-89, neste ato representada pelo Sr. Antonio de Castro Lima Junior, portador do RG nº 200399740 e do CPF nº. 408.414.309-00, residente na cidade de ALTONIA, Estado do PR, resolve firmar o presente Contrato de Prestação de serviços para entrega do objeto da Licitação na Modalidade DISPENSA POR LIMITE nº. 023/2018, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
OBJETO
O presente Contrato de Prestação de serviços tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO EM 77 (SETENTA E SETE) LOTES URBANOS LOCALIZADOS NO BAIRRO JARDIM CALIFORNIA, DESTINADOS A CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, a seguir descritos:
LoteQuant.Descrição
11,0PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIMETRICO CADASTRAL COM GERAÇÃO DE CURVAS E CÓTAS EM 77 (SETENTA E SETE) LOTES URBANOS LOCALIZADOS NO JARDIM CALIFÓRNIA, MUNICIPIO DE ALTONIA
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente contrato de prestação de serviços é de natureza civil, não cabendo outra forma de interpretação, firmado com o amparo da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na licitação sob a modalidade DISPENSA POR LIMITE nº 023/2018, vencido pela contratada.
Os casos omissos serão dirimidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis ao caso em tela.
DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa: A D CASTRO LIMA JUNIOR - ME e de R$ 900,00 (novecentos reais).
VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência, com início em 23 de abril de 2018 e término em 22 de agosto de 2018, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.
DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Serviços, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os serviços, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: “Dispensa por Limite Nº023/2018”.
Os pagamentos serão efetuados Em até 15 (quinze) dias após a Homologação Assinatura do contrato e entrega total, de acordo com o sub-item 16.1 do edital.
CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os serviços referentes aos lotes, desta licitação deverão ser prestados mediante solicitação do órgão responsável, em até 30 DIAS, no Município de Altônia – PR.
A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, Rejeitará no todo ou em parte os serviços que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital
A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – GABINETE DO SECRETARIO – 03.001.041220002.2.00.3390.39 – OUTORS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
Altônia-PR., 23 de abril de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 268
De 11 de julho de 2018
DESIGNA O SERVIDOR ALAN ALVES DA COSTA PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELO DEPARTAMENTO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA/PR.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a discricionariedade do Prefeito Municipal no sentindo de promover o bom e correto funcionamento dos órgãos e repartições públicas;
RESOLVE
DESIGNAR o servidor ALAN ALVES DA COSTA, portador do CPF-N.º039.227.579-10 e do RG-N.º-8.516.854-1-SSP/PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais, para responder interinamente pelo Departamento de Cadastro e Tributação do Município.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos para 09/07/2018.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito. (11/07/2018).
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

Estado do Paraná
PORTARIA n° 005/2018
DATA: 11/07/2018
SUMULA: Nomeia a Comissão Permanente de Licitação.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a do art. 23,VI, do seu Regimento Interno.
RESOLVE:
Art. 1° - Fica instituída a Comissão Permanente com a função de receber, examinar e julgar todos documentos e procedimentos relativos ás licitações, bem como efetuar o cadastramento dos licitantes, nos termos do inciso XI, artigo6, da Lei n8.666/93.
Art. 2° - Integram a Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Icaraíma os seguintes Membros:
Presidente: Angélica Cassia Gomes Antunes da Silva, CPF nº. 059.966.089-95.
Membro: Luís Paulo de Paiva Sereia, CPF nº. 066.462.619-03
Membro: Sandra Salustiano, CPF nº. 027.201.339-06
Art. 3° - A Comissão de Licitação, reunir-se-à, por determinação do Presidente, em todos os processos licitatórios.
Art. 4° - Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº008/2017 de 27/07/2017.
Edifício da Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, 11 dias do mês de Julho de 2.018.
Leandro Ferreira de Andrade
Presidente
Agnaldo Alberto Cardoso
1° Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
DECRETO N.º 129/2018
SÚMULA: Adjudica e Homologa resultado de processo de dispensa de Licitação.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação,
DECRETA:
Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da empresa VIOLADA & CIA LTDA, o resultado do processo de Dispensa de Licitação 027/2018.
Art. 2º) Fica Homologado o resultado do processo de dispensa de Licitação 027/2018, em favor empresa VIOLADA & CIA LTDA, que tem como objeto aquisição de nove armários de aço para as escolas municipais professor Walter Bergman, e Herculândia, do município de Ivaté, com vigência até 31 de Outubro de 2018.
Art. 3º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, aos 11 dias do mês de Julho de 2018.
UNIVALDO CAMPANER
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 040/2018
Processo Administrativo 146/2018
TERMO DE RATIFICAÇÃO
O Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, CLAUDENIR GERVASONE, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso I do Art. 25 da Lei nº. 8.666/93, RATIFICA a solicitação da Secretaria de Saúde, para Contratação de Empresa para realizar apresentação de peças teatrais com o tema “Conscientização Contra a Dengue”, dirigidas aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com a empresa: HERIBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR 00969744943, inscrito no CNPJ sob nº 29.078.708/0001-47, com sede à Rua Fernão Dias, 1093, na cidade de Altonia, Estado do Paraná.
Os recursos para a contração dos Serviços acima citados são oriundos da Fonte: Secretaria de Saúde – Divisão de Vigilância sanitária – 06.003103040006.2.034.3390.39 - – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Conta 1306
Altônia, 11 de julho de 2018.
CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
AVISO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 36/2018
O Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, torna público, que realizará no dia 26 de julho de 2018, às 08h30min no anfiteatro Municipal, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço – unitário, para: AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA NOVA 126 HP, PARA O MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO - PR, convênio 872432/2018 – MDA, Informações sobre o presente edital poderão ser obtidas através do fone 44 – 3634-8000, no Departamento de Licitações, de 2ª à 6ª feira no horário de expediente na Av. Carlos Spanhol, 164, ou através do site http://www.sjpatrocinio.pr.gov.br/.
São Jorge do Patrocínio-PR, 10 de Julho de 2018.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
DECRETO Nº 086 DE 09 DE JULHO DE 2018.
SUMULA: HOMOLOGA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 074/2018 PREGÃO PRESENCIAL N.º 052/2018 NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÃO OUTRAS PROVIDENCIAS.
O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, na pessoa de seu representante legal o Prefeito Municipal Sr. ALÍRIO JOSÉ MISTURA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o julgamento proferido pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nomeado pela portaria do executivo sob n.º 055/2018; e;
Considerando os termos e trâmites legais atendidos em conformidade com o que determina o Edital Licitatório amparado pela Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 030/2006, de 15 de maio de 2006, Decreto 5.450/2005 de 31 de maio de 2005, Decreto 5.504/2005 de 05 de agosto de 2005 e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações introduzidas posteriormente e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
D E C R E T A:
Art. 1° - FICA HOMOLOGADO o julgamento proferido e adjudicado pelo que trata o processo licitatório n.º 074/2018, na modalidade de Pregão presencial – SRP n.º 052/2018 que tem como objeto: PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a Implantação do sistema de registro de preços, visando a contratação de empresas para o Fornecimento de material de construção destinados a tender as Diretorias ligadas a Administração Municipal de Francisco Alves estado do Paraná, conforme memorial descritivo constante no anexo I do referido Edital, para a(s) seguinte(s) empresa(s) licitante(s): a) AGROPECUÁRIA BETINI - EIRELLI - ME, por ter apresentado proposta mais vantajosa com o resultado de melhor proposta realizado em sessão pública em forma de lance sequencial em conformidade com sua proposta inicial, e proposta final registrado e homologada em ata de sessão pública para o(s) lote(s) n°01, 02 E 08. b) COMÉRCIO DE MADEIRAS TESTI LTDA.-ME, por ter apresentado proposta mais vantajosa com o resultado de melhor proposta realizado em sessão pública em forma de lance sequencial em conformidade com sua proposta inicial, e proposta final registrado e homologada em ata de sessão pública para o(s) lote(s) n°03,04, 06,09,17,18,19, E 20. c) JOSÉ EDINALDO HOLANDA DE MORAIS - ME, por ter apresentado proposta mais vantajosa com o resultado de melhor proposta realizado em sessão pública em forma de lance sequencial em conformidade com sua proposta inicial, e proposta final registrado e homologada em ata de sessão pública para o(s) lote(s) n°05,07,10,11,12,13 E 16. d) L. G TESTI - TINTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – ME, por ter apresentado proposta mais vantajosa com o resultado de melhor proposta realizado em sessão pública em forma de lance sequencial em conformidade com sua proposta inicial, e proposta final registrado e homologada em ata de sessão pública para o(s) lote(s) n°14 e 15.
Art. 2° - Fica fazendo parte integrante ao presente DECRETO, Ata de sessão Pública com lance sequencial, Ata de Registro de Preços, Edital de Resultados, Extrato de ata, anexo de proposta de preços, Publicações Legais no Diário Oficial do Município e demais documentações pertinentes ao processo licitatório de conformidade com o que determina Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 030/2006 de 15 de maio de 2006, Decreto 5.450/2005 de 31 de maio de 2005, Decreto 5.504/2005 de 05 de agosto de 2005 e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações introduzidas posteriormente e demais normas e/ou legislação regulamentares aplicáveis à espécie tanto perante a legislação federal e/ou municipal pertinente à matéria.
Art. 3°- Fica autorizado a formalizar o devido contrato e/ou ata de registro de preços nos termos do Artigo 54, dos demais artigos seguintes da Lei Federal 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e das demais legislações municipal e federal em vigor e pertinente a matéria.
Art. 4°- A existência de quantidade e preços registrados na ata de registro de preços constitui apenas estimativa e não obriga o município a firmar se de quaisquer contratações ou aquisições que deles poderão advir e que não caiba o direito a indenização de qualquer espécie por parte da licitante vencedora, facultando o município a utilização de outros meios para aquisição, respeitada a legislação pertinente as licitações e ao SRP-Sistema de Registro de Preços, assegurando ao beneficiário do registro de preferência a preferência em igualdade de condições.
Art. 5°- A homologação do resultado da licitação e a firmação da Ata de Registro de Preços não obriga o Município a realizar a aquisição total dos produtos e/ou serviços ou quaisquer contratações do objeto licitado se não for de sua necessidade, não cabendo à empresa vencedora quaisquer direitos caso não sejam atingidos para fornecimento da totalidade.
Art. 6°- Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste decreto.
Art. 7°- Este Decreto entra em vigor na data de sua emissão e/ou publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de julho de dois mil e dezoito.
ALIRIO JOSÉ MISTURA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicações legais

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art . 7º § 3º da RSF nº 43/2001 [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art . 7º § 3º da RSF nº 43/2001 [1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	**0,00**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.517.276,72	-
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS (16%)	4.242.764,28	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14,40%>	3.818.487,85	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.856.209,37	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	212.302,01	388.350,84
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	209.164,92	226.750,80
FGTS	3.137,09	161.600,04
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE, emitido em 11/jul/2018 as 11h e 24m.

[1] Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

RUBENS BARBOSA DE MATOS — Contador
TAKETOSHI SAKURADA — Prefeito
ALMIR MATOS — Tesoureiro

www.elotech.com.br 11/07/2018 Pág. 1/1

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
7/2.017 A 6/2.018

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total Últ. 12 meses	Previsão Exerc. Atual
	7 / 2.017	8 / 2.017	9 / 2.017	10 / 2.017	11 / 2.017	12 / 2.017	1 / 2.018	2 / 2.018	3 / 2.018	4 / 2.018	5 / 2.018	6 / 2.018		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.225.988,91	2.278.596,32	1.705.077,67	2.355.190,13	2.112.088,80	3.698.748,55	3.173.007,97	2.950.368,42	2.428.234,22	2.388.213,75	2.461.497,93	2.446.343,52	30.223.356,19	32.726.320,12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	127.473,35	120.123,11	104.256,77	143.868,08	131.229,84	272.921,69	192.345,26	97.499,54	114.406,55	169.227,73	86.575,57	129.010,74	1.688.938,23	2.585.607,70
IPTU	15.291,14	17.181,83	6.767,05	9.553,12	6.616,78	28.652,59	13.715,73	14.156,25	5.852,13	9.081,15	5.741,36	1.751,99	134.361,12	54.150,00
ISS	60.447,14	45.447,85	30.834,17	77.258,82	76.703,91	58.182,53	35.457,43	34.102,64	23.445,44	45.385,05	27.165,72	21.607,60	536.038,30	1.557.050,00
ITBI	16.444,73	16.820,00	42.803,04	27.826,10	25.479,50	120.679,89	129.799,00	14.720,00	48.550,90	63.080,00	28.757,13	79.124,40	614.084,69	531.000,00
IRRF	16.113,71	18.970,70	16.435,28	16.648,61	15.382,03	40.419,08	3.725,51	16.008,76	19.319,07	17.660,46	18.806,86	17.820,17	217.310,24	145.960,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	19.176,63	21.702,73	7.417,23	12.581,43	7.047,62	24.987,60	9.647,59	18.511,89	17.239,01	34.021,07	6.104,50	8.706,58	187.143,88	297.447,70
Contribuições	28.722,28	34.730,15	29.343,82	30.913,40	34.926,08	34.059,30	36.037,08	35.127,87	34.617,17	42.188,73	40.221,05	39.206,99	420.093,92	420.000,00
Receita Patrimonial	38.693,30	36.317,23	26.191,77	25.183,33	20.645,07	18.001,43	18.699,11	15.989,60	18.332,50	16.896,96	16.603,22	17.119,57	268.673,09	89.075,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	38.520,82	36.160,43	26.191,77	25.183,33	20.045,75	18.001,43	18.699,11	15.989,60	18.332,50	16.896,96	16.603,22	17.119,57	267.744,49	83.575,00
Outras Receitas Patrimoniais	172,48	156,80	0,00	0,00	599,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	928,60	5.500,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	860,10	1.075,70	1.763,70	1.728,10	810,40	222,90	370,80	1.212,90	635,70	769,20	375,90	786,90	10.612,30	33.213,95
Transferências Correntes	1.908.024,13	2.082.979,15	1.537.728,14	2.150.532,49	1.924.000,89	3.355.103,62	2.919.447,06	2.441.058,45	2.256.883,97	2.155.793,44	2.316.028,09	2.259.756,42	27.307.335,85	29.574.706,47
Cota-Parte do FPM	542.621,27	615.397,29	516.726,46	585.598,56	602.329,12	805.607,03	734.949,83	960.809,27	647.000,26	678.358,68	832.510,93	779.606,90	8.301.515,60	10.255.800,00
Cota-Parte do ICMS	499.473,67	665.899,03	531.275,08	692.184,88	573.773,03	526.088,24	1.233.724,71	795.177,55	747.177,76	884.787,39	934.091,10	665.168,95	8.748.821,39	9.822.625,00
Cota-Parte do IPVA	15.349,06	16.477,44	15.713,89	12.202,13	9.239,39	12.949,03	230.637,42	117.791,09	117.569,89	44.402,29	23.869,62	20.763,13	636.964,38	800.000,00
Cota-Parte do ITR	0,00	1.854,89	30.062,55	364.790,26	80.282,57	80.076,36	48.452,09	7.407,09	78,78	4.837,31	1.698,16	4.547,76	624.087,82	470.000,00
Transferências LC 87/1996	4.063,43	4.063,43	4.063,43	4.063,43	4.063,43	4.063,43	5.970,71	5.970,71	5.970,71	5.970,71	5.970,71	5.970,71	60.204,84	73.400,00
Transferências LC 61/1989	9.143,29	8.556,00	9.138,79	11.533,38	9.417,67	12.993,64	17.131,25	17.476,47	14.576,22	15.562,00	15.860,22	17.416,65	158.805,58	115.000,00
Transferências do FUNDEB	224.176,79	286.418,36	231.467,16	263.080,32	286.272,89	257.670,31	509.587,29	335.063,00	298.328,08	276.517,94	333.360,93	266.213,70	3.568.156,77	3.825.730,70
Outras Transferências Correntes	613.196,62	484.312,71	199.280,78	217.079,53	358.622,79	1.655.655,58	138.993,76	201.363,27	426.182,27	245.357,12	168.666,42	500.068,62	5.208.779,47	4.212.150,77
Outras Receitas Correntes	122.215,75	3.370,98	5.793,47	2.964,73	476,52	18.439,61	6.108,66	359.480,06	3.358,33	3.337,69	1.694,10	462,90	527.702,80	23.717,00
DEDUÇÕES (II)	214.130,10	262.449,60	221.395,99	334.074,46	255.821,01	288.355,51	454.173,18	380.926,39	306.474,71	326.783,63	362.800,12	298.694,77	3.706.079,47	3.742.010,00
Compensação Financ. entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência e Rendim. Aplic. Financeiras RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acordão TCE/PR 1509/06 e 870/07 - IN 56/2011 TCE-PR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	214.130,10	262.449,60	221.395,99	334.074,46	255.821,01	288.355,51	454.173,18	380.926,39	306.474,71	326.783,63	362.800,12	298.694,77	3.706.079,47	3.742.010,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**2.011.858,81**	**2.016.146,72**	**1.483.681,68**	**2.021.115,67**	**1.856.267,79**	**3.410.393,04**	**2.718.834,79**	**2.569.442,03**	**2.121.759,51**	**2.061.430,12**	**2.098.697,81**	**2.147.648,75**	**26.517.276,72**	**28.984.310,12**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 11/jul/2018 as 11h e 19m.

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
7/2.017 A 6/2.018

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

RUBENS BARBOSA DE MATOS — Contador
TAKETOSHI SAKURADA — Prefeito
ALMIR MATOS — Tesoureiro

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS no Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.461.310,12	32.277.457,69	4.487.192,44	13,90	14.617.006,44	45,29	17.660.451,25
RECEITAS CORRENTES	28.461.310,12	28.984.453,19	4.246.588,54	14,65	13.718.054,99	47,33	15.266.398,20
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.585.607,70	2.585.607,70	215.586,31	8,34	789.065,39	30,52	1.796.542,31
Impostos	2.288.160,00	2.288.160,00	200.775,23	8,77	694.834,75	30,37	1.593.325,25
Taxas	292.947,70	292.947,70	14.811,08	5,06	94.230,64	32,17	198.717,06
Contribuição de Melhoria	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
CONTRIBUIÇÕES	420.000,00	420.000,00	79.428,04	18,91	227.398,89	54,14	192.601,11
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	420.000,00	420.000,00	79.428,04	18,91	227.398,89	54,14	192.601,11
RECEITA PATRIMONIAL	89.075,00	89.218,07	33.964,77	38,07	103.882,94	116,44	-14.664,87
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Valores Mobiliários	86.075,00	86.218,07	33.964,77	39,39	103.882,94	120,49	-17.664,87
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	33.213,95	33.213,95	1.162,80	3,50	4.151,40	12,50	29.062,55
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	29.713,95	29.713,95	861,00	2,90	3.213,00	10,81	26.500,95
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	3.500,00	3.500,00	301,80	8,62	938,40	26,81	2.561,60
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.309.696,47	25.832.696,47	3.914.289,62	15,15	12.219.114,63	47,30	13.613.581,84
Transferências da União e de suas Entidades	11.786.357,87	12.309.357,87	1.787.129,40	14,52	5.157.092,35	41,90	7.152.265,52
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.697.607,90	9.697.607,90	1.527.585,59	15,75	5.042.951,34	52,00	4.654.656,56
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.825.730,70	3.825.730,70	599.574,63	15,67	2.019.070,94	52,78	1.806.659,76
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	23.717,00	23.717,00	2.157,00	9,09	374.441,74	.578,79	-350.724,74
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6.991,00	6.991,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.991,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	16.726,00	16.726,00	2.157,00	12,90	18.310,75	109,47	-1.584,75
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	356.130,99	0,00	-356.130,99
RECEITAS DE CAPITAL	3.000.000,00	3.293.004,50	240.603,90	7,31	898.951,45	27,30	2.394.053,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	293.004,50	240.603,90	82,12	898.951,45	306,80	-605.946,95
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	293.004,50	160.000,00	54,61	478.347,55	163,26	-185.343,05
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	80.603,90	0,00	420.603,90	0,00	-420.603,90
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

www.elotech.com.br Continua 1/2

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	31.461.310,12	32.277.457,69	4.487.192,44	13,90	14.617.006,44	45,29	17.660.451,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	31.461.310,12	32.277.457,69	4.487.192,44	13,90	14.617.006,44	45,29	17.660.451,25
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	31.461.310,12	32.277.457,69	4.487.192,44	13,90	14.617.006,44	-	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.780.391,83	-	-	1.780.391,83	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	1.780.391,83	-	-	1.780.391,83	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS No Período	Até o Período (f)	SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS No Período	Até o Período (h)	SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.106.294,12	32.702.833,52	3.768.277,06	12.467.071,79	20.235.761,73	3.789.426,71	12.156.447,10	20.546.386,42	11.543.139,35
DESPESAS CORRENTES	24.887.717,97	25.486.527,99	3.544.509,25	10.675.101,41	14.811.426,58	3.485.293,90	10.509.706,47	14.976.821,52	9.964.725,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.968.023,39	13.537.539,59	2.054.285,39	6.174.254,11	7.363.285,48	2.045.713,33	6.165.682,05	7.371.857,54	6.009.200,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	30.000,00	30.000,00	1.025,95	3.038,63	26.961,37	1.025,95	3.038,63	26.961,37	3.038,63
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.889.694,58	11.918.988,40	1.489.197,91	4.497.808,67	7.421.179,73	1.438.554,62	4.340.985,79	7.578.002,61	3.952.486,52
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	11.889.694,58	11.918.988,40	1.489.197,91	4.497.808,67	7.421.179,73	1.438.554,62	4.340.985,79	7.578.002,61	3.952.486,52
DESPESAS DE CAPITAL	5.218.576,15	7.216.305,53	223.767,81	1.791.970,38	5.424.335,15	304.132,81	1.646.740,63	5.569.564,90	1.578.414,14
INVESTIMENTOS	4.013.576,15	6.051.305,53	204.399,33	1.737.425,07	4.313.880,46	284.764,33	1.592.195,32	4.459.110,21	1.523.868,83
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.055.000,00	1.015.000,00	0,00	0,00	1.015.000,00	0,00	0,00	1.015.000,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	150.000,00	150.000,00	19.368,48	54.545,31	95.454,69	19.368,48	54.545,31	95.454,69	54.545,31
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	30.106.294,12	32.702.833,52	3.768.277,06	12.467.071,79	20.235.761,73	3.789.426,71	12.156.447,10	20.546.386,42	11.543.139,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	30.106.294,12	32.702.833,52	3.768.277,06	12.467.071,79	20.235.761,73	3.789.426,71	12.156.447,10	20.546.386,42	11.543.139,35
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	2.149.934,65	-	-	2.460.559,34	-	3.073.867,09
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	30.106.294,12	32.702.833,52	3.768.277,06	14.617.006,44	18.085.827,08	3.789.426,71	14.617.006,44	20.546.386,42	14.617.006,44
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE, emitido em 11/jul/2018 as 13h e 48m.

RUBENS BARBOSA DE MATOS — Contador
TAKETOSHI SAKURADA — Prefeito
ALMIR MATOS — Tesoureiro

www.elotech.com.br 2/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 240/2018
SÚMULA: Concede Insalubridade ao Servidor Público e Revoga.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder Adicional de Insalubridade ao servidor, DANILO DE MOURA LIMA, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.052.239-8, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de FISCAL DE MEIO AMBIENTE, lotado na SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, ECOLOGIA, FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, SANEAMENTO E ASSISTÊNCIA AGRÁRIA, com o percentual de 20% (vinte por cento), sobre o salário mínimo vigente do País, a partir do dia 12 de julho de 2018.
Art. 2º - Ficam revogadas as Portarias 080/2018 e 081/2018 de 15 de fevereiro de 2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 11 dias do mês de julho de 2018.
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 242/2018
SÚMULA: Concede Insalubridade a Servidora Pública.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder Adicional de Insalubridade a servidor, LUCIANA WENDLER DE SOUZA RIBEIRO, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 9.032.519-1, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de FISCAL DE MEIO AMBIENTE, lotada na SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, ECOLOGIA, FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, SANEAMENTO E ASSISTÊNCIA AGRÁRIA, com o percentual de 40% (quarenta por cento), sobre o salário mínimo vigente do País, a partir do dia 12 de julho de 2018.
Art. 2º - Fica revogada a Portaria 079/2018 DE 15 de fevereiro de2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 11 dias do mês de julho de 2018.
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 241/2018
SÚMULA: Designa Servidora e Concede Gratificação de Função.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - DESIGNAR, a servidora LUCIANA WENDLER DE SOUZA RIBEIRO, portadora da CI/RG nº. 9.032.519-1, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de FISCAL DE MEIO AMBIENTE, lotada na SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, ECOLOGIA, FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, SANEAMENTO E ASSISTÊNCIA AGRÁRIA para desempenhar a função de COORDENADORA DO PROGRAMA DE DENGUE, a partir de 12 de julho de 2018.
Art. 2º. CONCEDER de acordo com o artigo 49 da Lei Complementar nº 080 de 13 de julho de 2017, Gratificação de função no percentual de 50% (cinquenta) por cento, sobre o vencimento de seu cargo de origem, a partir de 12 de julho de 2018.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 11 de julho de 2018.
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
EXTRATO CONTRATUAL PL 043/2017
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 097/2018
PARTES: MUNICIPIO DE BRASILANDIA DO SUL
BERALDO ARTES GRÁFICAS LTDA.- CNPJ 07.274.456/0001-99
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA O MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL.
VALOR TOTAL: R$2.200,00 (DOIS MIL E DUZENTOS REAIS).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993 e alterações posteriores.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
PREFEITO MUNICIPAL
SERGIO BERALDO
BERALDO ARTES GRÁFICAS LTDA.- CNPJ 07.274.456/0001-99
11/07/2018
Departamento de Licitações e Contratos
Brasilândia do Sul-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
EXTRATO CONTRATUAL PL 043/2017
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 098/2018
PARTES: MUNICIPIO DE BRASILANDIA DO SUL
D. S. SILVA GRAFICA E PAPELARIA-ME - CNPJ 10.763.143/0001-09
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA O MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL.
VALOR TOTAL: R$14.192,92 (QUATORZE MIL CENTO E NOVENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993 e alterações posteriores.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
PREFEITO MUNICIPAL
MAURICIO DE SOUZA SILVA
D. S. SILVA GRAFICA E PAPELARIA-ME - CNPJ 10.763.143/0001-09
11/07/2018
Departamento de Licitações e Contratos
Brasilândia do Sul-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
EXTRATO CONTRATUAL PL 043/2017
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 099/2018
PARTES: MUNICIPIO DE BRASILANDIA DO SUL
REDUCOPIA COPIADORA LTDA ME. - CNPJ 02.118.251/0001-09
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA O MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL.
VALOR TOTAL: R$12.359,73 (DOZE MIL TREZENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993 e alterações posteriores.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
PREFEITO MUNICIPAL
ROSANGELA FREITAS DE ALMEIDA BACARIN
REDUCOPIA COPIADORA LTDA ME. - CNPJ 02.118.251/0001-09
11/07/2018
Departamento de Licitações e Contratos
Brasilândia do Sul-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA,

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Esperança Nova, através de seu pregoeiro, torna público que se acha aberta no setor de licitações, a licitação abaixo relacionada:
PROCESSO Nº. 33/2018
PREGÃO PRESENCIAL: 23/2018
OBJETO: Registro de Preços para aquisição parcelada e eventual de materiais de construção e hidráulico, material elétrico e ferramentas para manutenção dos bens imóveis para atendimento das necessidades das Secretarias e Divisões vinculadas a esta Administração municipal.
ENTREGA DOS ENVELOPES E INÍCIO DA SEÇÃO DE LANCES: "PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO", até às 09:00 horas do dia 27/07/2018 na Divisão de Compras, Lic., Contratos e Controle de Bens no Paço Municipal, situado na Av. Juvenal Silva Braga, 181, centro, Esperança Nova – PR.
AQUISIÇÃO DO EDITAL: PODERÁ SER ADQUIRIDO PESSOALMENTE, JUNTO A DIVISÃO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO NO ENDEREÇO ACIMA OU PELO PORTAL TRANSPARÊNCIA: www.esperancanova.pr.gov.br
DEMAIS INFORMAÇÕES: Poderão ser obtidas, na Divisão de Compras e Patrimônio ou pelo fone (44) 3640 – 8000 – RAMAL 251 ou 258.
ESPERANÇA NOVA, 11/07/2018.
VANESSA GARCIA OLIANI BRAGA - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.
O Município de Maria Helena – PR torna público aos interessados a realização do Pregão Presencial nº 068/2018.
Objeto: A presente licitação, tem por objetivo à contratação de empresa para fornecimento e instalação de vidros temperados para fechamento de balcão em vidro fixo e porta de giro lateral para Secretaria Municipal de Saúde de acordo com as especificações do Anexo I, parte integrante do presente Edital, juntamente com os demais Anexos.
Edital disponível: No Portal da Transparência do Município de Maria Helena.
INFORMAÇÕES: No Setor de Licitações fone (44) 3662 1030 ramal 27.
Entrega das Propostas: 24/07/2018 até às 10h00min.
Abertura das Propostas: 24/07/2018, às 10h00min.
Maria Helena – PR, 11 de julho de 2018.
CELSO JESUS OLIVEIRA
Pregoeiro Municipal

SAMU 192 NOROESTE PR

CIUENP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ SAMU 192 NOROESTE DO PARANÁ

PORTARIA Nº 181/2018

EXONERA O SERVIDOR CLEITON CESAR DE GOIS

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgências e Emergências do Noroeste do Paraná CIUENP, usando de suas atribuições legais, especialmente as contidas na Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Protocolo de Intenções e Estatuto, e de acordo RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a pedido, a partir de 10 de julho de 2018, o servidor CLEITON CESAR DE GOIS, portador da Cédula de Identidade R.G. n° 10.239.810-6 SSP-PR, inscrito no CPF sob n° 065.322.379-06, admitido em 01 de outubro de 2014, ocupante do emprego público de provimento efetivo de CONDUTOR DE AMBULÂNCIA - 30 horas semanais, pelo regime CLT, com lotação na Regional de Saúde de Campo Mourão - Pr, ficando revogada a Portaria nº 134/2014, de 04 de novembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos da data da exoneração.

Publique-se, notifique-se, registre-se e cumpra-se.

Umuarama-PR, 11 de julho de 2018.

ALMIR DE ALMEIDA
PRESIDENTE DO CIUENP

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – Anexo 4 (LRF, art 53, inciso III) — R$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre 2018	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre 2017
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prevenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS -RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre 2018	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre 2017	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre 2018	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre 2017
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – Anexo 4 (LRF, art 53, inciso III) — R$ 1,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefini	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA 2018	PERÍODO DE REFERÊNCIA 2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre 2018	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre 2017
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prevenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (XI) = (IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – Anexo 4 (LRF, art 53, inciso III) — R$ 1,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS -RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre 2018	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre 2017	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre 2018	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre 2017
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RUBENS BARBOSA DE MATOS — Contador
TAKETOSHI SAKURADA — Prefeito
ALMIR MATOS — Tesoureiro

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	28.984.453,19	13.718.054,99
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.585.607,70	789.065,39
IPTU	54.150,00	50.298,61
ISS	1.557.050,00	187.163,88
ITBI	531.000,00	364.031,43
IRRF	145.960,00	93.340,83
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	297.447,70	94.230,64
Contribuições	420.000,00	227.398,89
Receita Patrimonial	89.218,07	103.882,94
Aplicações Financeiras (II)	83.718,07	103.882,94
Outras Receitas Patrimoniais	5.500,00	0,00
Transferências Correntes	25.832.696,47	12.219.114,63
Cota-Parte do FPM	7.600.640,00	3.706.588,85
Cota-Parte do ICMS	8.272.455,00	4.208.102,07
Cota-Parte do IPVA	640.000,00	444.026,65
Cota-Parte do ITR	376.000,00	53.617,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	3.825.730,70	2.019.070,94
Outras Transferências Correntes	5.117.870,77	1.787.709,12
Demais Receitas Correntes	56.930,95	378.593,14
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	56.930,95	378.593,14
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	28.900.735,12	13.614.172,05
RECEITAS DE CAPITAL (V)	3.293.004,50	898.951,45
Operações de Crédito (VI)	3.000.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	293.004,50	898.951,45
Convênios	293.004,50	478.347,55
Outras Transferências de Capital	0,00	420.603,90
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMARIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	293.004,50	898.951,45
RECEITA PRIMARIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	29.193.739,62	14.513.123,50

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018 DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	25.486.527,99	10.675.101,41	10.509.706,47	9.964.725,21	274.654,05	63.072,26	63.072,26
Pessoal e Encargos Sociais	13.537.539,59	6.174.254,11	6.165.682,05	6.009.200,06	143.324,80	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	30.000,00	3.038,63	3.038,63	3.038,63	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.918.988,40	4.497.808,67	4.340.985,79	3.952.486,52	131.329,25	63.072,26	63.072,26
Transferências Constitucionais e Legais	1.065.279,45	201.744,16	179.382,69	176.962,01	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	10.853.708,95	4.296.064,51	4.161.603,10	3.775.524,51	131.329,25	63.072,26	63.072,26
DESPESAS PRIMARIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	25.456.527,99	10.672.062,78	10.506.667,84	9.961.686,58	274.654,05	63.072,26	63.072,26
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	7.216.305,53	1.791.970,38	1.646.740,63	1.578.414,14	100.000,00	41.709,00	41.709,00
Investimentos	6.051.305,53	1.737.425,07	1.592.195,32	1.523.868,83	100.000,00	41.709,00	41.709,00
Inversões Financeiras	1.015.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.015.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	150.000,00	54.545,31	54.545,31	54.545,31	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMARIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI-XVII-XVIII-XX)	7.066.305,53	1.737.425,07	1.592.195,32	1.523.868,83	100.000,00	41.709,00	41.709,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	-	-	-	-	-	-

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

DESPESA PRIMARIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	**32.522.833,52**	**12.409.487,85**	**12.098.863,16**	**11.485.555,41**	**374.654,05**	**104.781,26**	**104.781,26**

RESULTADO PRIMARIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]	**2.548.132,78**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre / 2018 VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	103.882,94
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	3.038,63

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**2.648.977,09**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO Em 31/Dez/2017 (a)	SALDO Até o Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	176.048,83	388.350,84
DEDUÇÕES (XXIX)	7.144.161,38	9.165.559,32
Disponibilidade de Caixa	7.144.161,38	9.060.410,15
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.712.074,11	9.780.540,58
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	567.912,73	720.130,43
Demais Haveres Financeiros	0,00	105.149,17
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-6.968.112,55	-8.777.208,48
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		**1.809.095,93**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre / 2018
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-152.217,70
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	388.350,84
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	**2.349.664,47**
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	**2.248.820,16**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE, emitido em 11/jul/2018 as 13h e 53m.

RUBENS BARBOSA DE MATOS — Contador
TAKETOSHI SAKURADA — Prefeito
ALMIR MATOS — Tesoureiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 265
DE 10 DE JULHO DE 2.018
SÚMULA: "Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".
PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n°. 2.169 de 21 de junho de 2018, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;
RESOLVE:
Art. 1° - CONCEDER 01 (uma) diária, no valor de R$ 200,00 (Duzentos reais), ao Servidor Municipal JOCELINO CESAR DA SILVA, matrícula n° 1761, ocupante do cargo de Motorista/40hrs, lotado na Manutenção da Divisão da UBS Hélio Cosrini, no seguinte dia, local e finalidade:
Data Horário
Saída/Chegada Destino Motivo
11/07/2018
05:00/17:30hrs
Cianorte - Paraná
Conduzir pacientes para tratamento de saúde.
I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Douradina/PR, 10 de julho de 2018.
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% (c)=(b/a) *100
			no Período	Até o Período (b)	
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.288.160,00	2.288.160,00	200.775,23	694.834,75	30,37
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	54.150,00	54.150,00	7.493,35	50.298,61	92,89
1.1.1- IPTU	0,00	0,00	0,00	-1.689,26	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	54.150,00	54.150,00	7.493,35	51.987,87	96,01
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	531.000,00	531.000,00	107.881,53	364.031,43	68,56
1.2.1- ITBI	530.000,00	530.000,00	107.661,53	363.811,43	68,64
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	220,00	220,00	22,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.557.050,00	1.557.050,00	48.773,32	187.163,88	12,02
1.3.1- ISS	1.550.000,00	1.550.000,00	43.495,31	169.461,12	10,93
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	7.050,00	7.050,00	5.278,01	17.702,76	251,10
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	145.960,00	145.960,00	36.627,03	93.340,83	63,95
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural – ITR (CF,art, 153, 4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	21.536.825,00	21.536.825,00	3.307.474,84	10.649.265,03	49,45
2.1- Cota-Parte FPM	10.255.800,00	10.255.800,00	1.612.117,83	4.633.235,87	45,18
2.1.1- Parcela Referente à CF. art. 159, I, alínea b	9.500.800,00	9.500.800,00	1.612.117,83	4.633.235,87	48,77
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	755.000,00	755.000,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.822.625,00	9.822.625,00	1.599.260,05	5.260.127,46	53,55
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	73.400,00	73.400,00	11.941,42	35.824,26	48,81
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	115.000,00	115.000,00	33.276,87	98.022,81	85,24
2.5- Cota-Parte ITR	470.000,00	470.000,00	6.245,92	67.021,19	14,26
2.6- Cota-Parte IPVA	800.000,00	800.000,00	44.632,75	555.033,44	69,38
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.824.985,00	23.824.985,00	3.508.250,07	11.344.099,78	47,61

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% (c)=(b/a) *100
			no Período	Até o Período (b)	
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	3.000,00	3.000,00	165,21	332,74	11,09
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	551.544,14	551.544,14	140.254,17	299.554,55	54,31
5.1- Transferências do Salário-Educação	302.120,70	302.120,70	52.454,76	179.164,41	59,30
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.869,50	5.869,50	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	145.707,44	145.707,44	22.983,60	45.967,20	31,55
5.4- Transferências Diretas - PNATE	96.841,50	96.841,50	10.020,32	19.205,62	19,83
5.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	54.579,58	54.579,58	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.005,00	1.005,00	215,91	637,74	63,46
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	315,00	315,00	4.795,38	14.669,34	1.656,93
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicações Financeiras dos Recursos de Convênios	315,00	315,00	4.795,38	14.669,34	1.656,93
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	97.686,75	97.686,75	20.104,61	45.955,91	47,04
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONADAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	652.545,89	652.545,89	165.319,37	360.512,54	55,25

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% (c)=(b/a) *100
			no Período	Até o Período (b)	
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.742.010,00	3.742.010,00	661.494,89	2.129.852,80	56,92
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% 2.1)	1.900.160,00	1.900.160,00	322.423,51	926.647,02	48,77
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% 2.2)	1.550.170,00	1.550.170,00	319.851,98	1.052.025,39	67,87
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% 2.3)	14.680,00	14.680,00	2.388,28	7.164,84	48,81
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% 2.4)	23.000,00	23.000,00	6.655,37	19.604,57	85,24
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	94.000,00	94.000,00	1.249,17	13.404,19	14,26
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% 2.6)	160.000,00	160.000,00	8.926,58	111.006,79	69,38
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.828.905,70	3.828.905,70	600.729,64	2.022.690,21	52,83
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.825.730,70	3.825.730,70	599.574,63	2.019.070,94	52,78
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	3.175,00	3.175,00	1.155,01	3.619,27	113,99
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	83.720,70	83.720,70	-61.920,26	-110.781,86	-132,32

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Período (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Período (g)	% (h) = (g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.298.048,42	2.298.048,42	1.573.481,78	68,47	1.573.481,78	68,47	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.298.048,42	2.298.048,42	1.573.481,78	68,47	1.573.481,78	68,47	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	1.530.857,28	1.530.857,28	316.376,36	20,67	316.376,36	20,67	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.530.857,28	1.530.857,28	316.376,36	20,67	316.376,36	20,67	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	3.828.905,70	3.828.905,70	1.889.858,14	49,36	1.889.858,14	49,36	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCICIO ANTERIOR, DO FUNDEB	10.119,41
17.1 - FUNDEB 60%	10.119,41
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUCOES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	10.119,41

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	1.879.738,73
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	77,29
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	15,64
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	7,07

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB NO EXERCICIO ANTERIOR QUE NAO FORAM UTILIZADOS	10.119,41
21- DESPESAS CUSTEADAS COM SALDO DO ITEM 20 ATE O 1º TRIMESTRE DO EXERCICIO	10.119,41

Continuação

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Período (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Período (g)	% (h) = (g/d)x100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	196.029,56	171.029,56	53.738,20	31,42	52.757,80	30,85	0,00
22.1 - Creche	196.029,56	171.029,56	53.738,20	31,42	52.757,80	30,85	0,00
22.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do Fundeb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	196.029,56	171.029,56	53.738,20	31,42	52.757,80	30,85	0,00
22.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do Fundeb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	6.169.237,39	6.184.237,39	2.664.435,07	43,08	2.610.217,54	42,21	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do Fundeb	3.828.905,70	3.828.905,70	1.889.858,14	49,36	1.889.858,14	49,36	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.340.331,69	2.355.331,69	804.978,72	34,18	746.267,59	31,68	0,00
23.9- (-) Dedução de Despesas indevidamente contabilizadas	0,00	0,00	-30.401,79	0,00	-25.908,19	0,00	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENS. R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	170.000,00	170.000,00	58.554,31	34,44	58.554,31	34,44	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (22+23+24+25+26+27)	6.535.266,95	6.525.266,95	2.776.727,58	42,55	2.721.529,65	41,71	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-110.781,86
30- AJUSTE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM GANHO/SUPERÁVIT/RECEITA APLICAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDEE	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEE	10.119,41
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45j)	0,00
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+ 30 + 32 + 33 + 34 + 35) DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-100.662,45
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE((22+23) - 36)	2.763.637,79
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) * 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 25	24,36

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Período (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Período (g)	% (h) = (g/d)x100	
39- DESPESAS CUSTEADAS COM APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	302.495,70	322.495,70	172.944,08	53,63	172.944,08	53,63	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	201.217,75	395.810,47	30.374,58	7,67	30.374,58	7,67	0,00
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40+41+42)	503.713,45	718.306,17	203.318,66	28,31	203.318,66	28,31	0,00
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+43)	7.038.980,40	7.243.573,12	2.980.046,24	41,14	2.924.848,31	40,38	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O PERÍODO	CANCELADOS EM 2018 (j)
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	144.615,34	0,00

Continuação

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	VALOR	
	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE2017	44.804,45	35.904,86
47- (+)INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO	2.019.070,94	179.164,41
48- (-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O PERÍODO	1.879.576,76	176.753,09
48.1 Orçamento do Exercício	1.844.891,72	170.679,65
48.2 Restos a Pagar	34.685,04	6.073,44
49- (+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O PERÍODO	3.619,27	525,93
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	187.917,90	38.842,11
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1 Retenções	0,00	0,00
51.2 Conciliação Bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	187.917,90	38.842,11

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE, emitido em 11/jul/2018 as 13h e 56m.

Para maior transparência na divulgação das despesas liquidadas e das não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, a coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS", deverá ser utilizada no RREO do último bimestre do exercício de referência.

RUBENS BARBOSA DE MATOS — Contador
TAKETOSHI SAKURADA — Prefeito
ALMIR MATOS — Tesoureiro

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas No Periodo	Despesas Empenhadas Até o Periodo (b)	% (b/total b)	Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas No Periodo	Despesas Liquidadas Até o Periodo (d)	% (d/total d)	Saldo (e) = (a-d)
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIA	30.106.294,12	32.702.833,52	3.768.277,06	12.467.071,79	100,00	20.235.761,73	3.789.426,71	12.156.447,10	100,00	20.546.386,42
JUDICIÁRIA	460.150,41	460.150,41	21.563,89	94.524,79	0,76	365.625,62	21.111,89	93.216,79	0,77	366.933,62
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	460.150,41	460.150,41	21.563,89	94.524,79	0,76	365.625,62	21.111,89	93.216,79	0,77	366.933,62
ADMINISTRAÇÃO	3.570.600,00	3.580.743,07	504.123,41	1.475.522,21	11,84	2.105.220,86	506.029,59	1.450.441,57	11,93	2.130.301,50
Administração Financeira	422.500,00	412.643,07	55.202,11	213.623,95	1,71	199.019,12	56.022,90	209.208,64	1,72	203.434,43
Normatização e Fiscalização	300.000,00	300.000,00	37.324,92	114.187,79	0,92	185.812,21	37.324,92	114.187,79	0,94	185.812,21
Planejamento e Orçamento	555.500,00	555.500,00	63.082,69	167.824,98	1,35	387.675,02	64.582,44	166.627,03	1,37	388.872,97
Administração Geral	2.043.600,00	2.063.600,00	322.919,75	904.582,69	7,26	1.159.017,31	322.505,39	885.115,31	7,28	1.178.484,69
Formação de Recursos Humanos	249.000,00	249.000,00	25.593,94	75.302,80	0,60	173.697,20	25.593,94	75.302,80	0,62	173.697,20
DEFESA NACIONAL	71.000,00	71.000,00	5.937,80	18.178,39	0,15	52.821,61	5.937,80	18.178,39	0,15	52.821,61
Defesa Terrestre	71.000,00	71.000,00	5.937,80	18.178,39	0,15	52.821,61	5.937,80	18.178,39	0,15	52.821,61
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.912.726,58	1.955.602,58	179.314,11	533.825,65	4,28	1.421.776,93	194.313,51	528.383,55	4,35	1.427.219,03
Assistência Comunitária	1.757.466,58	1.767.184,58	157.034,11	472.755,85	3,79	1.294.428,73	162.905,51	468.963,75	3,86	1.298.220,83
Assistência à Criança a ao Adolescente	155.260,00	188.418,00	22.280,00	61.069,80	0,49	127.348,20	31.408,00	59.419,80	0,49	128.998,20
SAÚDE	7.390.235,59	8.285.660,23	1.242.419,83	3.761.833,07	30,17	4.523.827,16	1.266.308,25	3.562.515,44	29,31	4.723.144,79
Atenção Básica	7.390.235,59	8.285.660,23	1.242.419,83	3.761.833,07	30,17	4.523.827,16	1.266.308,25	3.562.515,44	29,31	4.723.144,79
TRABALHO	231.000,00	231.000,00	30.995,05	86.952,67	0,70	144.047,33	31.755,34	86.800,16	0,71	144.199,84
Fomento ao Trabalho	231.000,00	231.000,00	30.995,05	86.952,67	0,70	144.047,33	31.755,34	86.800,16	0,71	144.199,84
EDUCAÇÃO	7.184.812,84	7.389.405,56	980.863,66	3.043.247,99	24,41	4.346.157,57	947.642,03	2.983.190,46	24,54	4.406.215,10
Educação Especial	55.000,00	105.000,00	4.607,62	62.645,84	0,50	42.354,16	4.607,62	62.645,84	0,52	42.354,16
Alimentação e Nutrição	315.832,44	315.832,44	37.014,90	91.354,27	0,73	224.478,17	40.932,30	90.988,27	0,75	224.844,17
Ensino Fundamental	5.762.536,59	5.942.129,31	800.467,85	2.397.052,70	19,23	3.545.076,61	777.626,25	2.357.138,50	19,39	3.584.990,81
Administração Geral	855.414,25	855.414,25	130.033,87	438.456,98	3,52	416.957,27	114.076,99	419.660,05	3,45	435.754,20
Educação Infantil	196.029,56	171.029,56	8.739,42	53.738,20	0,43	117.291,36	10.398,87	52.757,80	0,43	118.271,76
URBANISMO	1.655.800,00	1.970.543,36	212.195,90	609.289,16	4,89	1.361.254,20	216.531,60	609.184,12	5,01	1.361.359,24
Infra-Estrutura Urbana	150.000,00	544.743,36	101.311,12	206.051,44	1,65	338.691,92	101.311,12	206.051,44	1,69	338.691,92
Serviços Urbanos	1.505.800,00	1.425.800,00	110.884,78	403.237,72	3,23	1.022.562,28	115.220,48	403.132,68	3,32	1.022.667,32
HABITAÇÃO	100.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Habitação Urbana	100.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
SANEAMENTO	361.000,00	341.000,00	15.234,73	69.953,26	0,56	271.046,74	15.234,73	69.953,26	0,58	271.046,74
Saneamento Básico Urbano	361.000,00	341.000,00	15.234,73	69.953,26	0,56	271.046,74	15.234,73	69.953,26	0,58	271.046,74
GESTÃO AMBIENTAL	165.000,00	1.187.100,76	77.784,86	1.049.904,35	8,42	137.196,41	77.784,86	1.049.904,35	8,64	137.196,41
Recursos Hídricos	21.000,00	7.010,00	0,00	0,00	0,00	7.010,00	0,00	0,00	0,00	7.010,00
Preservação e Conservação Ambiental	100.000,00	928.287,81	0,00	924.327,06	7,41	3.960,75	0,00	924.327,06	7,60	3.960,75
Controle Ambiental	44.000,00	251.802,95	77.784,86	125.577,29	1,01	126.225,66	77.784,86	125.577,29	1,03	126.225,66
AGRICULTURA	739.586,00	739.586,00	82.962,99	259.428,98	2,08	480.157,02	78.981,23	253.376,22	2,08	486.209,78
Promoção da Produção Agropecuária	739.586,00	739.586,00	82.962,99	259.428,98	2,08	480.157,02	78.981,23	253.376,22	2,08	486.209,78
INDÚSTRIA	2.813.031,00	2.813.031,00	12.087,90	37.932,35	0,30	2.775.098,65	12.087,90	37.932,35	0,31	2.775.098,65
Promoção Industrial	2.813.031,00	2.813.031,00	12.087,90	37.932,35	0,30	2.775.098,65	12.087,90	37.932,35	0,31	2.775.098,65
COMÉRCIO E SERVIÇOS	127.905,00	107.905,00	14.980,37	35.878,71	0,29	72.026,29	14.980,37	35.878,71	0,30	72.026,29
Turismo	71.405,00	51.405,00	8.176,24	15.112,42	0,12	36.292,58	8.176,24	15.112,42	0,12	36.292,58
Promoção Comercial	56.500,00	56.500,00	6.804,13	20.766,29	0,17	35.733,71	6.804,13	20.766,29	0,17	35.733,71
TRANSPORTE	2.770.146,70	2.770.146,70	306.957,64	1.192.828,25	9,57	1.577.318,45	321.188,97	1.186.143,39	9,76	1.584.003,31
Transporte Rodoviário	2.628.146,70	2.668.146,70	306.957,64	1.192.828,25	9,57	1.475.318,45	321.188,97	1.186.143,39	9,76	1.482.003,31
Transportes Coletivos Urbanos	142.000,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00
DESPORTO E LAZER	373.300,00	599.958,85	60.460,49	140.188,02	1,12	459.770,83	59.144,21	133.764,40	1,10	466.194,45
Lazer	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Desporto Comunitário	273.300,00	283.300,00	60.460,49	140.188,02	1,12	143.111,98	59.144,21	133.764,40	1,10	149.535,60
Desporto de Rendimento	50.000,00	266.658,85	0,00	0,00	0,00	266.658,85	0,00	0,00	0,00	266.658,85
ENCARGOS ESPECIAIS	180.000,00	180.000,00	20.394,43	57.583,94	0,46	122.416,06	20.394,43	57.583,94	0,47	122.416,06
Serviço da Dívida Interna	180.000,00	180.000,00	20.394,43	57.583,94	0,46	122.416,06	20.394,43	57.583,94	0,47	122.416,06
TOTAL	**30.106.294,12**	**32.702.833,52**	**3.768.277,06**	**12.467.071,79**	**100,00**	**20.235.761,73**	**3.789.426,71**	**12.156.447,10**	**100,00**	**20.546.386,42**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE emitido em11/jul/2018 as 13h e 49m.

RUBENS BARBOSA DE MATOS — Contador
TAKETOSHI SAKURADA — Prefeito
ALMIR MATOS — Tesoureiro

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO / 2.018

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	24.506.805,51	26.517.276,72	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%>	5.391.497,21	5.833.800,88	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,80%>	4.852.347,49	5.250.420,79	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:			

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 11/jul/2018 as 11h e 23m.

RUBENS BARBOSA DE MATOS — Contador
TAKETOSHI SAKURADA — Prefeito
ALMIR MATOS — Tesoureiro

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMOSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – Anexo VII (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos Em Exercícios Anteriores (a)	Inscritos Em 31 de dezembro de 2017 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b) - (c+d)	Inscritos Em Exercícios Anteriores (f)	Inscritos Em 31 de dezembro de 2017 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g) - (i+j)	L=(e+k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	164.664,58	403.248,15	374.654,05	86.436,00	106.822,68	95.812,42	110.723,78	104.781,26	104.781,26	5.162,75	96.592,19	203.414,87
PODER EXECUTIVO	164.664,58	403.248,15	374.654,05	86.436,00	106.822,68	95.812,42	110.723,78	104.781,26	104.781,26	5.162,75	96.592,19	203.414,87
TOTAL (III) = (I + II)	**164.664,58**	**403.248,15**	**374.654,05**	**86.436,00**	**106.822,68**	**95.812,42**	**110.723,78**	**104.781,26**	**104.781,26**	**5.162,75**	**96.592,19**	**203.414,87**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE, emitido em 11/jul/2018 as 13h e 54m.

RUBENS BARBOSA DE MATOS — Contador
TAKETOSHI SAKURADA — Prefeito
ALMIR MATOS — Tesoureiro

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.288.160,00	2.288.160,00	694.834,75	30,37
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	0,00	0,00	-1.689,26	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	530.000,00	530.000,00	363.811,43	68,64
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.550.000,00	1.550.000,00	169.461,12	10,93
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	145.960,00	145.960,00	93.340,83	63,95
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	10.000,00	10.000,00	17.922,76	179,23
Dívida Ativa dos Impostos	36.500,00	36.500,00	36.645,78	100,40
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	15.700,00	15.700,00	15.342,09	97,72
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.781.825,00	20.781.825,00	10.649.265,03	51,24
Cota-Parte FPM	9.500.800,00	9.500.800,00	4.633.235,87	48,77
Cota-Parte ITR	470.000,00	470.000,00	67.021,19	14,26
Cota-Parte IPVA	800.000,00	800.000,00	555.033,44	69,38
Cota-Parte ICMS	9.822.625,00	9.822.625,00	5.260.127,46	53,55
Cota-Parte IPI-Exportação	115.000,00	115.000,00	98.022,81	85,24
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	73.400,00	73.400,00	35.824,26	48,81
Desoneração ICMS (LC 87/96)	73.400,00	73.400,00	35.824,26	48,81
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**23.069.985,00**	**23.069.985,00**	**11.344.099,78**	**49,17**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.534.315,00	3.057.315,00	1.210.051,90	39,58
Provenientes da União	2.004.315,00	2.527.315,00	964.977,94	38,18
Provenientes do Estado	530.000,00	530.000,00	245.073,96	46,24
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIAS	0,00	165.000,00	670.946,95	406,63
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**2.534.315,00**	**3.222.315,00**	**1.880.998,85**	**58,37**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS EMPENHADAS % (f/e)*100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	7.332.785,59	7.621.921,59	3.359.165,03	44,07	3.262.425,15	42,80
Pessoal e Encargos Sociais	3.311.275,25	3.892.796,45	1.777.320,12	45,66	1.768.748,06	45,44
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.021.510,34	3.729.125,14	1.581.844,91	42,42	1.493.677,09	40,05
DESPESAS DE CAPITAL	57.450,00	663.738,64	402.668,04	60,67	300.090,29	45,21
Investimentos	57.450,00	663.738,64	402.668,04	60,67	300.090,29	45,21
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**7.390.235,59**	**8.285.660,23**	**3.761.833,07**	**45,40**	**3.562.515,44**	**43,00**

Continuação

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (h)	DESPESAS EMPENHADAS % (h/IVf) *100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (i)	DESPESAS LIQUIDADAS % (i/IVg) *100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.543.725,00	3.669.149,64	1.337.642,79	35,56	1.184.940,16	33,26
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	2.543.725,00	3.414.453,29	1.247.946,44	33,17	1.097.432,81	30,80
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	254.696,35	89.696,35	2,38	87.507,35	2,46
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0.00	0.00	872,00	0,02	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE	0.00	0.00	215.450,14	5,73	215.450,14	6,05
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0.00	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. CUSTEADAS COM REC. VINC. À PARC. DO PERC. MÍN. QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERV. DE SAÚDE EM EXERC. ANTERIORES	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ANTERIORES	0.00	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	**2.543.725,00**	**3.669.149,64**	**1.553.964,93**	**41,31**	**1.400.390,30**	**39,31**
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**4.846.510,59**	**4.616.510,59**	**2.207.868,14**	**58,69**	**2.162.125,14**	**60,69**

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	**19,06**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(IIIb * 15%) - VI]	**460.510,17**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS / PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Exercício 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	**0,00**	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
TOTAL (IX)			

Continuação

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por SubFunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (l)	DESPESAS EMPENHADAS % (l/total l) *100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (m)	DESPESAS LIQUIDADAS % (m/total m) *100
Atenção Básica	7.390.235,59	8.285.660,23	3.761.833,07	100,00	3.562.515,44	100,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**7.390.235,59**	**8.285.660,23**	**3.761.833,07**	**100,00**	**3.562.515,44**	**100,00**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE, emitido em 11/jul/2018 as 13h e 57m.

RUBENS BARBOSA DE MATOS
Contador

TAKETOSHI SAKURADA
Prefeito

ALMIR MATOS
Tesoureiro

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XIV R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Período
RECEITAS	
Previsão Inicial	31.461.310,12
Previsão Atualizada	32.277.457,69
Receitas Realizadas	14.617.006,44
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	1.780.391,83
DESPESAS	
Dotação Inicial	30.106.294,12
Créditos Adicionais	2.596.539,40
Dotação Atualizada	32.702.833,52
Despesas Empenhadas	12.467.071,79
Despesas Liquidadas	12.156.447,10
Despesas Pagas	11.543.139,35
Superávit Orçamentário	2.460.559,34

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até Período
Despesas Empenhadas	12.467.071,79
Despesas Liquidadas	12.156.447,10

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Período
Receita Corrente Líquida	26.517.276,72

Continuação

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até Período
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado até o Período (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	2.648.977,09	0,00
Resultado Primário	0,00	2.548.132,78	0,00

Continuação

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrito	Cancelado Até o Período	Pagamento Até o Período	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	567.912,73	86.436,00	374.654,05	106.822,68
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	206.536,20	5.162,75	104.781,26	96.592,19
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	774.448,93	91.598,75	479.435,31	203.414,87

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até Período	Limites Constitucionais Anuais % Mínimo a Aplicar Exerc.	Limites Constitucionais Anuais % Aplicado Até o Período
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos em MDE	2.763.637,79	<18% / 25%>	24,36
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	1.573.481,78	60%	77,29
Complementação da União ao FUNDEB – Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB		10%	

Continuação

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até Período	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	3.000.000,00
Despesa de Capital Líquida	1.791.970,38	5.424.335,15

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	Valor Apurado Até Período	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	74.791,99	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Período	Limites Constitucionais Anuais % Mínimo a Aplicar Exerc.	Limites Constitucionais Anuais % Aplicado até o Período
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.162.125,14	15,00	19,06

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas/RCL (%)	0,00

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.018/BIMESTRE MAIO-JUNHO

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE, emitido em 11/jul/2018 as 14h e 02m.

RUBENS BARBOSA DE MATOS
Contador

TAKETOSHI SAKURADA
Prefeito

ALMIR MATOS
Tesoureiro

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 1º SEMESTRE DE 2.018

LRF, Art. 48 - Anexo VI | R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	26.517.276,72	
Receita Corrente Líquida Ajustada	26.517.276,72	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Despesa Total com Pessoal - DTP	12.829.270,00	48,38
Limite Máximo (Incisos I, II, III, Art. 20 da LRF) - <54,00%>	14.319.329,43	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, Art. 22 da LRF) - <95% do Limite Máximo>	13.603.362,96	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <90% do Limite Máximo>	12.887.396,49	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	-8.672.059,31	-32,70
Limite definido por Resolução do Senado Federal	31.820.732,06	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.833.800,88	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito Externas e Internas	4.242.764,28	16,00
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antecipação da Receita	1.856.209,37	7,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE, emitido em 11/jul/2018 as 11h e 36m.

RUBENS BARBOSA DE MATOS
Contador

TAKETOSHI SAKURADA
Prefeito

ALMIR MATOS
Tesoureiro

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RGF – ANEXO 2 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") | R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até 1º Sem.		
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	176.048,83	388.350,84		
Dívida Mobiliária	0,00	0,00		
Dívida Contratual	176.048,83	388.350,84		
Empréstimos	0,00	0,00		
Interna	0,00	0,00		
Externa	0,00	0,00		
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00		
Financiamentos	0,00	0,00		
Internos	0,00	0,00		
Externos	0,00	0,00		
Parcelamento e Renegociação de dívidas	176.048,83	388.350,84		
De Tributos	0,00	0,00		
De Contribuições Previdenciárias	17.585,88	226.750,80		
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00		
Do FGTS	158.462,95	161.600,04		
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00		
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00		
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00		
Outras Dívidas	0,00	0,00		
DEDUÇÕES (II)	7.144.161,38	9.060.410,15		
Disponibilidade de Caixa	7.144.161,38	9.060.410,15		
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.712.074,11	9.780.540,58		
(–) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	567.912,73	720.130,43		
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I-II)	-6.968.112,55	-8.672.059,31		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	24.506.805,51	26.517.276,72		
% DA DC SOBRE RCL (I/RCL)	0,72	1,46		
% DA DCL SOBRE RCL (III/RCL)	-28,43	-32,70		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – <120%>	29.408.166,61	31.820.732,06		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	26.467.349,95	28.638.658,86		

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até 1º Sem.		
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00		
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	147.668,56	75.385,83		
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00		
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00		
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	79.928,29	193.939,87		
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	206.536,20	96.592,19		
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00		
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00		
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00		

RUBENS BARBOSA DE MATOS
Contador

TAKETOSHI SAKURADA
Prefeito

ALMIR MATOS
Tesoureiro

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2017 A JUNHO/2018

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") | R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LÍQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	7 / 2.017	8 / 2.017	9 / 2.017	10 / 2.017	11 / 2.017	12 / 2.017	1 / 2.018	2 / 2.018	3 / 2.018	4 / 2.018	5 / 2.018	6 / 2.018	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	956.810,68	965.235,98	953.919,36	962.493,38	962.307,36	1.913.126,55	1.040.980,19	992.650,48	1.057.785,38	1.028.552,67	1.022.911,70	1.022.801,63	12.879.575,36	0,00
Pessoal Ativo	951.809,52	960.234,82	948.918,20	958.142,22	957.956,20	1.903.930,38	1.036.206,32	987.876,61	1.053.011,51	1.023.778,80	1.018.137,83	1.018.027,76	12.818.030,17	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	801.202,15	809.696,19	798.374,42	808.343,95	807.748,38	1.587.741,05	868.300,46	830.202,62	892.705,66	866.062,81	859.245,65	861.087,11	10.790.710,45	0,00
Obrigações Patronais	150.607,37	150.538,63	150.543,78	149.798,27	150.207,82	316.189,33	167.905,86	157.673,99	160.305,85	157.715,99	158.892,18	156.940,65	2.027.319,72	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.001,16	5.001,16	5.001,16	4.351,16	4.351,16	9.196,17	4.773,87	4.773,87	4.773,87	4.773,87	4.773,87	4.773,87	61.545,19	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	5.001,16	5.001,16	5.001,16	4.351,16	4.351,16	9.196,17	4.773,87	4.773,87	4.773,87	4.773,87	4.773,87	4.773,87	61.545,19	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.166,38	2.209,08	2.212,71	2.153,82	2.139,06	5.404,60	0,00	0,00	34.019,71	0,00	0,00	0,00	50.305,36	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.019,71	0,00	0,00	0,00	34.019,71	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	2.166,38	2.209,08	2.212,71	2.153,82	2.139,06	5.404,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.285,65	0,00
Pensionistas	625,15	625,15	625,15	543,90	543,90	1.149,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.112,77	0,00
IRRF	1.541,23	1.583,93	1.587,56	1.609,92	1.595,16	4.255,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.172,88	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	954.644,30	963.026,90	951.706,65	960.339,56	960.168,30	1.907.721,95	1.040.980,19	992.650,48	1.023.765,67	1.028.552,67	1.022.911,70	1.022.801,63	12.829.270,00	0,00

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2017 A JUNHO/2018

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") | R$ 1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.517.276,72	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTA (VI)	26.517.276,72	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (VII) = (III a + III b)	**12.829.270,00**	**48,38**
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	14.319.329,43	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 % VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	13.603.362,96	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 % VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	12.887.396,49	48,60

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável, emitido em 11/jul/2018 as 11h e 22m.
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

RUBENS BARBOSA DE MATOS
Contador

TAKETOSHI SAKURADA
Prefeito

ALMIR MATOS
Tesoureiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 172/2018
EMENTA: Dispõe sobre a composição da Comissão de Recebimento de Bens e Serviços no âmbito municipal, e dá outras providencias.
PREÂMBULO: Eu, ALEXANDRE LUCENA, Prefeito Municipal de Cidade Gaúcha – PR, no uso de minhas atribuições legais, e com base nas normas legais pertinentes á matéria, e,
Considerando o disposto nos artigos 15, § 8º, 62, 69, 73 e 74, da Lei Federal n.º 8.666/93;
Considerando que é dever da administração pública, observar e vistoriar as obras e bens adquiridos, objetos de licitação, de modo a comprovar a adequação do objeto ao termo contratual e recebê-los, dando quitação total ou parcial das obrigações assumidas nos respectivos contratos.
RESOLVE
Art 1º. Constituir a Comissão de Recebimento de Bens e Serviços, da Prefeitura Municipal de Cidade Gaucha – PR, integrada pelos membros adiante relacionados.
Parágrafo único: O mandato da citada comissão terá inicio com a publicação deste ato e término em 31 de Dezembro de 2018.

Art 2º. A Comissão de Recebimento de Bens e Serviços, será composta pelos seguintes servidores:
-Marli Schwengber – CPF n.º 008.341.379-09
-Roberto Sidnei Hauth – CPF n.º 403.135.149-68
-Cristiane Antonia Camilo – CPF n.º 051.514.489-43
-Alexandrina dos Santos Araújo – CPF n.º 036.950.609-05
-Marli Guimarães Schwingber – CPF n.º 754.248.439-72
-Alexandre Rocha Caresia – CPF n.º 053.738.719-66
-Edilaine de Carvalho Ferraz – CPF n.º 064.238.629-31
Art 3º. A Comissão de Recebimento de Bens e Serviços funcionará na modalidade de maioria simples. Ou dependendo da especialidade necessária do bem ou serviço a serem recebidos, os membros poderá atuar de forma unitária, devendo os outros trabalhar como assistentes simples.
Art 4º. O recebimento definitivo dos materiais e serviços dar-se-á mediante termo circunstanciado.
Art 5º. A Comissão ora designada reunir-se-á tantas vezes quantas necessário for, na forma da legislação vigente, e quando convocada pelo Chefe do Executivo Municipal.
Art 6º. Os serviços prestados pela Comissão são considerados de relevante interesse público, contudo, serão prestados sem ônus para o Município.
Art 7º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.
Edifício da Prefeitura Municipal de Cidade Gaucha – PR, em 11 de Julho de 2018.
ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2018
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-ME/EPP/MEI.
PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA ME/EPP/MEI LOCAIS E REGIONAIS
O MUNICIPIO DE PÉROLA, Estado do Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório para contratação do objeto abaixo especificado, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, observada as disposições contidas na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 2367 de 31 de março de 2017 e o Decreto Municipal nº 012/2009, e demais legislações pertinentes, bem como as disposições contidas no presente Edital.
TIPO: Menor Preço Global Por Lote.
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de grades de proteção nos Prédios dos Postos de Atenção Primária do Município de Pérola, Estado do Paraná.
DATA E HORÁRIO DO PROTOCOLO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação, deverão ser protocolados IMPRETERIVELMENTE, no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura de Pérola, sito na Av. Dona Pérola Byington, nº 1800 Pérola/PR, até as 11h00min do mesmo dia previsto para abertura do certame, onde não serão aceitos envelopes com protocolo após o horário determinado, com o objetivo de não causar tumulto no momento de inicio da sessão.
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h00min do dia 25/07/2018.
LOCAL DA ABERTURA: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pérola, sito na Avenida Dona Pérola Byington, nº 1800, CEP: 87.540-000, em Pérola, Estado do Paraná.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 2367 de 31 de março de 2017, e o Decreto Municipal nº 012/2009.
INFORMAÇÕES: O inteiro teor do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: http://www.perola.pr.gov.br/, no link Processos Licitatórios. Maiores informações pelo Fone: (44) 3636-8300, de Segunda à Sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.
Pérola/PR, 10 de Julho de 2018.
ANA LUZEVILDE BIACA DE SOUSA
Prefeita em Exercício.

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE INABILITAÇÃO DE LICITANTES
PREGÃO PRESENCIAL N° 084/2018
OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa do ramo para o fornecimento de suplementos nutricionais e dietas enterais, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, desse Município.
O Município de Guaíra, Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria Municipal n° 001/2018, torna público, que conforme motivos expostos na Segunda Ata, decide e declara INABILITADA as empresas PRO VIDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA nos itens 03 e 04; e RCA MATERIAIS MÉDICOS LTDA – ME no item 04. A Comissão atendendo o disposto na Lei Federal 8.666/93, abre-se prazo para recurso.
Comuniquem-se as empresas. Publique-se.
Guaíra (PR), em 11 de julho de 2018.
Anildo Morais Peraçoli/Pregoeiro /Comissão Permanente de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 183/2018.
Anula a sessão pública de julgamento das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 36/2018-PMP.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a informação nos autos do Pregão Presencial nº 36/2018-PMP, que a empresa SAVIMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS-ME, não foi credenciada para participação no certame, mesmo tendo sido protocolado seus envelopes tempestivamente;
CONSIDERANDO o parecer jurídico emitido quanto aos vícios apresentados na formalização do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 36/2018-PMP;
CONSIDERANDO o poder-dever da Administração Pública de rever e anular os seus próprios atos, visando o interesse público, conforme o principio da autotutela assentado pelas súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal – STF;
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica anulado a sessão pública de julgamento das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 36/2018-PMP, para incluir no credenciamento a empresa SAVIMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS-ME.
Art. 2º - Fica determinada a realização de nova sessão pública de abertura e julgamento das propostas apresentadas para o Pregão Presencial nº 36/2018-PMP, no dia 17/07/2018 às 14:00 horas.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pérola/PR, 11 de julho de 2018.
ANA LUZEVILDE BIACA DE SOUSA
Prefeita em Exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 126/2018
Homologa parecer exarado por Comissão Municipal de Pregão e Equipe de Apoio sobre julgamento de propostas apresentada em atendimento ao disposto no Edital de Pregão Presencial nº. 044/2018 de 03 de julho de 2018 e dá outras providências.
CLAUDENIR GERVASONE – Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,
D E C R E T A,
Art.1º-Fica homologado o parecer exarado pela Comissão Municipal de Pregão e Equipe de Apoio, constituída consoante a Portaria nº. 003/2018 de 03 de janeiro de 2018, sobre julgamento da proposta apresentada em atendimento ao disposto no Edital de Pregão Presencial nº. 051/2018 de 26 de junho de 2018, que tinha como objeto a Contratação para fornecimento de 01 Pá Carregadeira sobre rodas, de fabricação nacional, para o Município de Altônia.
Art. 2º - Declara como vencedora da concorrência à proposta da empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO S.A., no lote único com valor total de R$ 315.000,00 (trezentos e quinze reais).
Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação
Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 11 de julho de 2018.
CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 155/2018
SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração a pedido do senhor JOSE BUENO DA SILVA, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR a pedido o senhor JOSE BUENO DA SILVA, portadora do RG: 1.353.020-3 SSP/PR e CPF 209.297.309-68, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Obras e Serviços Urbanos do Quadro de Servidores Comissionados deste município, a contar da data de 10 de junho de 2018.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando o ato pela publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 10 dias do mês de julho do ano de 2018.
JOAO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
EDITAL Nº 05/2018 – HOMOLOGAÇÃO CLASSIFICAÇÃO FINAL
EDITAL DE TESTE SELETIVO N.º 001/2018
O Presidente da Câmara do Município de Ivaté - PR, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Resolução nº 02/2017 e o Edital nº 01/2018 e suas alterações, TORNA PÚBLICO, a homologação da classificação final, conforme segue:
Art. 1º - Fica divulgada a homologação da classificação final do Teste Seletivo – Edital nº 01/2018, como segue abaixo:
INSCNOMENOTACLASSCARGO
6674CAMILA MARA NOGUEIRA58,501ADVOGADO
Ivaté, 03 de julho de 2018.
Misael Alves da Silva
Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 154/2018
SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração a pedido do senhor DANILLO DURAES TRINDADE, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - EXONERAR a pedido o senhor DANILLO DURAES TRINDADE, portadora do RG: 9.380.498-8 SSP/PR e CPF 054.191.039-66, ocupante do cargo de Chefe de Departamento Rodoviário Municipal, do Quadro de Servidores Comissionados deste município, a contar da data de 10 de junho de 2018.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando o ato pela publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 10 dias do mês de julho do ano de 2018.
JOAO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 4.713/2018
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.449 de 22 de Dezembro de 2017.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Anulação de Dotação no corrente exercício financeiro de 2018, inclusão/alteração dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2018 e do Plano Plurianual de 2018 a 2021, no limite de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), mediante a seguinte ordem classificatória:
02GOVERNO MUNICIPAL
02.01GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
04.122.0002.2.002MANUT. DO GABINETE DO PREFEITO
3.1.90.11.00.0025OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA5.000,00
FONTE:000RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)5.000,00
Art. 2º. Como recurso para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo utilizar-se-á da anulação integral ou parcial de dotações do orçamento do exercício corrente, como segue:
02GOVERNO MUNICIPAL
02.01GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
04.122.0002.2.002MANUT. DO GABINETE DO PREFEITO
3.1.90.11.00.0022MATERIAL DE CONSUMO5.000,00
FONTE:000RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)5.000,00
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 10 dias do mês de Julho de 2018.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 4.717/2018
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.449 de 22 de Dezembro de 2017.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Anulação de Dotação no corrente exercício financeiro de 2018, inclusão/alteração dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2018 e do Plano Plurianual de 2018 a 2021, no limite de R$ 5.875,80 (cinco mil oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos), mediante a seguinte ordem classificatória:
09.00SECRETARIA DE AGRICULTURA
09.01GABINETE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
20.606.0019.2.058APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
3.3.90.30.00.00487MATERIAL DE CONSUMO5.875,80
FONTE:000RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES5.875,80
Art. 2º. Como recurso para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo utilizar-se-á da anulação integral ou parcial de dotações do orçamento do exercício corrente, como segue:
09.00SECRET. AGRICULTURA
09.01GABINETE DA SECRETARIA DA AGRICULTURA
20.606.0019.2.058APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
3.1.90.13.00483OBRIGACOES PATRONAIS5.875,80
FONTE:000RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES5.875,80
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 11 dias do mês de Julho de 2018.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 1837/2018
SÚMULA: Abre Créditos Adicionais Suplementares por Anulação de Dotação e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal Nº. 441, de 15 (quinze) de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial do Município (Jornal Umuarama Ilustrado) em 16 de dezembro de 2017.
DECRETA:
Art. 1º. Abre Créditos Adicionais Suplementares por Anulação de Dotação no corrente exercício financeiro no valor de R$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais), mediante a inclusão de rubrica de despesas da dotações orçamentárias:
0700SECRETARIA DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER
0701GABINETE DO SECRETARIO
123610007.2.021000Manutencao do Gabinete do Secretario de Educacao
3.3.90.36.00.00.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA23653.400,00
0700SECRETARIA DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER
0703DIVISAO DE ESPORTE E LAZER
278120012.2.037000Manutencao da Divisao de Esportes e Lazer
3.3.90.39.00.00.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA393310.000,00
0900SEC. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
0902DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
154510016.2.049000Manutencao da Divisao de Obras, Planejamento Urbano e Servicos Publico
3.3.90.39.00.00.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA512420.000,00
1400SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL
1401GABINETE DO SECRETARIO
082440005.2.066000Manutencao do Gabinete do Secretario de Promocao Social
3.3.90.36.00.00.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA64603.400,00
Fonte de Recursos000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente
0700SECRETARIA DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER
0702DIVISAO DE EDUCACAO
123650007.2.032000Manutencao do Centro de Educacao Infantil
3.3.90.36.00.00.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA349510.000,00
Fonte de Recursos103 5% sobre Transferencias Constitucionais
Art. 2º. Para cobertura dos Créditos autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal reduzirá as seguintes dotações do orçamento vigente:
0300SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRACAO
0304DIVISAO DE COMPRAS E LICITACAO
041220003.2.014000Manutencao da Divisao de Compras e Licitacoes
3.3.90.39.00.00.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA70610.000,00
0300SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRACAO
0306PROCURADORIA MUN. ASSUNTOS JURIDICOS
040910003.2.085000Manutencao das Atividades da Procuradoria Municipal
3.1.90.11.00.00.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL94826.800,00
0800SECRETARIA DE SAUDE
0803DIVISAO DE ASSISTENCIA A SAUDE
103010014.2.106000Manutencao da Divisao de Assistencia a Saude
3.1.90.16.00.00.00OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVI476410.000,00
Fonte de Recursos000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - Pr., aos 11 (onze) dias do mês de julho de 2018.
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO
CONTRATANTE: Município de Tapejara, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF 76.247.345/0001-06;
CONTRATADA: A. TARTARI CIANORTE - ME.
MODALIDADE: Convite nº 006/2017
OBJETO: Aditivo de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 099/2017.
PRAZO: 03 (três) meses, tendo assim sua vigência a partir de 14/06/2018 até a data de 12/09/2018.
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/Pr, 11 de junho de 2018.
RODRIGO DE OLVIERA SOUZA KOIKE
Prefeito Municipal
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 074/2018
OBJETO: Aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE), em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO n.º 19/2017 – FNDE/MEC - REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses
VALOR: R$-418.812,00 (quatrocentos e dezoito mil oitocentos e doze reais)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, em 10 de julho de 2018
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
MUNICÍPIO DE TAPEJARA

CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Município de Altônia - Estado do Paraná.
Lei Federal nº. 8.742/93 / Lei Municipal nº. 1666 de 28/05/2018
Email- cmasaltonia@gmail.com

RESOLUÇÃO Nº. 04/2018

SUMULA: Manifestação do Conselho Municipal de Assistência Social referente à aprovação da Prestação de Contas referente a Janeiro/2017 a Junho/2018 do incentivo estadual PAIF- Deliberação 080/2013 CEAS/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS - de Altônia-PR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 1666 de 28 de maio de 2018, e

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, ocorrida no dia 10 de julho de 2018 na sala de reuniões da Prefeitura, sito a Rua Rui Barbosa, nº 815, centro;

CONSIDERANDO a deliberação 080/2013 CEAS-PR

CONSIDERANDO a ATA 002/2018 do CMAS;

CONSIDERANDO as orientações enviadas por e-mail pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS/PR Umuarama/PR;

RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar PARECER FAVORÁVEL a prestação de contas do Incentivo financeiro estadual da SEDS-PR no valor total de R$ 34.308,00(trinta e quatro mil e trezentos e oito reais) sendo R$ 17.154,00 (dezessete mil, cento e cinqüenta e quatro reais) de custeio e R$ 17.154,00 (dezessete mil, cento e cinqüenta e quatro reais) de investimento. Rendimento R$ 3.394,62 (três mil trezentos e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos). Devolução/Restituição R$ 194,15 (cento e noventa e quatro reais e quinze centavos). Saldo em conta atual: R$ 781,77 (setecentos e oitenta e um reais e setenta e sete centavos)

Art. 2º - O CMAS justifica aprovação do pagamento de itens de investimento no mês de julho no valor de R$ 9.830,00 (nove mil oitocentos e trinta reais), por se tratar de processo licitatório, modalidade pregão presencial que ocorreu no mês de junho de 2018, conforme Decreto nº 114/2018 e Processo administrativo nº 0121/2017

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições a contrário.

Altônia-PR 10 de Julho de 2018.

Marcia Pereira Pinto
Presidente do CMAS

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Poder: Executivo

Período de Referência: 07/2017 a 06/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art . 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) - EMPENHADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	Jul/2017	Ago/2017	Set/2017	Out/2017	Nov/2017	Dez/2017	Jan/2018	Fev/2018	Mar/2018	Abr/2018	Mai/2018	Jun/2018	TOTAL (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.774.607,51	3.729.063,15	3.773.303,00	3.473.666,61	6.824.765,10	4.903.991,78	3.765.385,04	4.032.678,00	4.125.591,93	3.488.459,25	3.884.265,63	3.721.975,83	49.497.752,83	381.929,39
Pessoal Ativo	3.700.943,41	3.571.596,80	3.368.903,63	3.306.975,34	6.675.129,80	4.555.940,42	3.503.485,05	3.516.075,01	3.759.189,98	3.742.384,17	3.833.036,34	3.646.101,81	47.179.761,76	200.402,99
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.075.726,19	2.947.460,32	2.747.278,40	2.682.249,37	5.423.503,41	3.828.236,35	2.892.089,36	2.863.550,69	3.098.238,41	3.088.793,77	3.179.428,75	3.009.980,28	38.836.535,30	200.402,99
Obrigações Patronais	625.217,22	624.136,48	621.625,23	624.725,97	1.251.626,39	727.704,07	611.395,69	652.524,32	660.951,57	653.590,40	653.607,59	636.121,53	8.343.226,46	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	73.664,10	73.664,10	73.664,10	73.664,10	147.328,20	73.664,10	75.874,02	75.874,02	75.874,02	75.874,02	75.874,02	75.874,02	970.892,82	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	66.167,96	66.167,96	66.167,96	66.167,96	132.335,92	66.167,96	68.153,00	68.153,00	68.153,00	68.153,00	68.153,00	68.153,00	872.093,72	0,00
Pensões	7.496,14	7.496,14	7.496,14	7.496,14	14.992,28	7.496,14	7.721,02	7.721,02	7.721,02	7.721,02	7.721,02	7.721,02	98.799,10	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	83.802,25	330.735,27	93.027,17	2.307,10	274.387,26	186.025,97	440.728,97	290.527,93	(329.798,94)	(24.644,73)	0,00	1.347.098,25	181.526,40
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	21.500,36	21.835,26	20.999,23	21.478,95	150.790,88	333.407,68	78.119,35	31.881,32	47.814,91	54.749,45	88.486,13	7.534,52	878.598,04	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	108.542,71	302.627,15	78.119,35	31.881,32	47.814,91	54.749,45	88.486,13	7.534,52	719.755,54	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	21.500,36	21.835,26	20.999,23	21.478,95	42.248,17	30.780,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.842,50	0,00
Pensionistas	937,02	937,02	937,02	937,02	1.874,04	937,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.559,14	0,00
IRRF	20.563,34	20.898,24	20.062,21	20.541,93	40.374,13	29.843,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152.283,36	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.753.107,15	3.707.227,89	3.752.303,77	3.452.187,66	6.673.974,22	4.570.584,10	3.687.265,69	4.000.796,68	4.077.777,02	3.433.709,80	3.795.779,50	3.714.441,31	48.619.154,79	381.929,39

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	102.285.870,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	2.316.688,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	99.969.182,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	48.619.154,79	48,63
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54,00%	53.983.358,28	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,30%	51.284.190,37	51,30
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	48.585.022,45	48,60

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às 18:39:32.

* Na coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS", nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

IPM Sistemas Ltda — Identificador: WPR2861101-016-WUHVU-268947456 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO — 10/07/2018 18:37

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Semestre Janeiro-Junho

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO - No Período	VALOR REALIZADO - Até o Período (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 [1]	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 [1]	0,00	0,00
TOTAL (I)	**0,00**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	102.285.870,00	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇAO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇOES DE CREDITO INTERNAS E EXTERNAS	16.365.739,20	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 16%)	14.729.165,28	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇAO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇOES DE CREDITO POR ANTECIPAÇAO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	7.160.010,90	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO - No Período	VALOR REALIZADO - Até o Período (a)
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às 18:39:30.

[1] Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Identificador: WPR2391101-016-ZUAPH-268947475 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Bimestre Maio-Junho

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018 - Até o 1º Bimestre	Até o 2º Bimestre	Até o 3º Bimestre	Até o 4º Bimestre	Até o 5º Bimestre	Até o 6º Bimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	3.513.402,50	3.249.757,08	3.177.275,27	3.552.812,17	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	3.306.294,95	3.042.649,53	2.970.167,72	3.345.704,62	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	2.166.971,22	2.125.948,75	2.084.097,45	2.498.557,07	0,00	0,00	0,00
Internos	2.166.971,22	2.125.948,75	2.084.097,45	2.498.557,07	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	8.145,08	8.104,17	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	8.145,08	8.104,17	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	938.920,74	908.555,70	877.966,10	847.147,55	0,00	0,00	0,00
De Tributos	938.920,74	908.555,70	877.966,10	847.147,55	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	200.402,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	207.107,55	207.107,55	207.107,55	207.107,55	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	18.413.054,92	22.456.866,18	21.611.240,39	25.295.902,34	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	18.413.054,92	22.456.866,18	21.611.240,39	25.295.902,34	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.547.961,79	24.347.156,05	24.500.440,50	27.290.005,52	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	2.134.906,87	1.890.289,87	2.889.200,11	1.994.103,18	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	95.496.583,93	95.356.688,82	97.514.161,65	102.285.870,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	3,68	3,41	3,26	3,47	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	108,00	108,00	108,00	108,00	108,00	108,00	108,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018 - Até o 1º Bimestre	Até o 2º Bimestre	Até o 3º Bimestre	Até o 4º Bimestre	Até o 5º Bimestre	Até o 6º Bimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	3.458.887,84	3.289.121,62	2.348.284,06	2.203.473,78	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	555.412,21	541.337,36	543.155,35	536.593,03	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	7.022.625,60	4.235.005,86	2.116.766,57	1.421.504,76	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às 19:02:49.

* Na linha "Disponibilidade de Caixa" se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

* A linha "PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)" refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

HERALDO TRENTO, Prefeito, CPF: 428.867.759-91 — HUMBERTO JOSE PEDRA GONZALEZ, Controlador Interno, CPF: 431.760.899-53 — MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO, Contadora, CPF: 524.483.129-15, CRC 33.701/O-6 PR

Identificador: WPR2801101-016-EBWKA-268948850 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Semestre Janeiro-Junho

RGF - ANEXO 7 (LRF, Art.48) R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ 1º SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	102.285.870,00	
Receita Corrente Líquida Ajustada	99.969.182,00	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	48.619.154,79	48,63
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	53.983.358,28	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	51.284.190,37	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	48.585.022,45	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	122.743.044,00	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	22.502.891,40	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	16.365.739,20	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	7.160.010,90	7,00
RESTOS A PAGAR	**INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO**
Valor Total	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às 18:48:23.

HERALDO TRENTO, Prefeito, CPF: 428.867.759-91 — HUMBERTO JOSE PEDRA GONZALEZ, Controlador Interno, CPF: 431.760.899-53 — MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO, Contadora, CPF: 524.483.129-15, CRC 33.701/O-6 PR

Identificador: WPR2531101-016-ITXGG-268947725 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Bimestre Maio-Junho

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018 - Até 1º Bimestre	Até 2º Bimestre	Até 3º Bimestre	Até 4º Bimestre	Até 5º Bimestre	Até 6º Bimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	95.496.583,93	95.356.688,82	97.514.161,65	102.285.870,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	21.009.248,46	20.978.471,54	21.453.115,56	22.502.891,40	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 22%)	18.908.323,61	18.880.624,39	19.307.804,00	20.252.602,26	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018 - Até 1º Bimestre	Até 2º Bimestre	Até 3º Bimestre	Até 4º Bimestre	Até 5º Bimestre	Até 6º Bimestre
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às

HERALDO TRENTO, Prefeito, CPF: 428.867.759-91 — HUMBERTO JOSE PEDRA GONZALEZ, Controlador Interno, CPF: 431.760.899-53 — MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO, Contadora - CRC 33.701/O-6 PR, CPF: 524.483.129-15

Identificador: WPR2741101-016-APBZA-268948661 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS - No 3º Bimestre	Até 3º Bimestre (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS - No 3º Bimestre	Até 3º Bimestre (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	107.164.627,00	134.179.450,85	23.543.500,46	57.834.201,01	100,00	76.345.249,84	16.966.532,29	43.946.035,79	100,00	90.233.415,06
JUDICIÁRIA	2.958.740,00	4.170.740,00	564.811,15	1.946.646,43	3,37	2.224.093,57	563.485,17	1.944.673,03	4,43	2.226.066,97
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	2.958.740,00	4.170.740,00	564.811,15	1.946.646,43	3,37	2.224.093,57	563.485,17	1.944.673,03	4,43	2.226.066,97
ADMINISTRAÇÃO	13.172.680,00	14.082.172,30	1.968.686,29	6.365.478,70	11,01	7.716.693,60	2.072.653,28	5.928.757,52	13,49	8.153.414,78
Administração Geral	6.411.850,00	6.755.736,30	910.654,83	3.073.220,26	5,31	3.682.516,04	952.571,41	2.840.238,61	6,46	3.915.497,69
Administração Financeira	3.039.300,00	3.039.300,00	470.540,37	1.340.955,15	2,32	1.698.344,85	473.215,61	1.321.618,12	3,01	1.717.681,88
Controle Interno	168.980,00	170.980,00	24.332,16	73.904,43	0,13	97.075,57	24.248,56	73.820,83	0,17	97.159,17
Normatização e Fiscalização	337.450,00	343.950,00	56.714,33	223.648,48	0,39	120.301,52	59.945,20	213.440,80	0,49	130.509,20
Tecnologia da Informação	675.800,00	688.800,00	82.596,93	247.543,69	0,43	441.256,31	79.536,10	241.099,30	0,55	447.700,70
Ordenamento Territorial	1.217.400,00	1.741.206,00	235.999,09	728.169,67	1,26	1.013.036,33	234.145,32	711.054,01	1,62	1.030.151,99
Administração de Receitas	715.700,00	736.000,00	125.373,11	349.838,19	0,60	386.161,81	133.423,47	257.527,89	0,59	478.472,11
Comunicação Social	606.200,00	606.200,00	62.475,47	328.198,83	0,57	278.001,17	115.567,61	269.957,96	0,61	336.242,04
DEFESA NACIONAL	37.580,00	37.580,00	5.879,23	14.183,70	0,02	23.396,30	3.817,43	11.947,30	0,03	25.632,70
Defesa Terrestre	37.580,00	37.580,00	5.879,23	14.183,70	0,02	23.396,30	3.817,43	11.947,30	0,03	25.632,70
SEGURANÇA PÚBLICA	2.793.970,00	2.870.970,00	448.082,71	1.433.141,06	2,48	1.437.828,94	457.706,74	1.349.822,71	3,07	1.521.147,29
Policiamento	2.755.270,00	2.832.270,00	448.082,71	1.423.579,00	2,46	1.408.691,00	457.634,82	1.341.051,77	3,05	1.491.218,23
Defesa Civil	38.700,00	38.700,00	0,00	9.562,06	0,02	29.137,94	71,92	8.770,94	0,02	29.929,06
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.561.897,00	4.205.924,04	642.950,17	2.045.155,63	3,54	2.160.768,41	581.746,96	1.527.979,22	3,48	2.677.944,82
Assistência ao Idoso	9.500,00	9.500,00	0,00	0,00	0,00	9.500,00	0,00	0,00	0,00	9.500,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	922.300,00	1.112.889,83	189.930,82	539.466,36	0,93	573.423,47	153.334,36	412.800,24	0,94	700.089,59
Assistência Comunitária	2.630.097,00	3.083.534,21	453.019,35	1.505.689,27	2,60	1.577.844,94	428.412,60	1.115.178,98	2,54	1.968.355,23
SAÚDE	19.807.307,00	27.514.100,70	5.710.564,86	14.504.669,57	25,08	13.009.431,13	4.747.621,06	12.289.822,68	27,97	15.224.278,02
Atenção Básica	8.576.327,00	11.525.976,09	2.553.397,51	6.423.040,20	11,11	5.102.935,89	1.803.104,23	5.233.683,02	11,91	6.292.293,07
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.192.445,00	13.166.333,30	2.895.480,81	7.161.825,98	12,38	6.004.507,32	2.594.943,85	6.231.832,57	14,18	6.934.500,73
Vigilância Sanitária	1.641.135,00	2.341.485,31	227.357,63	749.245,32	1,30	1.592.239,99	298.942,51	680.363,87	1,55	1.661.121,44
Vigilância Epidemiológica	397.400,00	480.306,00	34.328,91	170.558,07	0,29	309.747,93	50.630,47	143.943,22	0,33	336.362,78
TRABALHO	486.900,00	481.900,00	73.229,38	196.259,85	0,34	285.640,15	71.677,38	180.971,21	0,41	300.928,79
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	185.700,00	185.700,00	41.605,56	111.957,82	0,19	73.742,18	39.921,43	108.786,25	0,25	76.913,75
Empregabilidade	301.200,00	296.200,00	31.623,82	84.302,03	0,15	211.897,97	31.755,95	72.184,96	0,16	224.015,04
EDUCAÇÃO	29.960.253,00	31.237.843,92	4.602.632,94	13.600.495,43	23,52	17.637.348,49	4.088.579,60	10.761.495,70	24,49	20.476.348,22
Ensino Fundamental	20.845.365,00	21.888.268,93	2.424.690,02	8.823.914,62	15,26	13.064.354,31	2.951.922,49	7.538.402,95	17,15	14.349.865,98
Ensino Superior	101.000,00	101.000,00	38.400,00	38.400,00	0,07	62.600,00	38.400,00	38.400,00	0,09	62.600,00
Educação Infantil	8.640.688,00	8.690.374,99	2.082.265,80	4.459.988,03	7,71	4.230.386,96	1.038.612,39	2.906.928,09	6,61	5.783.446,90
Educação de Jovens e Adultos	222.700,00	222.700,00	23.126,16	65.458,81	0,11	157.241,19	23.126,16	65.458,81	0,15	157.241,19
Educação Especial	150.500,00	335.500,00	34.150,96	212.733,97	0,37	122.766,03	36.518,56	212.305,85	0,48	123.194,15
CULTURA	1.193.500,00	1.329.443,24	83.276,54	200.289,02	0,35	1.129.154,22	49.902,63	113.215,56	0,26	1.216.227,68
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	26.700,00	35.143,24	0,00	0,00	0,00	35.143,24	0,00	0,00	0,00	35.143,24
Difusão Cultural	1.166.800,00	1.294.300,00	83.276,54	200.289,02	0,35	1.094.010,98	49.902,63	113.215,56	0,26	1.181.084,44
DIREITOS DA CIDADANIA	130.165,00	156.165,00	14.205,86	76.219,61	0,13	79.945,39	16.868,71	49.365,31	0,11	106.799,69
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	130.165,00	156.165,00	14.205,86	76.219,61	0,13	79.945,39	16.868,71	49.365,31	0,11	106.799,69
URBANISMO	19.484.235,00	30.372.383,72	7.716.083,51	12.292.489,67	21,25	18.079.894,05	2.857.972,51	6.220.605,01	14,16	24.151.778,71
Infra-Estrutura Urbana	11.336.150,00	19.042.694,40	6.329.556,70	8.176.416,31	14,14	10.866.278,09	1.566.549,76	2.759.073,87	6,28	16.283.620,53
Serviços Urbanos	8.148.085,00	11.329.689,32	1.386.526,81	4.116.073,36	7,12	7.213.615,96	1.291.422,75	3.461.531,14	7,88	7.868.158,18
HABITAÇÃO	422.200,00	1.767.300,00	36.805,38	94.083,54	0,16	1.673.216,46	32.122,63	73.068,09	0,17	1.694.231,91
Habitação Urbana	422.200,00	1.767.300,00	36.805,38	94.083,54	0,16	1.673.216,46	32.122,63	73.068,09	0,17	1.694.231,91
SANEAMENTO	354.200,00	397.500,00	33.575,54	167.990,68	0,29	229.509,32	35.596,64	114.383,68	0,26	283.116,32
Saneamento Básico Urbano	354.200,00	397.500,00	33.575,54	167.990,68	0,29	229.509,32	35.596,64	114.383,68	0,26	283.116,32
GESTÃO AMBIENTAL	1.626.450,00	1.626.450,00	187.193,20	523.153,94	0,90	1.103.296,06	131.870,24	410.791,71	0,93	1.215.658,29
Preservação e Conservação Ambiental	1.626.450,00	1.626.450,00	187.193,20	523.153,94	0,90	1.103.296,06	131.870,24	410.791,71	0,93	1.215.658,29
AGRICULTURA	6.279.850,00	8.458.593,22	731.835,38	2.308.100,06	3,99	6.150.493,16	562.121,09	1.437.804,60	3,27	7.020.788,62
Extensão Rural	6.279.850,00	8.458.593,22	731.835,38	2.308.100,06	3,99	6.150.493,16	562.121,09	1.437.804,60	3,27	7.020.788,62
INDÚSTRIA	270.300,00	383.300,00	69.067,17	229.288,01	0,40	154.011,99	50.039,75	197.318,48	0,45	185.981,52
Promoção Industrial	270.300,00	383.300,00	69.067,17	229.288,01	0,40	154.011,99	50.039,75	197.318,48	0,45	185.981,52
COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.799.750,00	3.070.909,62	241.125,01	1.096.077,00	1,90	1.974.832,62	472.922,98	958.069,01	2,18	2.112.840,61
Promoção Comercial	60.300,00	98.300,00	13.893,02	54.665,43	0,09	43.634,57	14.792,33	32.243,58	0,07	66.056,42
Turismo	2.739.450,00	2.972.609,62	227.231,99	1.041.411,57	1,80	1.931.198,05	458.130,65	925.825,43	2,11	2.046.784,19
DESPORTO E LAZER	1.624.650,00	1.816.175,09	413.496,14	740.479,11	1,28	1.075.695,98	169.827,49	375.944,97	0,86	1.440.230,12
Desporto Comunitário	1.624.650,00	1.816.175,09	413.496,14	740.479,11	1,28	1.075.695,98	169.827,49	375.944,97	0,86	1.440.230,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	**107.164.627,00**	**134.179.450,85**	**23.543.500,46**	**57.834.201,01**	**100,00**	**76.345.249,84**	**16.966.532,29**	**43.946.035,79**	**100,00**	**90.233.415,06**

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às 18:48:48.

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

		(a)	DESPESAS EMPENHADAS	(b)	% (b/III b)	(c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS	(d)	% (d/III d)	(e) = (a-d)

HERALDO TRENTO, Prefeito, CPF: 428.867.759-91 — HUMBERTO JOSE PEDRA GONZALEZ, Controlador Interno, CPF: 431.760.899-53 — MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO, Contadora, CPF: 524.483.129-15, CRC 33.701/O-6 PR

Identificador: WPR2591101-016-HTQIG-268948066 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Bimestre Maio-Junho

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS - Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) [1] (g) = (a-(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**15.643.458,05**	**108.713,15**	**1.199.171,86**	**1.249.867,65**	**536.593,03**	**0,00**	**12.549.112,36**	**11.605.214,02**	**0,00**
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	614.109,54	7.842,04	155.990,10	0,00	0,00	0,00	450.277,40	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	432.814,44	13.367,64	61.677,13	48.309,81	0,00	0,00	309.459,86	331.372,10	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	4.652.799,43	61.709,15	91.674,25	928.108,86	0,00	0,00	3.571.307,17	2.596.841,58	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	1.429.857,18	0,00	97.929,72	11.697,05	0,00	0,00	1.320.230,41	271.016,25	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	710.875,99	3.455,73	102.992,58	15.779,01	0,00	0,00	588.648,67	582.061,69	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	248.064,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248.064,40	13.500,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	7.554.937,07	22.338,59	688.908,08	245.972,92	536.593,03	0,00	6.061.124,45	7.810.422,40	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**9.252.285,07**	**65.406,23**	**464.884,51**	**171.637,11**	**0,00**	**0,00**	**8.550.357,22**	**1.047.393,20**	**53,58**
Recursos Ordinários	9.252.285,07	65.406,23	464.884,51	171.637,11	0,00	0,00	8.550.357,22	1.047.393,20	53,58
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**24.895.743,12**	**174.119,38**	**1.664.056,37**	**1.421.504,76**	**536.593,03**	**0,00**	**21.099.469,58**	**12.652.607,22**	**53,58**

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às 18:58:57.

[1] Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

HERALDO TRENTO, Prefeito, CPF: 428.867.759-91 — HUMBERTO JOSE PEDRA GONZALEZ, Controlador Interno, CPF: 431.760.899-53 — MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO, Contadora, CPF: 524.483.129-15, CRC 33.701/O-6 PR

Identificador: WPR2761101-016-HKSZM-268948672 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No 3º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 3º Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	111.115.427,00	126.716.662,95	21.661.455,35	17,09	56.271.267,17	44,41	70.445.395,78
RECEITAS CORRENTES	102.626.077,00	113.151.382,95	19.830.462,46	17,53	53.902.278,72	47,64	59.249.104,23
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	14.892.800,00	14.892.800,00	5.237.422,37	35,17	8.396.846,09	56,38	6.495.953,91
Impostos	13.572.000,00	13.572.000,00	4.545.521,78	33,49	7.209.333,63	53,12	6.362.666,37
Taxas	1.320.800,00	1.320.800,00	691.900,59	52,38	1.187.512,46	89,91	133.287,54
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.907.800,00	2.907.800,00	540.978,56	18,60	1.488.368,39	51,19	1.419.431,61
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.907.800,00	2.907.800,00	540.978,56	18,60	1.488.368,39	51,19	1.419.431,61
RECEITA PATRIMONIAL	18.334.735,00	18.342.345,52	3.303.217,38	18,01	9.175.056,20	50,02	9.167.289,32
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	111.900,00	111.900,00	17.687,63	15,81	57.224,85	51,14	54.675,15
Valores Mobiliários	1.611.835,00	1.619.445,52	138.672,58	8,56	442.328,43	27,31	1.177.117,09
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	16.611.000,00	16.611.000,00	3.146.857,17	18,94	8.675.502,92	52,23	7.935.497,08
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	18.710,00	18.710,00	0,00	0,00	16.924,00	90,45	1.786,00
RECEITA DE SERVIÇOS	199.270,00	199.270,00	191.366,84	96,03	261.763,86	131,36	(62.493,86)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	36.270,00	36.270,00	157.188,77	433,39	158.991,07	438,35	(122.721,07)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	160.000,00	160.000,00	28.025,23	17,52	88.506,17	55,32	71.493,83
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	3.000,00	3.000,00	6.152,84	205,09	14.266,62	475,55	(11.266,62)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	65.708.262,00	76.225.957,43	10.547.861,67	13,84	34.515.319,55	45,28	41.710.637,88
Transferências da União e de suas Entidades	30.103.952,00	33.906.447,43	6.012.127,72	17,73	16.857.462,22	49,72	17.048.985,21
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	17.001.510,00	17.001.510,00	2.358.534,20	13,87	10.407.903,55	61,22	6.593.606,45
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	1.249.000,00	7.964.200,00	53.474,47	0,67	87.738,12	1,10	7.876.461,88
Transferências de Outras Instituições Públicas	17.353.800,00	17.353.800,00	2.123.725,28	12,24	7.162.215,66	41,27	10.191.584,34
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	564.500,00	564.500,00	9.615,64	1,70	48.000,63	8,50	516.499,37
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	59.500,00	59.500,00	2.665,53	4,48	3.711,28	6,24	55.788,72
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	4.898,68	0,00	30.423,22	0,00	(30.423,22)
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	505.000,00	505.000,00	2.051,43	0,41	13.866,13	2,75	491.133,87
RECEITAS DE CAPITAL	8.489.350,00	13.565.280,00	1.830.992,89	13,50	2.368.988,45	17,46	11.196.291,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.500.000,00	5.000.000,00	457.154,03	9,14	514.552,42	10,29	4.485.447,58
Operações de Crédito - Mercado Interno	4.500.000,00	5.000.000,00	457.154,03	9,14	514.552,42	10,29	4.485.447,58
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	5.788,86	0,00	79.386,03	0,00	(79.386,03)
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	59.357,63	0,00	(59.357,63)
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	5.788,86	0,00	20.028,40	0,00	(20.028,40)
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.989.350,00	8.565.280,00	1.368.050,00	15,97	1.775.050,00	20,72	6.790.230,00
Transferências da União e de suas Entidades	3.641.550,00	3.641.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.641.550,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	18.800,00	4.594.730,00	1.368.050,00	29,77	1.775.050,00	38,63	2.819.680,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	329.000,00	329.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	329.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	111.115.427,00	126.716.662,95	21.661.455,35	17,09	56.271.267,17	44,41	70.445.395,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	111.115.427,00	126.716.662,95	21.661.455,35	17,09	56.271.267,17	44,41	70.445.395,78
DÉFICIT (VI)¹	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	111.115.427,00	126.716.662,95	21.661.455,35	17,09	56.271.267,17	44,41	70.445.395,78
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	11.413.587,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	11.413.587,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS No 3º Bimestre	Até 3º Bimestre (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS No 3º Bimestre	Até 3º Bimestre (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 3º Bimestre (j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	107.164.627,00	134.179.450,85	23.543.500,46	57.834.201,01	76.345.249,84	16.966.532,29	43.946.035,79	90.233.415,06	42.082.949,84
DESPESAS CORRENTES	92.002.838,00	101.076.149,19	15.462.991,88	48.044.948,31	53.031.200,88	15.887.387,55	42.306.773,92	58.769.375,27	40.511.052,36
Pessoal e Encargos Sociais	46.938.063,00	49.464.704,19	7.630.886,19	22.455.516,48	27.009.187,71	7.630.886,19	22.455.516,48	27.009.187,71	21.806.886,73
Juros e Encargos da Dívida	180.000,00	180.000,00	25.713,33	79.847,89	100.152,11	25.713,33	79.847,89	100.152,11	79.847,89
Outras Despesas Correntes	44.884.775,00	51.431.445,00	7.806.392,36	25.509.583,94	25.921.861,06	8.230.788,03	19.771.409,55	31.660.035,45	18.624.317,74
DESPESAS DE CAPITAL	14.961.789,00	32.903.301,66	8.080.508,58	9.789.252,70	23.114.048,96	1.079.144,74	1.639.261,87	31.264.039,79	1.571.897,48
Investimentos	14.286.789,00	32.228.301,66	8.006.995,62	9.571.911,33	22.656.390,33	1.005.631,78	1.421.920,50	30.806.381,16	1.354.556,11
Inversões Financeiras	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
Amortização da Dívida	650.000,00	650.000,00	73.512,96	217.341,37	432.658,63	73.512,96	217.341,37	432.658,63	217.341,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	107.164.627,00	134.179.450,85	23.543.500,46	57.834.201,01	76.345.249,84	16.966.532,29	43.946.035,79	90.233.415,06	42.082.949,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	107.164.627,00	134.179.450,85	23.543.500,46	57.834.201,01	76.345.249,84	16.966.532,29	43.946.035,79	90.233.415,06	42.082.949,84
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	12.325.231,38	-	14.188.317,33
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	107.164.627,00	134.179.450,85	23.543.500,46	57.834.201,01	-	16.966.532,29	56.271.267,17	-	56.271.267,17
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às 18:46:45.

¹ O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

RECEITAS INTRA-ORCAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No 3º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 3º Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTARIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DESPESAS EMPENHADAS No 3º Bimestre	Até 3º Bimestre (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS No 3º Bimestre	Até 3º Bimestre (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 3º Bimestre (j)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENGARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

HERALDO TRENTO
Prefeito
CPF: 428.867.759-91

HUMBERTO JOSE PEDRA GONZALEZ
Controlador Interno
CPF: 431.760.899-53

MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO
Contadora
CPF: 524.483.129-15
CRC 33.701/O-6 PR

Identificador: WPR2581101-016-QKOAA-268947976 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — Em Reais

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

ESPECIFICAÇÃO	Julho/2017	Agosto/2017	Setembro/2017	Outubro/2017	Novembro/2017	Dezembro/2017	Janeiro/2018	Fevereiro/2018	Março/2018	Abril/2018	Maio/2018	Junho/2018	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
RECEITAS CORRENTES (I)	7.948.106,47	9.837.424,74	8.235.364,18	8.684.555,69	7.824.709,56	9.394.787,90	10.828.715,14	8.870.283,86	8.702.465,11	9.018.887,14	9.708.995,13	11.494.010,58	110.548.305,50	124.000.344,95
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.195.341,40	3.108.010,36	1.113.152,40	1.317.440,68	977.000,70	956.427,01	780.359,87	678.447,08	789.246,67	911.370,10	1.665.405,37	3.572.017,00	17.064.218,64	14.892.800,00
IPTU	593.009,54	2.447.930,75	508.031,20	637.272,11	211.085,44	204.661,34	139.301,44	103.341,63	160.302,90	138.014,12	438.979,92	2.789.477,58	8.371.407,97	5.629.700,00
ISS	275.678,91	245.771,95	263.516,30	279.337,69	255.746,58	303.679,29	279.795,27	263.269,42	236.941,52	295.780,08	310.359,57	295.458,52	3.305.335,10	4.441.400,00
ITBI	77.408,38	72.949,12	73.343,49	113.875,90	62.607,07	43.729,86	72.682,25	42.805,12	110.149,72	56.773,75	135.050,09	165.422,56	1.026.797,31	1.269.400,00
IRRF	183.050,33	189.850,04	178.776,62	181.649,23	337.879,82	261.185,37	173.997,73	199.124,89	190.588,23	200.943,78	203.477,85	207.295,69	2.507.819,58	2.231.500,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	66.194,24	151.508,50	89.484,79	105.305,75	109.681,79	143.171,15	114.583,18	69.906,02	91.264,30	219.858,37	577.537,94	114.362,65	1.852.858,68	1.320.800,00
Contribuições	204.211,48	234.684,39	228.321,37	207.140,86	225.638,89	254.986,62	222.676,02	225.998,18	227.831,73	270.883,90	268.452,74	272.525,82	2.843.352,00	2.907.800,00
Receita Patrimonial	1.435.651,79	1.344.666,67	1.325.856,57	1.317.245,95	1.322.025,59	1.396.843,66	1.395.740,88	1.478.918,99	1.533.440,41	1.463.738,54	1.648.962,87	1.654.254,51	17.317.346,43	18.342.345,52
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.595,06	79.175,83	60.259,79	61.819,35	60.745,10	64.116,10	390.711,23	1.619.445,52
Outras Receitas Patrimoniais	1.435.651,79	1.344.666,67	1.325.856,57	1.317.245,95	1.322.025,59	1.396.843,66	1.331.145,82	1.399.743,16	1.473.180,62	1.401.919,19	1.588.217,77	1.590.138,41	16.926.635,20	16.722.900,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	4.151,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.924,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.075,00	18.710,00
Receita de Serviços	17.174,45	21.002,00	19.297,81	15.455,76	11.187,92	16.695,68	20.397,99	16.541,86	20.471,54	12.985,63	29.885,43	161.481,41	362.577,48	199.270,00
Transferências Correntes	5.071.511,79	5.062.302,37	4.886.072,89	5.688.455,39	5.283.705,97	6.765.292,33	8.389.199,49	6.442.109,68	6.126.745,18	6.357.938,52	6.092.196,44	5.828.208,48	71.993.738,53	87.074.919,43
Cota-Parte do FPM	1.446.990,05	1.641.059,46	1.377.937,21	1.561.596,16	1.606.211,01	2.148.285,39	1.959.866,18	2.562.158,06	1.725.334,04	1.808.956,53	2.220.029,15	2.078.951,72	22.137.374,96	25.459.000,00
Cota-Parte do ICMS	957.722,04	1.276.836,41	1.018.700,05	1.327.238,54	1.100.188,25	1.008.754,47	1.757.466,00	1.086.583,72	1.020.993,60	1.209.032,58	1.276.404,48	908.931,32	13.948.851,46	12.700.000,00
Cota-Parte do IPVA	118.994,26	113.031,24	111.183,49	93.888,28	86.492,80	139.852,03	1.718.177,79	729.669,81	758.410,72	280.391,91	171.601,55	144.099,46	4.465.793,34	6.680.000,00
Cota-Parte do ITR	1.474,69	4.754,55	41.716,05	350.055,36	8.004,67	2.530,67	3.359,53	51,91	323,63	1.067,59	435,21	476,80	414.250,66	480.000,00
Transferências da LC 87/1996	7.791,47	7.791,47	7.791,47	7.791,47	7.791,47	7.791,47	8.158,78	8.158,78	8.158,78	8.158,78	8.158,78	8.158,78	95.701,50	105.000,00
Transferências da LC 61/1989	17.531,93	16.405,77	17.523,30	22.114,83	18.057,99	24.914,79	23.409,30	23.881,02	19.917,92	21.264,96	21.672,46	23.799,26	250.493,53	191.200,00
Transferências do FUNDEB	381.849,05	1.017.568,41	262.274,76	637.003,05	1.103.401,29	860.044,55	1.815.614,51	1.186.770,59	1.056.693,97	979.411,31	1.180.782,16	942.943,12	11.424.356,77	17.353.800,00
Outras Transferências Correntes	2.139.158,30	984.855,06	2.048.946,56	1.688.767,70	1.353.558,49	2.573.118,96	1.103.147,40	844.835,79	1.536.912,52	2.049.654,86	1.213.112,65	1.720.848,02	19.256.916,31	24.105.919,43
Outras Receitas Correntes	20.064,56	66.758,95	662.663,14	138.817,05	5.150,49	4.542,60	20.340,89	11.344,07	4.729,58	1.970,45	4.092,28	5.523,36	945.997,42	564.500,00
DEDUÇÕES (II)	510.100,55	611.975,45	514.970,05	672.536,70	565.349,06	666.425,45	1.094.087,07	882.100,20	706.573,65	665.774,07	739.660,05	632.883,20	8.262.435,50	10.848.962,00
Contrib. p/ o Plano de Prev. do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	510.100,55	611.975,45	514.970,05	672.536,70	565.349,06	666.425,45	1.094.087,07	882.100,20	706.573,65	665.774,07	739.660,05	632.883,20	8.262.435,50	10.848.962,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I-II)	7.438.005,92	9.225.449,29	7.720.394,13	8.012.018,99	7.259.360,50	8.728.362,45	9.734.628,07	7.988.183,66	7.995.891,46	8.353.113,07	8.969.335,08	10.861.127,38	102.285.870,00	113.151.382,95

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 11/07/2018, às 10:09:55.

HERALDO TRENTO
Prefeito
CPF: 428.867.759-91

HUMBERTO JOSE PEDRA GONZALEZ
Controlador Interno
CPF: 431.760.899-53

MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO
Contadora
CPF: 524.483.129-15
CRC 33.701/O-6 PR

Identificador: WPR2601101-016-MPTHK-269003350 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) — Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até 3º Bimestre/2018	Até 3º Bimestre/2017
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até 3º Bimestre/2018	Até 3º Bimestre/2017	DESPESAS LIQUIDADAS Até 3º Bimestre/2018	Até 3º Bimestre/2017
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII) ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA 2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às 18:51:19.

¹ Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

² O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da d ... a liquidada.

HERALDO TRENTO
Prefeito
CPF: 428.867.759-91

HUMBERTO JOSE PEDRA GONZALEZ
Controlador Interno
CPF: 431.760.899-53

MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO
Contadora
CPF: 524.483.129-15
CRC 33.701/O-6 PR

Identificador: WPR2611101-016-YVFHR-268948276 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V) — Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES — Inscritos: Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b)-(c+d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS — Inscritos: Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g)-(i+j)	Saldo Total l = (e+k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	184.266,76	1.950.968,06	1.981.433,59	27.398,84	126.402,39	1.902.286,00	5.120.339,60	3.450.556,94	3.401.489,95	2.151.913,90	1.469.221,75	1.595.624,14
Executivo	184.266,76	1.950.968,06	1.981.433,59	27.398,84	126.402,39	1.902.286,00	5.120.339,60	3.450.556,94	3.401.489,95	2.151.913,90	1.469.221,75	1.595.624,14
Governo Municipal	23.960,64	91.171,29	76.767,15	8.087,54	30.277,24	849,00	112.664,88	70.300,37	70.300,37	40.470,59	2.742,92	33.020,16
Sec. Mun. de Planejamento e Coord. Geral	0,00	15.176,07	15.176,07	0,00	0,00	22.146,97	5.610,45	2.791,85	2.791,85	2.977,80	21.987,77	21.987,77
Sec. Munic. de Agricultura e M.ambiente	86.197,54	19.502,99	105.700,53	0,00	0,00	45.516,36	248.967,55	232.925,59	232.925,59	20.977,38	40.580,94	40.580,94
Secretaria Mun. de Indústria e Comércio	0,00	2.403,76	2.403,76	0,00	0,00	0,00	3.837,57	3.396,79	3.396,79	440,78	0,00	0,00
Secretaria Munic. de Educação e Cultura	26.644,37	360.191,42	355.017,86	1.139,64	30.678,29	1.375.479,38	801.033,80	488.762,93	485.307,20	1.364.288,44	326.917,54	357.595,83
Secretaria Municipal de Ação Social	2.605,02	45.644,75	45.513,77	130,98	2.605,02	1.495,07	187.459,55	128.845,03	128.345,03	45.304,34	15.305,25	17.910,27
Secretaria Municipal de Administração	8.078,67	61.994,47	45.738,85	0,00	24.334,29	0,00	269.257,16	223.297,11	223.239,64	41.442,90	4.574,62	28.908,91
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	95,03	12.065,65	12.065,65	0,00	95,03	0,00	28.753,88	8.686,29	8.686,29	20.067,59	0,00	95,03
Secretaria Municipal de Fazenda	0,00	33.145,03	32.611,03	0,00	534,00	0,00	43.541,45	37.711,49	37.711,49	5.741,76	88,20	622,20
Secretaria Municipal de Infraestrutura	11.685,49	81.975,62	81.762,96	369,63	11.528,52	359.706,83	1.289.211,53	822.887,71	814.579,71	121.021,16	713.317,49	724.846,01
Secretaria Municipal de Saúde	25.000,00	1.179.459,31	1.160.438,26	17.671,05	26.350,00	26.719,14	1.728.916,85	1.263.573,84	1.263.469,86	455.332,73	36.833,40	63.183,40
Secretaria Municipal de Turismo	0,00	48.237,70	48.237,70	0,00	0,00	70.373,25	401.084,93	167.377,94	130.736,13	33.848,43	306.873,62	306.873,62
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	184.266,76	1.950.968,06	1.981.433,59	27.398,84	126.402,39	1.902.286,00	5.120.339,60	3.450.556,94	3.401.489,95	2.151.913,90	1.469.221,75	1.595.624,14

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às 18:5

HERALDO TRENTO
Prefeito
CPF: 428.867.759-91

HUMBERTO JOSE PEDRA GONZALEZ
Controlador Interno
CPF: 431.760.899-53

MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO
Contadora
CPF: 524.483.129-15
CRC 33.701/O-6 PR

Identificador: WPR2641101-016-CVMOR-268948295 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) — Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO ¹ (I)	5.000.000,00	514.552,42	4.485.447,58

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	32.903.301,66	9.789.252,70	1.639.261,87	23.114.048,96
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	32.903.301,66	9.789.252,70	1.639.261,87	23.114.048,96
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	(27.903.301,66)	(9.274.700,28)	-	(18.628.601,38)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às 18:53:59.

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

HERALDO TRENTO
Prefeito
CPF: 428.867.759-91

HUMBERTO JOSE PEDRA GONZALEZ
Controlador Interno
CPF: 431.760.899-53

MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO
Contadora
CPF: 524.483.129-15
CRC 33.701/O-6 PR

Identificador: WPR2661101-016-QILHN-268948438 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até 3º Bimestre/2018 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	113.151.382,95	53.902.278,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.892.800,00	8.396.846,09
IPTU	5.629.700,00	3.769.417,59
ISS	4.441.400,00	1.681.604,38
ITBI	1.269.400,00	582.883,49
IRRF	2.231.500,00	1.175.428,17
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.320.800,00	1.187.512,46
Contribuições	2.907.800,00	1.488.368,39
Receita Patrimonial	18.342.345,52	9.175.056,20
Aplicações Financeiras (II)	1.619.445,52	390.711,23
Outras Receitas Patrimoniais	16.722.900,00	8.784.344,97
Transferências Correntes	76.225.957,43	34.515.319,55
Cota-Parte do FPM	19.859.000,00	9.884.236,66
Cota-Parte do ICMS	9.158.000,00	5.807.529,48
Cota-Parte do IPVA	5.058.900,00	3.041.883,03
Cota-Parte do ITR	453.378,00	4.625,36
Transferências da LC 87/1996	84.000,00	39.162,18
Transferências da LC 61/1989	152.960,00	107.155,94
Transferências do FUNDEB	17.353.800,00	7.162.215,66
Outras Transferências Correntes	24.105.919,43	8.468.511,24
Demais Receitas Correntes	782.480,00	326.688,49
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	782.480,00	326.688,49
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	111.531.937,43	53.511.567,49
RECEITAS DE CAPITAL (V)	13.565.280,00	2.368.988,45
Operações de Crédito (VI)	5.000.000,00	514.552,42
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	79.386,03
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	79.386,03
Transferências de Capital	8.565.280,00	1.775.050,00
Convênios	4.149.550,00	160.000,00
Outras Transferências de Capital	4.415.730,00	1.615.050,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	8.565.280,00	1.854.436,03
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	120.097.217,43	55.366.003,52

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até 3º Bimestre/2018 DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	101.076.149,19	48.044.948,31	42.306.773,92	40.511.052,36	1.891.889,02	2.107.145,63	2.094.720,45
Pessoal e Encargos Sociais	49.464.704,19	22.455.516,48	22.455.516,48	21.806.886,73	1.003.399,26	200.402,99	200.402,99
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	180.000,00	79.847,89	79.847,89	79.847,89	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	51.431.445,00	25.509.583,94	19.771.409,55	18.624.317,74	888.489,76	1.906.742,64	1.894.317,46
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	100.896.149,19	47.965.100,42	42.226.926,03	40.431.204,47	1.891.889,02	2.107.145,63	2.094.720,45
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	32.903.301,66	9.789.252,70	1.639.261,87	1.571.897,48	89.544,57	1.343.411,31	1.306.769,50
Investimentos	32.228.301,66	9.571.911,33	1.421.920,50	1.354.556,11	89.544,57	1.343.411,31	1.306.769,50
Inversões Financeiras	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	650.000,00	217.341,37	217.341,37	217.341,37	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	32.228.301,66	9.571.911,33	1.421.920,50	1.354.556,11	89.544,57	1.343.411,31	1.306.769,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	133.324.450,85	57.537.011,75	43.648.846,53	41.785.760,58	1.981.433,59	3.450.556,94	3.401.489,95
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]							**8.197.319,40**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(5.221.835,00)

JUROS NOMINAIS	Até 3º Bimestre/2018 VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	2.149,14
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	447.907,58
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**7.751.560,96**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(798.317,37)

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO Em 31/Dez/2017 (a)	Até 3º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	3.513.402,50	3.552.812,17
DEDUÇÕES (XXIX)	18.413.054,92	25.295.902,34
Disponibilidade de Caixa [1]	18.413.054,92	25.295.902,34
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.547.961,79	27.290.005,52
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	2.134.906,87	1.994.103,18
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		**0,00**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até 3º Bimestre/2018
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	140.803,69
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	847.147,55
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	**706.343,86**
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	**1.152.102,30**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às 18:45:02.

[1] Essa linha não deverá apresentar saldo negativo, portanto, se o total dos Restos a Pagar Processados for maior que o total da Disponibilidade de Caixa Bruta, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

Identificador: WPR2791101-016-ETMDM-268947757 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) — RS 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	200,00	81.881,28	(81.681,28)
Alienação de Bens Móveis	0,00	59.357,63	(59.357,63)
Alienação de Bens Imóveis	0,00	20.047,85	(20.047,85)
Rendimento de Aplicacoes Financeiras	200,00	2.475,80	(2.275,80)

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	533.852,85	0,00	533.852,85
DESPESAS DE CAPITAL	533.852,85	0,00	533.852,85
Investimentos	533.852,85	0,00	533.852,85
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2017 (h)	2018 (i) = (Ib – (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)	166.202,57	81.881,28	248.083,85

FONTE: Sistema
Atende.Net - IPM,
Unidade Responsável
MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Data Emissão: 10/jul/2018 **Hora de emissão:** 18h e 33m
Notas:

Identificador: WPR1971101-016-MIIEI-268947206 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) — Em reais

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2018 No 3º Bimestre	Até 3º Bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2018)	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	95.496.583,93	102.285.870,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às 1[illegible]

HERALDO TRENTO
Prefeito
CPF: 428.867.759-91

HUMBERTO JOSE PEDRA GONZALEZ
Controlador Interno
CPF: 431.760.899-53

MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO
Contadora
CPF: 524.483.129-15
CRC 33.701/O-6 PR

Identificador: WPR2701101-016-ETOTQ-268948460 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Prestação de Contas
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

RECEITAS DE ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 3º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	13.572.000,00	13.572.000,00	7.209.333,63	53,12
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	5.629.700,00	5.629.700,00	3.769.417,59	66,96
1.1.1- IPTU	4.830.000,00	4.830.000,00	2.882.486,31	59,68
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	799.700,00	799.700,00	886.931,28	110,91
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.269.400,00	1.269.400,00	582.883,49	45,92
1.2.1- ITBI	1.240.000,00	1.240.000,00	579.587,76	46,74
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	29.400,00	29.400,00	3.295,73	11,21
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.441.400,00	4.441.400,00	1.681.604,38	37,86
1.3.1- ISS	4.339.500,00	4.339.500,00	1.640.386,35	37,80
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	101.900,00	101.900,00	41.218,03	40,45
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.231.500,00	2.231.500,00	1.175.428,17	52,67
1.4.1- IRRF	2.231.500,00	2.231.500,00	1.175.428,17	52,67
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	45.615.200,00	45.615.200,00	23.605.670,89	51,75
2.1- Cota-Parte FPM	25.459.000,00	25.459.000,00	12.355.295,68	48,53
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	23.500.000,00	23.500.000,00	12.355.295,68	52,58
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e alínea e	1.959.000,00	1.959.000,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	12.700.000,00	12.700.000,00	7.259.411,70	57,16
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	105.000,00	105.000,00	48.952,68	46,62
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	191.200,00	191.200,00	133.944,92	70,05
2.5- Cota-Parte ITR	480.000,00	480.000,00	5.714,67	1,19
2.6- Cota-Parte IPVA	6.680.000,00	6.680.000,00	3.802.351,24	56,92
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	59.187.200,00	59.187.200,00	30.815.004,52	52,06

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 3º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	30.100,00	30.100,00	11.122,30	36,95
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.885.582,00	1.885.582,00	958.290,39	50,82
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.215.000,00	1.215.000,00	653.423,17	53,78
5.2- Outras Transferências do FNDE	665.582,00	665.582,00	299.378,20	44,98
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	5.000,00	5.000,00	5.489,02	109,78
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.509.850,00	1.509.850,00	119.642,89	7,92
6.1- Transferências de Convênios	1.499.750,00	1.499.750,00	114.427,40	7,63
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	10.100,00	10.100,00	5.215,49	51,64
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.425.532,00	3.425.532,00	1.089.055,58	31,79

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 3º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	10.848.962,00	10.848.962,00	4.721.078,24	43,52
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	5.600.000,00	5.600.000,00	2.471.059,02	44,13
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	3.542.000,00	3.542.000,00	1.451.882,22	40,99
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	21.000,00	21.000,00	9.790,50	46,62
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	38.240,00	38.240,00	26.788,98	70,05
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	26.622,00	26.622,00	1.089,31	4,09
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.621.100,00	1.621.100,00	760.468,21	46,91
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	17.472.500,00	17.472.500,00	7.180.407,27	102,51
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	13.385.800,00	13.385.800,00	5.262.581,53	39,31
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	3.968.000,00	3.968.000,00	1.899.634,13	47,87
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	118.700,00	118.700,00	18.191,61	15,33
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	2.536.838,00	2.536.838,00	541.503,29	21,35
[SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERENCIA (12) > 0] = ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	2.536.838,00	2.536.838,00	541.503,29	21,35
[SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERENCIA (12) < 0] = DECRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até 3º Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS Até 3º Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	13.385.800,00	13.385.800,00	4.826.042,58	36,05	4.826.042,58	36,05
13.1- Com Educação Infantil	3.690.300,00	3.690.300,00	1.727.990,56	46,83	1.727.990,56	46,83
13.2- Com Ensino Fundamental	9.695.500,00	9.695.500,00	3.098.052,02	31,95	3.098.052,02	31,95
14- OUTRAS DESPESAS	4.086.700,00	4.089.111,44	2.011.391,62	49,19	1.680.019,52	41,09
14.1- Com Educação Infantil	648.000,00	514.957,44	313.144,26	60,81	212.793,04	41,32
14.2- Com Ensino Fundamental	3.438.700,00	3.574.154,00	1.698.247,36	47,51	1.467.226,48	41,05
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	17.472.500,00	17.474.911,44	6.837.434,20	39,13	6.506.062,10	37,23

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	21.196,51
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	21.196,51
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	2.411,44
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	2.411,44
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	23.607,95

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	6.482.454,15
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)%	67,21
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%	23,07
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	9,72

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTES	VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	2.411,44
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018	2.411,44

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA Até 3º Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	DESPESA LIQUIDADA Até 3º Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.943.088,00	6.747.045,44	2.901.066,27	43,00	2.687.599,18	39,83
22.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.338.300,00	4.205.257,44	2.041.134,82	48,54	1.940.783,60	46,15
22.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.604.788,00	2.541.788,00	859.931,45	33,83	746.815,58	29,38
23- ENSINO FUNDAMENTAL	19.766.383,00	20.639.268,21	8.006.552,39	38,79	7.080.360,22	34,31
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	13.134.200,00	13.269.654,00	4.796.299,38	36,14	4.565.278,50	34,40
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.632.183,00	7.369.614,21	3.258.542,66	44,22	2.552.294,29	34,63
23.9 (-) Dedução de Despesas indevidamente contabilizadas	0,00	0,00	48.289,65	0,00	37.212,57	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	101.000,00	101.000,00	38.400,00	38,02	38.400,00	38,02
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	26.810.471,00	27.487.313,65	10.946.018,66	39,82	9.806.359,40	35,68

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	541.503,29
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	1.899.634,13
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	2.411,44
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	649.493,48
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)	259.853,74
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 32 + 33 + 34 + 35)	3.352.896,08
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))	7.554.722,58
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	24,52

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA Até 3º Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	DESPESA LIQUIDADA Até 3º Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.220.000,00	1.425.308,00	1.017.042,29	71,36	622.305,45	43,66
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.929.782,00	2.325.222,27	1.589.144,83	68,34	295.618,28	12,71
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	3.149.782,00	3.750.530,27	2.606.187,12	69,49	917.923,73	24,47
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 43)	29.960.253,00	31.237.843,92	13.552.205,78	43,38	10.724.283,13	34,33

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2018 (j)
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.643.102,48	259.853,74

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	VALOR FUNDEB (h)	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	547.150,46	321.195,99
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.180.407,27	658.912,19
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	6.686.872,36	633.217,74
48.1- Orçamento do Exercício	6.288.394,87	535.012,69
48.2- Restos a Pagar	398.477,49	98.205,05
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.040.685,37	346.890,44
51- (+) Ajustes	231,32	(32,01)
51.1- Retenções	0,00	0,00
51.2- Conciliação Bancária	231,32	(32,01)
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	1.040.916,69	346.858,43

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às 18:33:23.

1. A linha "19.1" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2. A linha "21" refere-se ao Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

3. Caput do artigo 212 da CF/1988.

4. A linha "34" refere-se aos valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5. A linha "38" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

6. Nas linhas "36" e "37", nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

7. A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

IPM Sistemas Ltda — Identificador: WPR2911101-016-KOIAR-268947188 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO — 10/07/2018 18:33

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
DECRETO Nº. 70/2018
Dispõe sobre a revogação do Processo nº. 86/2018 – Pregão Presencial nº. 35/2018 e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 49 da Lei Federal nº. 8.666/93 .
CONSIDERANDO o disposto nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal;
CONSIDERANDO a ausência de prejuízo para o erário público;
CONSIDERANDO a ausência de prejuízo a interesses pessoais de terceiros;
CONSIDERANDO a ausência de prejuízo para o interesse público;
D E C R E T A:
Art. 1º Fica REVOGADA por conveniência administrativa o PREGÃO PRESENCIAL autuado sob o nº. 35/2018 – PROCESSO Nº 86/2018, que visava a CONTRATAÇÃO DE FRETE PARA TRANSPORTE DE TUBOS PARA EXECUÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO-PR.
Art. 2º Oportunamente, a Administração Pública Municipal promoverá a Licitação do objeto em questão.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, 11 de junho de 2018.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 71/2018
Restabelece a Programação Financeira e o Cronograma de Execução mensal de desembolso de recursos orçamentários para o exercício de 2018, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, no uso de suas atribuições legais e em especial nas contidas nos artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e no caput do artigo 11 da Lei Municipal nº 2.120/2017, de 30/09/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício Financeiro de 2018).
DECRETA:
Art. 1º Fica restabelecida a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso para o Exercício de 2018, das Receitas e Despesas, na forma do Anexo que integra o presente Decreto.
Art. 2º As receitas previstas estão desdobradas em metas "mensais" de arrecadação, na forma do Anexo, que integra o presente Decreto.
Art. 3º Os efeitos deste Decreto terão vigência para o exercício de 2018, a partir do mês de junho.
Art. 4º A Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso, bem como o desdobramento das receitas estabelecidas neste Decreto poderão sofrer reformulações na medida em queos equilíbrios entre Receitas e Despesas em função das suas execuções mensais ou bimestrais se façam necessários.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, aos 11 dias do mês de julho de 2018.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) — Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às 18:54:09.
¹ A coluna "EXERCÍCIO" identifica os exercícios para as projeções das receitas e despesas. Será apresentada a projeção anual, de pelo menos 75 (setenta e cinco) anos, tendo como ano inicial o ano anterior ao da publicação deste demonstrativo, ano em que os valo

HERALDO TRENTO
Prefeito
CPF: 428.867.759-91

HUMBERTO JOSE PEDRA GONZALEZ
Controlador Interno
CPF: 431.760.899-53

MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO
Contadora
CPF: 524.483.129-15
CRC 33.701/O-6 PR

Identificador: WPR2671101-016-YFFQW-268948447 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 12 (LC, 141/2012, art. 35) — R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	13.572.000,00	13.572.000,00	7.209.333,63	53,12
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	4.830.000,00	4.830.000,00	2.882.486,31	59,68
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.240.000,00	1.240.000,00	579.587,76	46,74
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.339.500,00	4.339.500,00	1.640.386,35	37,80
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.145.600,00	2.145.600,00	1.175.428,17	54,78
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	210.600,00	210.600,00	3.461,14	1,64
Dívida Ativa dos Impostos	787.000,00	787.000,00	561.713,90	71,37
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	19.300,00	19.300,00	366.270,00	1.897,77
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	43.656.200,00	43.656.200,00	23.605.670,89	54,07
Cota-Parte FPM	23.500.000,00	23.500.000,00	12.355.295,68	52,58
Cota-Parte ITR	480.000,00	480.000,00	5.714,67	1,19
Cota-Parte IPVA	6.680.000,00	6.680.000,00	3.802.351,24	56,92
Cota-Parte ICMS	12.700.000,00	12.700.000,00	7.259.411,70	57,16
Cota-Parte IPI-Exportação	191.200,00	191.200,00	133.944,92	70,05
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	105.000,00	105.000,00	48.952,68	46,62
Desoneração ICMS (LC 87/96)	105.000,00	105.000,00	48.952,68	46,62
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	57.228.200,00	57.228.200,00	30.815.004,52	53,85

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	9.094.845,00	11.880.840,43	3.855.648,47	32,45
Provenientes da União	8.294.845,00	11.080.840,43	3.855.648,47	34,80
Provenientes dos Estados	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	9.094.845,00	11.880.840,43	3.855.648,47	32,45

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	19.004.568,00	24.534.600,73	13.761.254,04	56,09	12.197.830,58	49,72	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	10.774.043,00	13.264.295,17	6.815.394,35	51,38	6.815.394,35	51,38	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	8.230.525,00	11.270.305,56	6.945.859,69	61,63	5.382.436,23	47,76	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	802.739,00	2.979.499,97	743.415,53	24,95	91.992,10	3,09	0,00
Investimentos	802.739,00	2.979.499,97	743.415,53	24,95	91.992,10	3,09	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	19.807.307,00	27.514.100,70	14.504.669,57	52,72	12.289.822,68	44,67	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	7.177.480,00	14.423.464,00	7.202.478,35	49,66	5.287.228,45	43,02	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	4.995.480,00	11.100.532,00	5.449.531,85	37,57	3.942.957,60	32,08	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	2.182.000,00	3.322.932,00	1.752.946,50	12,09	1.344.270,85	10,94	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS/CONTAS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	128.454,88	0,89	128.454,88	1,05	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	20.877,05	0,14	20.877,05	0,17	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM ACÕES E SERVICOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	7.177.480,00	14.423.464,00	7.351.810,28	50,69	5.436.560,38	44,24	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	12.629.827,00	13.090.636,70	7.152.859,29	49,31	6.853.262,30	55,76	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAUDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	23,21
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(IIIb * 15%) - VI]	2.530.608,61

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA
Inscritos em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Restos a pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	20.877,05	(20.877,05)

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/ total l) x 100	Até Bimestre (m)	% (m/ total m) x 100
Atenção Básica	8.576.327,00	11.525.976,09	6.423.040,20	44,28	5.233.683,02	42,59
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.192.445,00	13.166.333,30	7.161.825,98	49,38	6.231.832,57	50,71
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	1.641.135,00	2.341.485,31	749.245,32	5,17	680.363,87	5,54
Vigilância Epidemiológica	397.400,00	480.306,00	170.558,07	1,18	143.943,22	1,17
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
Total	19.807.307,00	27.514.100,70	14.504.669,57	100,00	12.289.822,68	100,00

Fonte: Sistema
Atende.Net - IPM,
Unidade Responsável
MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Data Emissão:
10/jul/2018
Hora de emissão:
18h e 35m
Notas:

HERALDO TRENTO
Prefeito
CPF: 428.867.759-91

HUMBERTO JOSE PEDRA GONZALEZ
Controlador Interno
CPF: 431.760.899-53

MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO
Contadora
CPF: 524.483.129-15
CRC 33.701/O-6 PR

Identificador: WPR1841102-016-DLVIX-268947321 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA — Pág. 1/2
Estado do Paraná **CNPJ 75.799.577/0001-04**
Exercício: 2018

Decreto nº 73/2018 de 10/07/2018

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1357/2017 de 07/11/2017.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 40.560,00 (quarenta mil quinhentos e sessenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
05.003 DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
05.003.04.122.1100.2.003. Manutenção dos Serviços Administrativos
47 - 3.3.90.91.00.00 01000 SENTENÇAS JUDICIAIS 40.000,00
08 DEPARTAMENTO DE SAUDE
08.001 DIVISÃO DE SAUDE PUBLICA - FMS
08.001.10.301.1700.2.011. Manutenção e Encargos Investimentos CIUENP/SAMU
118 - 4.4.71.70.00.00 01000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO 560,00
Total Suplementação: 40.560,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução
06 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
06.001 DIVISÃO DE CONTABILIDADE
06.001.04.123.1200.2.013. Manutenção das Atividades de Tesouraria e Contabilidade
64 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 40.000,00
08 DEPARTAMENTO DE SAUDE
08.001 DIVISÃO DE SAUDE PUBLICA - FMS
08.001.10.301.1700.2.010. Manutenção e Encargos Correntes CIUENP/SAMU
116 - 3.1.71.70.00.00 01000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO 560,00
Total Redução: 40.560,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia , em 10 de julho de 2018.

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 1838/2018
SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal Nº. 456, de 10 (dez) de julho de 2018, publicada no Diário Oficial do Município (Jornal Umuarama Ilustrado) em 11 de julho de 2018.
DECRETA:
Art. 1º. Abre no Orçamento Geral para o exercício de 2018 o Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no valor de R$- 55.400,00 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais), mediante a inclusão de rubrica de despesa da dotação orçamentária:
0700SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
0702DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
123610007.2.022000Manutenção da Divisão de Educação
3.3.90.30.00.00.00MATERIAL DE CONSUMO55.400,00
Fonte de Recursos138 – FPM – Apoio Financeiro à Educação
Art. 2º. Como recurso para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo utilizar-se-á do excesso de arrecadação da seguinte fonte de recurso do corrente exercício financeiro:
Fonte de RecursosDescriçãoValor
138FPM – Apoio Financeiro à Educação55.400,00
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - Pr., aos 11 (onze) dias do mês de julho de 2018.
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

Estado do Paraná
DECRETO N.º 074/2018
SÚMULA: Homologa resultado de licitação pública e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e em pleno exercício de suas funções,
DECRETA:
Art. 1º - Fica HOMOLOGADO o resultado da Licitação Pública sob a modalidade de Pregão Presencial Nº 019/2018, apresentado pelo Pregoeiro nomeado pelo Decreto n.º 003/2018, a favor das empresas: EDER CEZAR TUROZI – ME nos itens 01 e 04, com valor final de R$ 7.660,00 (sete mil e seiscentos e sessenta reais); INFATEC COMPUTADORES LTDA – EPP, no item 03, com valor final de R$ 3.550,00 (três mil e quinhentos e cinquenta reais); MC MEDICALL PRODUTOS HOSP. EIRELI- ME nos itens 09 e 12, com valor final de R$ 7.328,00 (sete mil e trezentos e vinte e oito reais); N DOS SANTOS TEIXEIRA PRINTER – EPP, nos itens 02, 06 e 13, com valor final de R$ 3.985,00 (três mil e novecentos e oitenta e cinco reais); HS MED COMERCIO DE ARTIGOS LTDA – EPP, nos itens 07 e 08,com valor final de R$ 9.888,00 (nove mil e oitocentos e oitenta e oito reais); C. E. CARVALHO COMERCIAL – ME, no item 11, com valor final de R$ 6.434,00 (seis mil e quatrocentos e trinta e quatro reais) e UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA, no item 10, com valor final de R$ 59.900,00 (cinqüenta e nove mil e novecentos reais), para pagamento de acordo com o previsto no Edital.
§ 1º - Fica declarado deserto o item 05 do Pregão Presencial 019/2018.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, 11 de julho de 2018.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2018 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Junho
RECEITAS	
Previsão Inicial	111.115.427,00
Previsão Atualizada	126.716.662,95
Receitas Realizadas	56.271.267,17
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	107.164.627,00
Créditos Adicionais	27.014.823,85
Dotação Atualizada	134.179.450,85
Despesas Empenhadas	57.834.201,01
Despesas Liquidadas	43.946.035,79
Despesas Pagas	42.082.949,84
Superávit Orçamentário	12.325.231,38
DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até Junho**
Despesas Empenhadas	57.834.201,01
Despesas Liquidadas	43.946.035,79
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até Junho**
Receita Corrente Líquida	102.285.870,00
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Até Junho**
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Junho(b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	(798.317,37)	7.751.560,96	(970,99)
Resultado Primário	(5.221.835,00)	8.197.319,40	(156,98)

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até Junho	Pag. Até Junho	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.135.234,82	27.398,84	1.981.433,59	126.402,39
Poder Executivo	2.135.234,82	27.398,84	1.981.433,59	126.402,39
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	7.022.625,60	2.151.913,90	3.401.489,95	1.469.221,75
Poder Executivo	7.022.625,60	2.151.913,90	3.401.489,95	1.469.221,75
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Publico	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.157.860,42	2.179.312,74	5.382.923,54	1.595.624,14

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até Junho	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Junho
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	7.554.722,58	25,00	24,52
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	4.826.042,58	60,00	67,21
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	Valor Apurado Até Junho	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	514.552,42	4.485.447,58
Despesa de Capital Líquida	9.789.252,70	23.114.048,96

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até Junho	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	81.881,28	(81.681,28)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	533.852,85

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Junho	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar Exer.	% Aplicado Até Junho
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	7.152.859,29	15,00	23,21

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAÍRA. Emissão: 10/07/2018, às 18:

HERALDO TRENTO
Prefeito
CPF: 428.867.759-91

HUMBERTO JOSE PEDRA GONZALEZ
Controlador Interno
CPF: 431.760.899-53

MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO
Contadora
CPF: 524.483.129-15
CRC 33.701/O-6 PR

Identificador: WPR2851101-016-AAQLR-268947376 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
DECRETO Nº. 057, DE 11 DE JULHO DE 2018
Dispõe sobre a alteração de ações do PPA 2018-2021 Lei nº 1.934/2017, altera metas no Anexo de Metas da LDO 2018 Lei nº 1.920/2017, abre crédito adicional suplementar em dotações do orçamento corrente e inclui fontes de recurso.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o Art. 16º Inciso I, III e IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 1.920/17 e artigo 4º da Lei Orçamentária 1.946/2017.
DECRETA
Art. 1o - Fica incluída a seguinte fonte de recurso em dotação orçamentária do Orçamento vigente:
12.003.082440028.2.054 - Concessão a Pessoas de Benefícios Eventuais
Fonte: 780 - Transf. Estado FEAS Benefícios Eventuais
Art. 2o Passam a vigorar com os seguintes valores as ações do PPA 2018-2021 para exercício de 2018:
11.00 - Secretária de Saúde
11.001 - Fundo Municipal de Saúde
10 Saúde
301 Atenção Básica
0023 Atenção Básica
2.032000 - Manutenção e Encargos do PSF R$: 1.196.443,62
11.00 - Secretária de Saúde
11.001 - Fundo Municipal de Saúde
10 Saúde
301 Atenção Básica
0023 Atenção Básica
2.035000 - Manutenção e Encargos do PAB-Fixo R$: 1.032.897,75
11.00 - Secretária de Saúde
11.001 - Fundo Municipal de Saúde
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
0021 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar
2.03900 - Transferências Financeiras a Consórcio de Saúde R$: 2.555.492,68
12.00 - Secretária de Assistência Social
12.003 - Fundo Municipal de Assistência Social
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
0028 Atendimento Social
2.14900 - Manutenção e Encargos do Piso Básico Variável R$: 231.418,54
12.00 - Secretária de Assistência Social
12.003 - Fundo Municipal de Assistência Social
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
0028 Atendimento Social
2.15000 - Manutenção e Encargos do Piso Básico Fixo R$: 136.937,73
12.00 - Secretária de Assistência Social
12.003 - Fundo Municipal de Assistência Social
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
0028 Atendimento Social
2.054000 - Concessão a Pessoas de Benefícios Eventuais R$: 254.000,00
Art. 3 o Passam a vigorar com os seguintes valores as metas constantes no Anexo de Metas da LDO 2018:
301 Atenção Básica
0023 Atenção Básica
2.032000 - Manutenção e Encargos do PSF R$: 1.196.443,62
301 Atenção Básica
0023 Atenção Básica
2.035000 - Manutenção e Encargos do PAB-Fixo R$: 1.032.897,75
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
0021 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar
2.03900 - Transferências Financeiras a Consórcio de Saúde R$: 2.555.492,68
244 Assistência Comunitária
0028 Atendimento Social
2.14900 - Manutenção e Encargos do Piso Básico Variável R$: 231.418,54
244 Assistência Comunitária
0028 Atendimento Social
2.15000 - Manutenção e Encargos do Piso Básico Fixo R$: 136.937,73
244 Assistência Comunitária
0028 Atendimento Social
2.054000 - Concessão a Pessoas de Benefícios Eventuais R$: 254.000,00
Art. 4o Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento do Executivo para o corrente exercício o valor de R$: 525.378,43 (quinhentos vinte cinco mil e trezentos setenta oito reais e quarenta três centavos), destinados a ocorrer com despesas classificadas nas atividades e nos elementos a seguir discriminados:
11.00 - Secretária de Saúde
11.001 - Fundo Municipal de Saúde
10 Saúde
301 Atenção Básica
0023 Atenção Básica
2.032000 - Manutenção e Encargos do PSF
Fonte: 495 - Atenção Básica
3.3.90.30.00.00 (284) Material de Consumo R$: 17.800,00
4.4.90.52.00.00 (290) Equipamentos e Material Permanente R$: 7.500,00
11.00 - Secretária de Saúde
11.001 - Fundo Municipal de Saúde
10 Saúde
301 Atenção Básica
0023 Atenção Básica
2.035000 - Manutenção e Encargos do PAB-Fixo
Fonte: 494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
3.3.90.30.00.00 (491) Material de Consumo R$: 30.200,00
3.3.90.32.00.00 (492) Material, Bem ou Serviços para Distribuição Gratuita R$: 92.400,00
11.00 - Secretária de Saúde
11.001 - Fundo Municipal de Saúde
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
0021 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar
2.03900 - Transferências Financeiras a Consórcio de Saúde
Fonte: 494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
3.3.71.70.00.00 (600) Rateio pela participação em Consórcio Público R$: 97.770,76
3.3.72.39.00.00 (559) Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica R$: 222.407,67
12.00 - Secretária de Assistência Social
12.003 - Fundo Municipal de Assistência Social
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
0028 Atendimento Social
2.14900 - Manutenção e Encargos do Piso Básico Variável
Fonte: 33934 - Bloco de Financ. Proteção Social Básica - Suas
3.3.90.30.00.00 (605) Material de Consumo R$: 21.700,00
3.3.90.32.00.00 (593) Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita R$: 23.800,00
2.15000 - Manutenção e Encargos do Piso Básico Fixo
Fonte: 33934 - Bloco de Financ. Proteção Social Básica - Suas
3.3.90.30.00.00 (607) Material de Consumo R$: 7.800,00
12.00 - Secretária de Assistência Social
12.003 - Fundo Municipal de Assistência Social
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
0028 Atendimento Social
2.054000 - Concessão a Pessoas de Benefícios Eventuais
Fonte: 780 - Transf. Estado FEAS Benefícios Eventuais
3.3.90.33.00.00 Passagens e Despesas com Locomoção R$: 4.000,00
TOTAL R$: 525.378,43
Art. 5o Para cobertura do crédito aberto no artigo 4º, será utilizado como recurso o superávit financeiro do exercício anterior e o excesso de arrecadação de fontes vinculadas:
I – SUPERÁVIT FINANCEIRO (disponível + realizável – passivo financeiro) do exercício de 2017
Fonte: 33934 - Bloco de Financ. Proteção Social Básico. . . . . .R$: 53.300,00
II – Excesso de Arrecadação das fontes:
Fonte: 495 - Atenção Básica R$: 25.300,00
Fonte: 780 - Transf. Estado FEAS Benefícios Eventuais R$: 4.000,00
Fonte: 494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R$: 442.778,43
TOTAL R$: 525.378,43
Art. 6o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 11 de Julho de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

10/07/2

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio - PR
Programação Financeira da Receita Mensal
Junho/2018

R$ 1,00

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	Jan / Jul	Fev / Ago	Mar / Set	Abr / Out	Mai / Nov	Jun / Dez	Total Programação Financeira	Previsão Atualizada 2018
RECEITAS CORRENTES (A)	3.007.684,17	3.121.180,53	3.065.158,51	3.204.226,50	2.993.310,53	3.120.794,65		
	2.993.310,53	2.993.310,53	2.993.310,53	2.993.310,53	2.993.310,53	2.993.310,53	36.472.218,07	36.472.218,07
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	167.132,16	166.333,44	166.333,44	166.333,44	166.333,44	166.333,44		
	166.333,44	166.333,44	166.333,44	166.333,44	166.333,44	166.333,44	1.996.800,00	1.996.800,00
Impostos	122.963,67	122.376,03	122.376,03	122.376,03	122.376,03	122.376,03		
	122.376,03	122.376,03	122.376,03	122.376,03	122.376,03	122.376,03	1.469.100,00	1.469.100,00
Taxas	33.705,99	33.544,91	33.544,91	33.544,91	33.544,91	33.544,91		
	33.544,91	33.544,91	33.544,91	33.544,91	33.544,91	33.544,91	402.700,00	402.700,00
Contribuição de Melhoria	10.462,50	10.412,50	10.412,50	10.412,50	10.412,50	10.412,50		
	10.412,50	10.412,50	10.412,50	10.412,50	10.412,50	10.412,50	125.000,00	125.000,00
Contribuições	33.061,50	32.903,50	32.903,50	32.903,50	32.903,50	32.903,50		
	32.903,50	32.903,50	32.903,50	32.903,50	32.903,50	32.903,50	395.000,00	395.000,00
Contribuição Custeio do Serviço de Iluminação Pública	33.061,50	32.903,50	32.903,50	32.903,50	32.903,50	32.903,50		
	32.903,50	32.903,50	32.903,50	32.903,50	32.903,50	32.903,50	395.000,00	395.000,00
Receita Patrimonial	19.117,08	19.025,72	19.036,20	19.951,94	19.025,72	22.509,84		
	19.025,72	19.025,72	19.025,72	19.025,72	19.025,72	19.025,72	232.820,82	232.820,82
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	410,13	408,17	408,17	408,17	408,17	408,17		
	408,17	408,17	408,17	408,17	408,17	408,17	4.900,00	4.900,00
Valores Mobiliários	18.706,95	18.617,55	18.628,03	19.543,77	18.617,55	22.101,67		
	18.617,55	18.617,55	18.617,55	18.617,55	18.617,55	18.617,55	227.920,82	227.920,82
Receita Agropecuária	753,30	749,70	749,70	749,70	749,70	749,70		
	749,70	749,70	749,70	749,70	749,70	749,70	9.000,00	9.000,00
Receita Industrial	418,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50		
	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	5.000,00	5.000,00
Receita de Serviços	7.039,17	7.005,53	7.005,53	7.005,53	7.005,53	7.005,53		
	7.005,53	7.005,53	7.005,53	7.005,53	7.005,53	7.005,53	84.100,00	84.100,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	6.620,67	6.589,03	6.589,03	6.589,03	6.589,03	6.589,03		
	6.589,03	6.589,03	6.589,03	6.589,03	6.589,03	6.589,03	79.100,00	79.100,00

PRONIM PL - Emissão: 10/07/2018 às 12h49min - Duração: 0h00m18seg (2)

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio - PR
Programação Financeira da Receita Mensal
Junho/2018

R$ 1,00

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	Jan / Jul	Fev / Ago	Mar / Set	Abr / Out	Mai / Nov	Jun / Dez	Total Programação Financeira	Previsão Atualizada 2018
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	418,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50		
	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	5.000,00	5.000,00
Transferências Correntes	2.778.572,16	2.893.163,44	2.837.130,94	2.975.283,19	2.765.293,44	2.889.293,44		
	2.765.293,44	2.765.293,44	2.765.293,44	2.765.293,44	2.765.293,44	2.765.293,44	33.730.497,25	33.730.497,25
Transferências da União e de suas Entidades	1.194.717,06	1.316.877,54	1.189.007,54	1.189.007,54	1.189.007,54	1.189.007,54		
	1.189.007,54	1.189.007,54	1.189.007,54	1.189.007,54	1.189.007,54	1.189.007,54	14.401.670,00	14.401.670,00
Transfe. Estados e do DF e de suas Entidades	1.341.962,10	1.335.548,90	1.407.386,40	1.545.538,65	1.335.548,90	1.459.548,90		
	1.335.548,90	1.335.548,90	1.335.548,90	1.335.548,90	1.335.548,90	1.335.548,90	16.438.827,25	16.438.827,25
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	20.925,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00		
	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	250.000,00	250.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	220.968,00	219.912,00	219.912,00	219.912,00	219.912,00	219.912,00		
	219.912,00	219.912,00	219.912,00	219.912,00	219.912,00	219.912,00	2.640.000,00	2.640.000,00
Outras Receitas Correntes	1.590,30	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70		
	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	19.000,00	19.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	209,25	208,25	208,25	208,25	208,25	208,25		
	208,25	208,25	208,25	208,25	208,25	208,25	2.500,00	2.500,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	878,85	874,65	874,65	874,65	874,65	874,65		
	874,65	874,65	874,65	874,65	874,65	874,65	10.500,00	10.500,00
Demais Receitas Correntes	502,20	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80		
	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	6.000,00	6.000,00
DEDUÇÕES (B)	-448.673,85	-446.529,65	-446.529,65	-446.529,65	-446.529,65	-446.529,65		
	-446.529,65	-446.529,65	-446.529,65	-446.529,65	-446.529,65	-446.529,65	-5.360.500,00	-5.360.500,00
RECEITAS CAPITAL (D)	90.396,00	89.964,00	89.964,00	211.839,00	89.964,00	444.064,00		
	89.964,00	89.964,00	89.964,00	89.964,00	89.964,00	89.964,00	1.555.975,00	1.555.975,00
RECEITA TOTAL (A-B+D)	2.649.406,32	2.764.614,88	2.708.592,86	2.969.535,85	2.636.744,88	3.118.329,00		
	2.636.744,88	2.636.744,88	2.636.744,88	2.636.744,88	2.636.744,88	2.636.744,88	32.667.693,07	32.667.693,07

PRONIM PL - Emissão: 10/07/2018 às 12h49min - Duração: 0h00m18seg (2)

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Rua Prefeito Carlito Shimdt Villela, 376 – Centro – Caixa Postal: 13 – Fone/Fax: (44) 3677-1229/3677-1701
CNPJ 80.907.835/0001-69 - CEP: 87.430-000
Tapejara – Paraná

PORTARIA Nº 017, DE 11 DE JULHO DE 2018

Concede ao servidor a licença prêmio fracionada.

O DIRETOR DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 1.122/2007 e em especial ao disposto no art. 99, parágrafo único da Lei Municipal 755/1998;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público **Altamir Bail Ponchieli,** portador da CI/RG nº 4.973.835-8 – SSP/PR e do CPF/MF nº 729.522.969-87, matrícula 20, ocupante do cargo de Agente Administrativo, licença prêmio fracionada de 30 dias, de 16/07/2018 a 14/08/2018, referente ao período de 14/06/2011 à 14/06/2016.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Tapejara, em 11 de julho de 2018.

RAMIRO CANDIDO DE SOUZA JUNIOR

Página: 1
10/07/2018 1

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio - PR
Programação Financeira da Receita Bimestral
3º Bimestre/2018

R$ 1,00

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	1º bimestre Até Bimestre	2º bimestre Até Bimestre	3º bimestre Até Bimestre	4º bimestre Até Bimestre	5º bimestre Até Bimestre	6º bimestre Até Bimestre	Total Programação Financeira	Previsão Atualizada 2018
RECEITAS CORRENTES (A)	6.128.864,70	6.269.385,01	6.114.105,18	5.986.621,06	5.986.621,06	5.986.621,06		
	6.128.864,70	12.398.249,71	18.512.354,89	24.498.975,95	30.485.597,01	36.472.218,07	36.472.218,07	36.472.218,07
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	333.465,60	332.666,88	332.666,88	332.666,88	332.666,88	332.666,88		
	333.465,60	666.132,48	998.799,36	1.331.466,24	1.664.133,12	1.996.800,00	1.996.800,00	1.996.800,00
Impostos	245.339,70	244.752,06	244.752,06	244.752,06	244.752,06	244.752,06		
	245.339,70	490.091,76	734.843,82	979.595,88	1.224.347,94	1.469.100,00	1.469.100,00	1.469.100,00
Taxas	67.250,90	67.089,82	67.089,82	67.089,82	67.089,82	67.089,82		
	67.250,90	134.340,72	201.430,54	268.520,36	335.610,18	402.700,00	402.700,00	402.700,00
Contribuição de Melhoria	20.875,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00		
	20.875,00	41.700,00	62.525,00	83.350,00	104.175,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
Contribuições	65.965,00	65.807,00	65.807,00	65.807,00	65.807,00	65.807,00		
	65.965,00	131.772,00	197.579,00	263.386,00	329.193,00	395.000,00	395.000,00	395.000,00
Contribuição Custeio do Serviço de Iluminação Pública	65.965,00	65.807,00	65.807,00	65.807,00	65.807,00	65.807,00		
	65.965,00	131.772,00	197.579,00	263.386,00	329.193,00	395.000,00	395.000,00	395.000,00
Receita Patrimonial	38.142,80	38.988,14	41.535,56	38.051,44	38.051,44	38.051,44		
	38.142,80	77.130,94	118.666,50	156.717,94	194.769,38	232.820,82	232.820,82	232.820,82
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	818,30	816,34	816,34	816,34	816,34	816,34		
	818,30	1.634,64	2.450,98	3.267,32	4.083,66	4.900,00	4.900,00	4.900,00
Valores Mobiliários	37.324,50	38.171,80	40.719,22	37.235,10	37.235,10	37.235,10		
	37.324,50	75.496,30	116.215,52	153.450,62	190.685,72	227.920,82	227.920,82	227.920,82
Receita Agropecuária	1.503,00	1.499,40	1.499,40	1.499,40	1.499,40	1.499,40		
	1.503,00	3.002,40	4.501,80	6.001,20	7.500,60	9.000,00	9.000,00	9.000,00
Receita Industrial	835,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
	835,00	1.668,00	2.501,00	3.334,00	4.167,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Receita de Serviços	14.044,70	14.011,06	14.011,06	14.011,06	14.011,06	14.011,06		
	14.044,70	28.055,76	42.066,82	56.077,88	70.088,94	84.100,00	84.100,00	84.100,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	13.209,70	13.178,06	13.178,06	13.178,06	13.178,06	13.178,06		
	13.209,70	26.387,76	39.565,82	52.743,88	65.921,94	79.100,00	79.100,00	79.100,00

PRONIM PL - Emissão: 10/07/2018 às 12h50min - Duração: 0h00m13seg (2)

Página: 2
10/07/2018

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio - PR
Programação Financeira da Receita Bimestral
3º Bimestre/2018

R$ 1,00

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	1º bimestre Até Bimestre	2º bimestre Até Bimestre	3º bimestre Até Bimestre	4º bimestre Até Bimestre	5º bimestre Até Bimestre	6º bimestre Até Bimestre	Total Programação Financeira	Previsão Atualizada 2018
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	835,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
	835,00	1.668,00	2.501,00	3.334,00	4.167,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transferências Correntes	5.671.735,60	5.812.414,13	5.654.586,88	5.530.586,88	5.530.586,88	5.530.586,88		
	5.671.735,60	11.484.149,73	17.138.736,61	22.669.323,49	28.199.910,37	33.730.497,25	33.730.497,25	33.730.497,25
Transferências da União e de suas Entidades	2.511.594,60	2.378.015,08	2.378.015,08	2.378.015,08	2.378.015,08	2.378.015,08		
	2.511.594,60	4.889.609,68	7.267.624,76	9.645.639,84	12.023.654,92	14.401.670,00	14.401.670,00	14.401.670,00
Transfe. Estados e do DF e de suas Entidades	2.677.511,00	2.952.925,05	2.795.097,80	2.671.097,80	2.671.097,80	2.671.097,80		
	2.677.511,00	5.630.436,05	8.425.533,85	11.096.631,65	13.767.729,45	16.438.827,25	16.438.827,25	16.438.827,25
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	41.750,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00		
	41.750,00	83.400,00	125.050,00	166.700,00	208.350,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	440.880,00	439.824,00	439.824,00	439.824,00	439.824,00	439.824,00		
	440.880,00	880.704,00	1.320.528,00	1.760.352,00	2.200.176,00	2.640.000,00	2.640.000,00	2.640.000,00
Outras Receitas Correntes	3.173,00	3.165,40	3.165,40	3.165,40	3.165,40	3.165,40		
	3.173,00	6.338,40	9.503,80	12.669,20	15.834,60	19.000,00	19.000,00	19.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	417,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50		
	417,50	834,00	1.250,50	1.667,00	2.083,50	2.500,00	2.500,00	2.500,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.753,50	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30		
	1.753,50	3.502,80	5.252,10	7.001,40	8.750,70	10.500,00	10.500,00	10.500,00
Demais Receitas Correntes	1.002,00	999,60	999,60	999,60	999,60	999,60		
	1.002,00	2.001,60	3.001,20	4.000,80	5.000,40	6.000,00	6.000,00	6.000,00
DEDUÇÕES (B)	-895.203,50	-893.059,30	-893.059,30	-893.059,30	-893.059,30	-893.059,30		
	-895.203,50	-1.788.262,80	-2.681.322,10	-3.574.381,40	-4.467.440,70	-5.360.500,00	-5.360.500,00	-5.360.500,00
RECEITAS CAPITAL (D)	180.360,00	301.803,00	534.028,00	179.928,00	179.928,00	179.928,00		
	180.360,00	482.163,00	1.016.191,00	1.196.119,00	1.376.047,00	1.555.975,00	1.555.975,00	1.555.975,00
RECEITA TOTAL (A-B+D)	5.414.021,20	5.678.128,71	5.755.073,88	5.273.489,76	5.273.489,76	5.273.489,76		
	5.414.021,20	11.092.149,91	16.847.223,79	22.120.713,55	27.394.203,31	32.667.693,07	32.667.693,07	32.667.693,07

PRONIM PL - Emissão: 10/07/2018 às 12h50min - Duração: 0h00m13seg (2)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
São Jorge do Patrocínio, 06 de julho de 2018.
Em cumprimento ao art. 2º da Lei Federal nº.9.452/97 Notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais.
Período 03/06/2018 a 06/06/2018
DATARECURSOVALOR
03/07 a 04/07/2018FUNDEBR$- 23.282,44
03/07/2018ICMSR$- 273.631,63
03/07 a 06/07/2018SIMPLES NACIONALR$- 93,00
04/07/2018TRANSP ESC. FEDERALR$- 3.846,45
04/07/2018MERENDA ESCOLARR$- 8.952,80
04/07/2018CUSTERIO SUSR$- 14.891,24
JOSE CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 37/2018
O Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, torna público, que realizará no dia 24 de julho de 2018, às 08h30min no anfiteatro Municipal, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço – unitário, para: AQUISIÇÃO DE RECARGA (BOTIJÃO) DE GÁS DE COZINHA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO-PR., Informações sobre o presente edital poderão ser obtidas através do fone 44 – 3634-8000, no Departamento de Licitações, de 2ª à 6ª feira no horário de expediente na Av. Carlos Spanhol, 164, ou através do site http://www.sjpatrocinio.pr.gov.br/.
São Jorge do Patrocínio-PR, 11 de julho de 2018.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA,

Estado do Paraná
LEI N° 1647/2018
EMENTA: Autoriza a venda e desafetação de bens, veículos, máquinas e equipamentos do Patrimônio Municipal de Terra Roxa-PR e dá outras providências.
A CAMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANA, APROVOU , E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1° Fica o Executivo autorizado a alienar, através de Leilão Público comum, na forma do artigo 22, parágrafo 5° da Lei 8.666/93, e a promover a desafetação dos seguintes bens de propriedade do Município de Terra Roxa-PR:
a- 01 ÔNIBUS VOLVO/B10M 6X2, combustível diesel, cor amarelo, placas LXB-8490, RENAVAN nº.00627086926, ano e modelo de fabricação 1994/1995, plaqueta de identificação de Patrimônio nº.7113. O veículo encontra-se em más condições de uso e conservação. Valor mínimo para alienação: R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais);
b- 01 FIAT/UNO MILLE 1.0 FIRE/ F.FLEX/ ECONOMY 2P, combustível etanol/gasolina, cor branca, placas AQX-2590, RENAVAN nº. 120651602, ano e modelo de fabricação 2008/2009, plaqueta de identificação de Patrimônio nº. 4414. O veículo encontra-se em satisfatório estado de conservação. Valor mínimo para alienação: R$. 8.100,00 (oito mil e cem reais);
c- 01 FIAT/UNO MILLE 1.0 FIRE/ F.FLEX/ ECONOMY 2P, combustível etanol/gasolina, cor branca, placas AXY-8540, RENAVAN nº. 00992318530, ano e modelo de fabricação 2013/2013, plaqueta de identificação de Patrimônio nº. 8353. O veículo está equipado com ar condicionado avariado. De modo geral, em satisfatório estado de conservação. Valor mínimo para alienação R$ 10.000,00 (dez mil reais);
d- 01 RENAULT/MASTER ALTECH AMB, combustível diesel, cor branca, placas ANM-9718, RENAVAN nº. 877507473, ano e modelo de fabricação 2006/2006, plaqueta de identificação de Patrimônio nº. 4383. O veículo encontra-se com o motor fundido e em más condições de uso e conservação. Valor mínimo para alienação: R$ 13.000,00 (treze mil reais);
e- 01 RENAULT/MASTER RONTAN AMB, combustível diesel, cor branca, placas ALT-4554, RENAVAN nº. 827336942, ano e modelo de fabricação 2004/2004, plaqueta de identificação de Patrimônio nº. 8167. O veículo encontra-se com o motor fundido, faltando peças e componentes e em más condições de uso e conservação. Valor mínimo para alienação: R$ 10.000,00 (dez mil reais);
f- 01 FIAT/DUCATO MARTICAR 16, combustível diesel, cor branca, placas AUG-2054, RENAVAN nº. 335996426, ano e modelo de fabricação 2011/2011, plaqueta de identificação de Patrimônio nº. 294. O veículo encontra-se faltando peças e componentes e em más condições de uso e conservação. Valor mínimo para alienação: R$ 6.000,00 (seis mil reais);
g- 01 FIAT/DUCATO MARTICAR 16, combustível diesel, cor branca, placas AUG-2053, RENAVAN nº. 335996760, ano e modelo de fabricação 2011/2011, plaqueta de identificação de Patrimônio nº. 4386. O veículo encontra-se faltando peças e componentes e em más condições de uso e conservação. Valor mínimo para alienação: R$. 6.000,00 (seis mil reais);
h- 01 Moto HONDA/CG TITAN 125 KS, combustível gasolina, cor azul, placas AJU-8415, RENAVAN nº. 756067286, ano e modelo de fabricação 2001/2001, plaqueta de identificação de Patrimônio nº. 4454. O veículo encontra-se em satisfatório estado de conservação. Valor mínimo para alienação: R$. 1.700,00 (um mil e setecentos reais);
i- 01 Pá Carregadeira FIATALLIS MODELO FR 12 M, ano e modelo de fabricação 1990/1990, combustível diesel, cor amarelo, plaqueta de identificação de Patrimônio nº. 8172. Encontra-se com defeito na transmissão, direção e freios, com motor baixando óleo e em más condições de uso e conservação. Valor mínimo para alienação: de R$ 10.000,00 (dez mil reais);
j- 01 COLETOR COMPACTADOR DE LIXO, plaqueta de identificação de Patrimônio nº.5487, cor branco. O equipamento encontra-se de modo geral em satisfatório estado de conservação. Valor mínimo para alienação: R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais);
k- 01 TRATOR FORD 7630 NEW HOLLAND, S100, nº de série H3 DP 1023 –CHASSI: GB514M V309833 H3 ano e modelo de fabricação 2002, combustível diesel, cor azul, plaqueta de identificação de Patrimônio nº. 4475. O equipamento encontra-se com a bomba injetora avariada. De modo geral, em satisfatório estado de conservação. Valor mínimo para alienação: R$ 30.000,00 (trinta mil reais);
l- 01 TRATOR FORD - TS 100, NEW HOLLAND, combustível diesel, cor azul, plaqueta de identificação de Patrimônio nº.4476. O equipamento encontra-se com o motor fundido. Valor mínimo para alienação: R$ 20.000,00 (vinte mil reais);
m- 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO, 6 TONELADAS - IAC (SUCATA), plaqueta de identificação de Patrimônio nº. 6744, valor de R$ 1.000,00 (um mil reais).
Art. 2° A alienação será realizada conforme avaliação prévia, realizada por Comissão de cinco membros designada por ato do Chefe do Poder Executivo.
Art. 3° O valor mínimo de alienação deverá atender ao relatório da Comissão de Avaliação.
Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Roxa Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de julho de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PÁDUA
Prefeito Municipal

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do ParanáPORTARIA Nº 206, DE 11 DE JULHO DE 2018
Concede licença sem vencimentos a servidor.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, considerando o Comunicado da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do dia 06 de julho de 2018,
RESOLVE:
Art. 1o Conceder a servidora CILENE ROSANI FAXINA FAZOLI, matrícula nº. 16888, portadora da CI/RG n.º 5.144.998-3 – SSP-PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Licença sem Vencimentos, para tratar de interesses particulares, de acordo com o artigo 97 e §§, da Lei Municipal n.º 755, do dia 09 de dezembro de 1998, pelo prazo de 02 (dois) anos, com início em 11 de julho de 2018 e término em 10 de julho de 2020.
Art. 2 o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 11 de julho de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PORTARIA Nº 207, DE 11 DE JULHO DE 2018
Designa servidor para exercer função de Secretário Escolar e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VI, e IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando o comunicado da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do dia 02 de julho de 2018,
RESOLVE:
Art. 1o Designar o servidor público municipal DOUGLAS APARECIDO DE OLIVEIRA RICCI, matrícula n.º 18015, portador da CI/RG n. 5.181.083-0 – SSP/PR, para responder pelas funções de Secretário Escolar na Escola Municipal Paulo Freire – EIEF, a partir de 02 de julho de 2018.
Art. 2o Conceder gratificação de função de 20% (vinte) por cento, sobre seu vencimento básico, nos termos do § 1º, do art. 71, da Lei Municipal n.º 755 do dia 09 de dezembro de 1998.
Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 11 de julho de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PORTARIA Nº 208, DE 11 DE JULHO DE 2018
Exonera servidor em cargo de provimento em comissão.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 71, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1o Exonerar a partir do dia 11 de julho de 2018, a Srª. ÉRIKA EVELYN OLIVEIRA FERNANDES, portadora da CI/RG n.º 8.001.747-2– SSP-PR., e do CPF/MF n.º 037.656.999-93, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor da Divisão de Vigilância Sanitária.
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 11 de julho de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PORTARIA Nº 209, DE 11 DE JULHO DE 2018
Exonera servidor em cargo de provimento em comissão.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 71, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1o Exonerar a partir do dia 11 de julho de 2018, a Srª. TAÍSA CAROLINA PAVAN, portadora da CI/RG n.º 10.837.322-9 – SSP-PR e do CPF/MF nº 074.622.459-14, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretário.
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 11 de julho de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PORTARIA N.º 210, DE 11 DE JULHO DE 2018
Nomeia para ocupar o cargo de provimento em comissão.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1o Nomear a partir do dia 11 de julho de 2018, Srª. ÉRIKA EVELYN OLIVEIRA FERNANDES, portadora da CI/RG n.º 8.001.747-2 – SSP-PR e do CPF/MF nº 037.656.999-93, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretário, lotada na Secretaria de Saúde.
Art. 2º O Subsídio/vencimento do cargo citado no art. 1º, é correspondente ao Anexo I – símbolo CC-4, da Lei Complementar nº 042, de 26 de março de 2012, c/c Lei n.º 1853 de 15 de abril de 2016.
Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 11 de julho de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PORTARIA N.º 211, DE 11 DE JULHO DE 2018
Nomeia para ocupar o cargo de provimento em comissão.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a partir do dia 11 de julho de 2018, a Srª. TAISA CAROLINA PAVAN, portadora da CI/RG n.º 10.837.322-9 – SSP-PR., e do CPF/MF nº 074.622.459-14, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor da Divisão de Vigilância Sanitária.
Art. 2o O Subsídio/vencimento do cargo citado no art. 1º, é correspondente ao Quadro único – símbolo CC-3, da Lei Complementar nº 001, de 25 de maio de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 067, de 12 de junho de 2017, c/c a Lei n.º 1853 de 15 de abril de 2016.
Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 11 de julho de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PORTARIA Nº 212 DE 11 DE JULHO DE 2018
Concede Licença Prêmio fracionada a servidor.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições, que lhe confere a artigo 71, incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1o Conceder aos Servidores públicos Municipais, 01 (um) mês de Licença Prêmio fracionada, de acordo com o disposto no artigo 99 à 102, da Lei nº 755 do dia 09 de dezembro de 1998, regulamentado pelo Decreto nº 069 do dia 11 de setembro de 2003, que aprovou o Regulamento da Licença Prêmio, conforme quadro abaixo:
MatrículaNomePeríodo de QuinqüênioPeríodo de Usufruição
8982Ben-Hur Vilela Anconi01/02/2010 a 31/01/201504/07/2018 a 03/08/2018
9091Denise Brandani Vendramel01/02/2010 a 31/01/201509/07/2018 a 08/08/2018
9105Jaqueline Alves Baraviera01/02/2010 a 31/01/201502/07/2018 a 01/08/2018
17558Regina Rodrigues de Oliveira01/02/2012 a 31/01/201702/07/2018 a 01/08/2018
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, 11 de julho de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA

PORTARIA Nº 213 DE 11 DE JULHO DE 2018
Concede Licença Prêmio a servidor.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições, que lhe confere a artigo 71, incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1o Conceder aos Servidores públicos Municipais, 03 (três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no artigo 99 à 102, da Lei nº 755 do dia 09 de dezembro de 1998, regulamentado pelo Decreto nº 069 do dia 11 de setembro de 2003, que aprovou o Regulamento da Licença Prêmio, conforme quadro abaixo:
MatrículaNomePeríodo de QuinqüênioPeríodo de Usufruição
5240Dorvalina Vilela de Souza09/12/2008 a 08/12/201302/07/2018 a 01/10/2018
8664Edna Plinio da Silva Neves30/04/2004 a 29/04/200902/07/2018 a 01/10/2018
14133Elizabeth da Silva Cândido02/07/2007 a 01/07/201204/07/2018 a 03/10/2018
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, 11 de julho de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PORTARIA Nº 214, DE 11 DE JULHO DE 2018
Concede Adicional de Formação Intelectual – AFI, nos termos do art. 22, da Lei Complementar nº 42, de 26 de março de 2012, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e, considerando o art. 22, da Lei Complementar nº 042, de 26 de março de 2012,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Adicional de Formação Intelectual – AFI, ao servidor público municipal, nos termos do art. 22, da Lei Complementar nº. 042, de 26 de março de 2012, conforme segue:
MATR.NOMEFORMAÇÃOGRP.OC%
92386Milton Bellido Hernadez Junior2º GRAUGOO10%
92385Renan Vinicius Carvalho de Oliveira2º GRAUGOO10%
91375Rosangela Santiago Bagesteiro3º GRAUGOTA5%
Art. 2º O percentual acima descrito, terá como base de cálculo a referência/classe que se posicionar o servidor na tabela salarial pertencente ao seu grupo ocupacional, conforme os anexos da Lei Complementar nº. 042/2012.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 01 de julho de 2018.
Tapejara, 11 de julho de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PORTARIA Nº 215, DE 11 DE JULHO DE 2018
Transfere servidor.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VI, e IX, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1o Transferir, a servidora pública municipal, EDNA PLINIO DA SILVA NEVES, ocupante do cargo efetivo de Zeladora, matrícula n.º 8664, portadora da CI/RG nº. 6.101.622-8 – SSP/PR, da Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a partir do dia 01 de julho de 2018.
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 11 de julho de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PORTARIA Nº 216, DE 11 DE JULHO DE 2018
Transfere servidor.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VI, e IX, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1o Transferir, a partir de 01 de julho de 2018, os servidores públicos abaixo relacionados da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:
MatrículaNome
8958VALDECIR RODRIGUES DA SILVA
5517NIVALDO RAIMUNDO DE SOUZA
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 11 de julho de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PORTARIA Nº 217, DE 11 DE JULHO DE 2018
Transfere servidor.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VI, e IX, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1o Transferir, a partir de 01 de julho de 2018, os servidores públicos abaixo relacionados da Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, para a Secretaria de Saúde:
MatrículaNome
92387CARLOS ALBERTO CELLIN
92384MARCOS ANTONIO PIVETTA
92386MILTON BELLIDO HERNANDEZ JUNIOR
92385RENAN VINICIUS CARVALHO DE OLIVEIRA
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 11 de julho de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE CONTRATOS
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
Contrato de Compra nº. 101/2018
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ANDRE & HENRIQUE LTDA - ME
Objeto: Contratação de empresa, para o fornecimento de ferramentas, que serão utilizadas na manutenção e reparos nos prédios próprios, em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Umuarama.
Valor: R$ 451,26 (quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e seis centavos).
Vigência: 29/05/2018 a 29/05/2019.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Pregão Presencial n° 072/2018 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.639/2018, em 25 de maio de 2018, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, em 29 de maio de 2018, edição nº. 11.275, que integram o presente Termo e na Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, bem como demais alterações posteriores.
Umuarama, 11 de julho de 2018.
Everaldo Marcos Navarro
Secretário Municipal de Administração (Designado)

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE CONTRATOS
Contrato de prestação de serviço nº. 160/2018
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: SANTOS & PACHECO LTDA - ME
Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de médico clínico geral nas Unidades Básicas de Saúde do Município, em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde de Umuarama.
Valor: O valor do será de R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) mensais, perfazendo o valor total anual do presente contrato em R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais), de acordo com os valores constantes na Tabela do Chamamento 003/2018.
Vigência: 02/07/2018 a 01/07/2019.
Fundamentação: o presente contrato é decorrente no processo de inexigibilidade nº 061/2018, ratificado em 29 de junho de 2018, publicado no jornal Umuarama ilustrado no dia 30 de junho de 2018, edição nº 11.300, regido pela lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, bem como pelo decreto municipal nº 029, de 23 de fevereiro de 2007.

Contrato de Compra nº. 145/2018
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: M. S. COMERCIAL TINTAS LTDA – ME
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de produtos para pintura automotiva, para manutenção dos veículos da Vigilância em Saúde, deste Município.
Valor: R$ 3.540,00 (três mil quinhentos e quarenta reais)
Vigência: 22/06/2018 a 31/12/2018.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Pregão Presencial n° 028/2018, homologado pela Portaria n° 1.982/2018, em 20 de junho de 2018, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, em 22 de junho de 2018, edição nº. 11.294, que integram o presente Termo e na Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, bem como demais alterações posteriores.
Umuarama, 11 de julho de 2018.
Everaldo Marcos Navarro
Secretário Municipal de Administração (Designado)

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DA LICENÇA SIMPLIFICADA

POSTO DE MOLAS SAO PAULO LTDA - ME (CNPJ: 77.647.048/0001-10) torna público que irá requerer ao IAP, a Regularização da Licença Simplificada para SERVIÇOS DE MANUTENÇAO E REPARAÇÃO MECANICA, ELETRICA, LANTERNAGEM OU FUNILARIA, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO, E RECONDICIONAMENTO E RECUPERAÇÃO DE MOTORES DE VEICULOS AUTOMOTORES a ser implantada da RUA JAMIL HELU,3633, LOTE Nº 11, QUADRA Nº 01, PARQUE INDUSTRIAL I, UMUARAMA - PR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

STADO DO PARANÁ
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2018 - CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE
1 - PREÂMBULO
1.1. O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, 4253, de conformidade com a Lei nº 8.666/93, suas alterações, Lei nº 8.080/90, Lei Estadual nº 15.608/2007, art. 24 e demais legislações aplicáveis à espécie, torna pública a realização de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE, nos termos das condições estabelecidos no presente Instrumento de Chamamento.
1.2. A análise da documentação dos interessados será realizada pelos membros da Comissão Técnica de Credenciamento do Fundo Municipal de Saúde, com avaliação final em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos neste Edital;
1.3. O processo de credenciamento contempla a análise documental dos interessados, vistoria técnica e o cumprimento das demais exigências contidas no presente Edital.
2 - OBJETO DO CREDENCIAMENTO
2.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoas jurídicas na Área de Saúde para a realização de procedimentos especializados, em atendimento aos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, que serão pagos de acordo com os valores da tabela do Consórcio Intermunicipal de Saúde, valores de orçamento de pagamentos de processos judiciais e valores de contratos anteriores do município, conforme tabela em anexo.
OBS: SERÃO FORNECIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE AS MODALIDADES PARA O CREDENCIAMENTO DA ÁREA DE SAÚDE, CONFORME DISCRIMINAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO DESTE EDITAL.
3 - REGÊNCIA LEGAL
O presente credenciamento é regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais legislação pertinente, aplicando-se, caso necessário, os princípios de direito público, suplementados pelo direito privado.
4 - PRAZOS
4.1. O requerimento de credenciamento deverá ser dirigido à Comissão Técnica de Credenciamento, acompanhado de toda a documentação exigida de acordo com o item 5 deste Edital, devendo ser protocolado junto à Secretaria Municipal de Saúde, a qualquer momento, entre o dia 10 de julho de 2018 e o dia 25 de julho de 2018, durante o horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde, em envelope lacrado;
4.2. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência do credenciamento será de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme legislação aplicável à espécie;
4.3. O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias corridos, contados da convocação do interessado.
5 - DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA CREDENCIAMENTO
5.1. Os seguintes documentos abaixo relacionados deverão ser apresentados juntamente com o pedido de credenciamento:
a) Contrato Social e suas alterações;
b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº1.751, de 02/10/2014. A regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social, poderá ser comprovada individualmente, mediante a apresentação da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Receita Federal e Certidão Quanto a Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da República e a Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS-CND),desde que dentro do prazo de validade;
d) Prova de Regularidade junto a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários e a Dívida Ativa Estadual, em plena validade;
e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação do alvará de funcionamento (licença) e certidão negativa emitida pela Secretaria de Fazenda do Município da sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da lei, em plena validade.
f) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal, em plena validade;
g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
h) Licença de Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde;
i) Inscrição do profissional no Conselho Regional pertinente;
j) Prova de inscrição da empresa no Conselho Regional pertinente;
k) Memorial descritivo com os seguintes itens;
* Recursos humanos;
* Equipamentos;
* Área física;
* Relação do Corpo Clínico para atendimento Ambulatorial, com seu respectivo título de especialidade na área, exclusivamente para hospitais e clinicas.
l)Certificado de Filantropia para entidades filantrópicas emitido pelo CNAS (quando couber);
5.2. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou em qualquer outro processo de cópia autenticada, sendo recepcionado o pedido de credenciamento somente mediante a documentação completa estabelecida;
5.3. A Comissão Técnica de Credenciamento poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos que porventura se fizerem necessários;
5.4. Será inabilitado o interessado que não apresentar toda a documentação exigida no presente Edital.
5.5. A classificação será de acordo com a ordem de entrega dos envelopes com a documentação exigida.
6 - DO PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO.
6.1. Serão credenciados os interessados que preencherem os requisitos previstos neste Edital, de acordo com as necessidades e conforme disponibilidade financeira e orçamentária;
6.2. Após análise da documentação e com base no parecer técnico elaborado pela Comissão Técnica de Credenciamento, esta emitirá um Relatório Conclusivo sobre a viabilidade do credenciamento, por especialidade e/ou área de interesse, o qual será submetido de imediato para a contratação;
6.3. Das decisões da Comissão Técnica de Credenciamento caberá recurso à Comissão Especial, no prazo de 05 dias, a contar da data da ciência da decisão;
7. DA CONTRATAÇÃO
7.1. Com a conclusão da análise de toda a documentação, estejam os requisitos atendidos ou não para o credenciamento, os interessados serão comunicados no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data final de entrada das propostas;
7.2. Os interessados que forem habilitados ao credenciamento serão Contratados por meio de instrumento de prestação de serviços, de natureza precária, caracterizado pela unilateralidade e discricionariedade, onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, podendo o contrato ser rescindido, a qualquer tempo, sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens ou indenizações;
7.3. São de inteira responsabilidade das empresas e profissionais contratados, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes de execução do Contrato;
7.4. As empresas e profissionais contratados são responsáveis pelos danos causados diretamente a Secretaria Municipal de Saúde, Instituto e seus segurados ou terceiros, decorrentes da execução do contrato.
8. DO PREÇO
A remuneração pela prestação de serviços serão pagos por recurso próprio de acordo com os valores da tabela do Consórcio Intermunicipal de Saúde, valores de orçamento de pagamentos de processos judiciais e valores de contratos anteriores do município, conforme tabela em anexo.
9. DOS RECURSOS FINANCEIROS
Para atender as despesas decorrentes do credenciamento, valer-se-á de recursos próprios e provenientes de repasses pelos governos estaduais e federais, e que estejam livres e não comprometidos, conforme DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA vigente da Secretaria Municipal de Saúde, a serem discriminadas no ato da contratação.
10. DAS SANÇÕES
O inadimplemento contratual implicará em sanções previstas na Lei de Licitações e no contrato, assegurado o direito de ampla defesa.
11 DISPOSIÇÕES FINAIS
11.1. O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, motivadamente, aditar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular o presente processo, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for;
11.2. O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, realizar novos credenciamentos, através da divulgação de um novo regulamento;
11.3. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverá ser encaminhado por escrito à Comissão Técnica de Credenciamento.
12. Este chamamento público será publicado mensalmente no diário oficial do município e na internet através do site. www.umuarama.pr.gov.br
Umuarama, 09 de julho de 2018.
CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA
Secretária de Saúde
ANEXO I
EXAMES ESPECIALIZADOS DE APOIO DIAGNÓSTICO
As empresas interessadas localizadas em Umuarama terão preferência, por ser mais cômodo e rápido ao paciente/usuário e não demandar gastos com transporte para a Secretaria Municipal de Saúde. Mas em não havendo empresas aptas e/ou interessadas no município, poderão ser credenciadas empresas de outros municípios, ficando a cargo do contratante o transporte do paciente.
DescriçãoValor Tabela SUS (federal)Complemento rec. própriosValor total
( ) Colangiopancreatografia retrograda endoscópica (CPRE)0,004.000,004.000,00
A empresa interessada no edital de credenciamento deverá preencher a proposta de inscrição no cadastro de serviços especializados (modelo em anexo) identificando qual área ou áreas que tem interesse e a quantidade de procedimentos/mês que poderá disponibilizar.
Fica a cargo da contratante estabelecer em contrato a quantidade de consultas, exames ou procedimentos mensais levando em consideração a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, a disponibilidade financeira e orçamentária e a capacidade instalada da empresa.
Obs: os exames de apoio diagnóstico serão realizados nas dependências da contratada, com fornecimento de profissionais especializados para cada área, insumos e todos materiais necessários para realização dos mesmos.
Todos os serviços são para atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde residentes em Umuarama.

ANEXO II
(Em papel timbrado da empresa)
Modelo de proposta de inscrição no cadastro de serviços especializados –
Chamamento público nº¬_____
(adequar a área pretendida)
A ……….(razão social)………………...CNPJ:…………………………….situada no endereço:…………………………………………………..na cidade de ………………………..
vem manifestar seu interesse no credenciamento para prestação de serviços especializados de atenção a saúde de acordo com os critérios e condições estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº¬______Credenciamento de Serviços de Saúde, para prestação de serviços nas seguintes áreas:
Anexo_____ Quantidade de procedimentos/mês
(listar procedimentos conforme consta do edital)
Nome e CRM do médico responsável pela realização dos procedimentos:
Médico responsável pela empresa:
CRM do médico responsável:
RG do médico responsável:
CPF do médico responsável:
Data:
Assinatura do responsável
ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº ____/2018
Que entre si celebram, de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA, inscrito no CNPJ sob o n° 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, 4253, nesta cidade de Umuarama-PR, neste ato representado por seu Gestor e Secretária Municipal de Saúde, Srª CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA, brasileira, casada, enfermeira, inscrito no CPF sob nº 775.144.169-00, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.621.245-2 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa ____________________________, pessoa jurí¬dica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº ______________, com sede à Rua ___________, nº _____ – CEP: __________, na cidade de Umuarama-PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. ______________________, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº ____________/SSP-__ e inscrito no CPF sob o nº _______________, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama-PR, resolvem firmar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO: O presente contrato é decorrente no Processo de Inexigibilidade nº ____/2018, ratificado em ___ de __________ de 2018, publicado no jornal Umuarama Ilustrado no dia ___ de ___________ de 2018, edição nº ____, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, bem como pelo Decreto Municipal nº 029, de 23 de fevereiro de 2007.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de ________________ aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Umuarama, conforme Edital de Chamamento Público nº _____/2018 – Credenciamento de Serviços de Saúde, sendo que os atendimentos serão realizados em local pré determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, e todo material, insumos e recursos humanos necessários a sua realização serão de responsabilidade da contratada.
PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA realizará até ____ (_________) procedimentos (consultas, exames e ou atendimentos especializados) anuais, a um valor unitário de R$ ______ (__________________), perfazendo um valor anual de até R$ _______ (___________________).
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
Na execução do presente contrato, os partícipes deverão observar as seguintes condições gerais:
I - o acesso aos serviços do SUS faz-se exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde;
II - encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência;
III - gratuidade das ações e dos serviços de saúde executados, não podendo haver cobrança, aos usuários ou seus acompanhantes, de qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato;
IV - a eventual prescrição de medicamentos deve observar a Política Nacional de Medicamentos, conformando-se às listagens Municipal, Estadual e Federal;
V – a eventual prescrição de exames e procedimentos deve conformar-se àqueles preconizados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;
VI – as solicitações de exames, procedimentos e medicamentos não contemplados nos instrumentos referidos no inciso anterior, uma vez geradas pela CONTRATADA, passam a configurar como direito do usuário, e deverão ser atendidas exclusivamente pela CONTRATADA, sem expectativa de remuneração adicional pelo CONTRATANTE, a qualquer título;
VII - atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;
VIII - observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS;
IX - sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional e municipal do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde 8.080/90.
X - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para o Ministério da Saúde.
XI - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA o fornecimento de todos os insumos necessários à execução do objeto deste contrato, aí incluídos equipamentos, medicamentos, insumos, órteses, próteses e materiais comuns ou especiais, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.
XII - Os serviços serão prestados diretamente por profissionais da CONTRATADA, ou seja, por membro do seu corpo técnico e de profissionais, por profissional que tenha vínculo empregatício com a CONTRATADA ou por profissional autônomo, empresa, grupo, sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde e que prestem serviços à CONTRATADA.
CLÁUSULA QUARTA – DA INDICAÇÃO DO GESTOR: De acordo com os requisitos exigidos no artigo 2º, da Instrução Normativa nº 03/2009, de 22 de junho de 2009, da Divisão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Umuarama-PR, indica-se como gestor do presente contrato o Sr(a). _________________________, ocupante do cargo de _______________, portador do RG n° ___________/SSP-PR e inscrito no CPF sob o n° ____________.
CLÁUSULA QUINTA – A CONTRATADA realizará até ____ (__________) procedimentos (consultas, exames e ou atendimentos especializados) anuais, a um valor unitário de R$ ______ (___________________), perfazendo um valor anual de até R$ ________ (___________________), de acordo com os valores constantes na Tabela (SIA/SUS ou do Chamamento ____/2018).
Parágrafo Primeiro: Dos valores a que se refere esta cláusula, será abatido o montante devido a título de ISSQN, nos termos da Legislação Municipal em vigor;
Parágrafo Segundo: Caso o objeto deste contrato se enquadre na Legislação em vigor, o Município fará a retenção de 11% (onze por cento) de INSS sobre a mão de obra utilizada, nos termos da IN-SRP 03/2005, devendo, para apuração da base de cálculo, deduzir os valores relativos à utilização de equipamentos e materiais previstos neste contrato.
CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO:
1 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, e após a emissão da competente Nota Fiscal (fatura), que obrigatoriamente deverá vir acompanhada com um relatório contendo a qualificação completa (nome, endereço, RG e CPF) de todos os pacientes atendidos, bem como de todos os comprovantes (requisições) de autorização emitidos pela CONTRATANTE.
2 - As Notas Fiscais (faturas) que apresentarem incorreções ou as que não vierem acompanhadas da documentação exigida no item 01 desta cláusula, serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação da mesma.
3 - O pagamento será feito mediante depósito (crédito) em conta corrente em nome da CONTRATADA.
Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA deverá manter-se regularizada perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para que o CONTRATANTE possa efetuar os devidos pagamentos.
Parágrafo Segundo: O pagamento a que se refere esta cláusula fica condicionado à apresentação da CND (INSS) e CRF (FGTS) por parte da CONTRATADA.
CLAUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO:
I - O objeto da presente licitação será realizado conforme encaminhamento a ser efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde, não podendo exceder aos quantitativos/mês estabelecidos na Cláusula Quarta do presente contrato.
II - Os serviços ora contratados serão prestados diretamente pela CONTRATADA.
III - A execução do objeto dar-se-á segundo princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, regulamentados pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.
Parágrafo Primeiro: Sem prejuízo do acompanhamento, da regulação, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção municipal da Secretaria Municipal de Saúde, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.
Parágrafo Segundo: É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, devendo a mesma também arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.
Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA se eximirá da responsabilidade de prestar os serviços constantes no presente Contrato, na hipótese de ocorrer atraso superior a noventa (90) dias no pagamento devido pelo CONTRATANTE, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou as situações de urgência e/ou emergência.
Parágrafo Quarto: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer ao paciente, demonstrativo dos valores pagos pela Secretaria Municipal de Saúde, pelo seu atendimento, quando solicitado.
CLÁUSULA OITAVA - OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
A CONTRATADA ainda se obriga a:
I - Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico;
II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
III - Atender aos pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
IV - Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional decorrente deste contrato;
CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA:
A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticadas pelo profissional e seus empregados, ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de regresso.
PARÁGRAFO ÚNICO: A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.
CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de ___ (_____) meses, com início no dia ___ de _________ de 2018 e com término previsto para o dia ____ de _________ de 201__, podendo, contudo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto na Lei nº 8.666/93, se for de interesse do CONTRATANTE.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Para cobertura das despesas do presente contrato, os recursos correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
Dotação Orçamentária – Recursos Próprios / Recurso Estadual / Recurso Federal
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os valores pactuados neste Contrato serão pagos da seguinte forma:
I - A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados no mês anterior, constantes na Cláusula Quinta do presente Contrato. Após a validação dos documentos, por parte do CONTRATANTE, a CONTRATADA receberá até o décimo quinto (15º) dia útil, 100% (cem por cento) dos serviços prestados e produzidos no último mês.
II - O CONTRATANTE, após revisão dos documentos, os encaminhará à Secretaria Municipal de Fazenda, para que esta efetue o pagamento do valor finalmente apurado, até o 15º dia útil do mês subsequente à prestação de serviços;
III - Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento será entregue à CONTRATADA recibo, assinado ou rubricado pelo servidor do CONTRATANTE, com aposição do respectivo, carimbo funcional.
IV - As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados serão devolvidas à CONTRATADA para as correções cabíveis, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo ser representadas até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo.
V - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá a CONTRATADA, o pagamento no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver, no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria Municipal de Saúde exonerada do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os critérios da CONTRATADA.
VI - As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos órgãos de controle, avaliação e auditoria da Secretaria Municipal de Saúde.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE DO PREÇO: Os valores estipulados serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos aos valores constantes na Tabela SIA/SUS, em conformidade com os índices repassados pelo Ministério da Saúde, garantido sempre o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do Art. 26, da Lei nº 8.080/90 e das normas gerais da legislação atinente às licitações e contratos administrativos.
PARÁGRAFO ÚNICO: Os reajustes dependerão de Termo Aditivo, sendo necessário anotar no processo administrativo da CONTRATANTE a origem e autorização do reajuste e os respectivos cálculos.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO: A execução do presente contrato será avaliada pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Saúde, mediante procedimentos de supervisão, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, a verificação do movimento dos atendimentos e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados, bem como ao efetivo cumprimento do Plano Operativo anexo.
Parágrafo Primeiro: Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.
Parágrafo Segundo: A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE sobre os serviços contratados, não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades perante o próprio CONTRATANTE, ou para com os pacientes ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.
Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, e prestará todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados.
Parágrafo Quarto: Em qualquer hipótese estará assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos moldes da legislação em vigor.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES: Fica a CONTRATADA, sujeita a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente às licitações e contratos administrativos, assegurado o direito à ampla defesa.
PARÁGRAFO ÚNICO: O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA.
CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:
O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução dos contratos financiados pelo Banco . Em consequência desta política, o Banco:
a)define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:
(i)“prática corrupta” : significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
(ii)“prática fraudulenta” : significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
(iii)“prática colusiva” : significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
(iv)“prática coercitiva” : significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
(v)“prática obstrutiva”: significa:
(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva, e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou
(bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:
a)Rejeitará uma proposta de outorga que determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;
b)Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
c)Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco , inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;
d)Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.
Parágrafo Único: O disposto acima se aplicará a todos os processos que envolvam recursos de nível federal, estadual e municipal, ou de quaisquer outras entidades, fazendo-se inclusive valer quando da hipótese de financiamento, parcial ou integral, mediante adiantamento ou reembolso. Ainda permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas, possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.
CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO: Constituem motivos para rescisão do presente Contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente às licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas cominadas na Cláusula Décima Quarta.
Parágrafo Único: Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de (60) sessenta dias para a ocorrência de tal rescisão. Se durante este período, a CONTRATADA cometer qualquer infração, seja ela causada por culpa ou dolo, que trague prejuízo à prestação dos serviços contratados, a multa cabível poderá ser duplicada.
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES: Qualquer alteração do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, em atendimento à legislação referente às licitações e contratos administrativos, exceção feita à alteração prevista no parágrafo único da Cláusula Décima Segunda do presente Contrato.
CLAUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO: As partes elegem o Foro da Comarca de Umuarama-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.
Justas e contratadas, as partes firmam este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.
Umuarama, ___ de _________ de 2018.
CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde
CONTRATANTE
Empresa Prestadora dos Serviços
CONTRATADA
TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 12/2018
DO ADMITIDO NO REGIME CLT – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 006/2018
Objeto do Edital nº 32/2018 de 02 de julho de 2018 – 4ª Chamada
SERVENTE GERAL - 40 HORAS SEMANAIS
Class.NomeLotaçãoAdmissãoCTPSSalário
35ºPatrik Hendrik Souza da SilvaSecretaria Municipal de Serviços Públicos17/07/20183841683 – 0040-PRR$ 1.185,66
PAÇO MUNICIPAL, Umuarama, 09 de julho de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE CONTRATOS
Contrato de Compra n° 198/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratado: V. L. DA CRUZ – ME
Objeto: Contratação de empresa, para o fornecimento parcelado de produtos de limpeza, para atender a demanda das Secretarias da Prefeitura de Umuarama.
Valor Total: R$ 11.670,00 (onze mil seiscentos e setenta reais).
Vigência: 22/06/2018 a 22/06/2019.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Pregão Presencial n° 072/2018 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.984/2018, em 20 de junho de 2018, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, em 22 de junho de 2018, edição nº. 11.294, que integram o presente Termo e na Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, bem como demais alterações posteriores.
Umuarama, 11 de julho de 2018.
Everaldo Marcos Navarro
Secretário Municipal de Administração (Designado)

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS

Termo Aditivo 002 ao Contrato 097/2017
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: ASIL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA – EPP
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do respectivo contrato para até o dia 19 de outubro de 2018.
Cláusula Segunda: Alteram-se o gestor de execução, passando a ser o Sr. CARLOS ALBERTO DE ASSIS, inscrito no CPF sob nº 844.365.309-49, Diretor dos Serviços Públicos, do Município de Umuarama/PR.
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradasData: 20/06/2018.
Data: 20/06/2018.

Termo Aditivo 001 ao Contrato 101/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do respectivo contrato para até 06 de outubro de 2018.
Cláusula Segunda: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
E, por assim estarem de pleno acordo, firmado o presente Termo Aditivo 001 ao Contrato nº. 101/2018, elaborado em 04 (quatro) vias, de igual teor e formar, que vai assinado pelas partes contratantes, na presença das testemunhas, para que produza seus legítimos efeitos de direitos.
Data: 30/05/2018.

Termo Aditivo 001 ao Contrato 048/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: NEUSA DA SILVA – ROBERTO SILVEIRA – ME
Cláusula Primeira: Fica aditado ao presente contrato o valor de R$ 29.937,60 (vinte e nove mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos), conforme descrição abaixo, perfazendo o valor deste termo, a contar do mês de maio, passando e atualizando o valor total do contrato de R$ 279.840,00 (duzentos e setenta e nove mil e oitocentos e quarenta reais), para até R$ 309.777,60 (trinta e nove mil, setecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos).
Cláusula Segunda: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
Cláusula Terceira:
Conforme Anexo II.
02.001.04.122.0000.2.003. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 11 - F: 1000
02.002.04.124.0002.2.007. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 22 - F: 1000
03.001.04.131.0002.2.008. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 35 - F: 1000
04.001.04.122.0002.2.009. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 45 - F: 1000
05.001.04.122.0002.2.012. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 60 - F: 1000
05.001.04.122.0002.2.088. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 64 - F: 1000
06.001.04.123.0002.2.019. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 75 - F: 1000
06.001.04.129.0002.2.017. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 87 - F: 510
07.001.04.121.0002.2.023. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 101 - F: 1000
07.001.16.122.0004.2.166. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 107 - F: 1000
07.002.16.482.0006.2.001. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 113 - F: 1000
08.001.15.451.0005.2.099. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 130 - F: 1000
09.001.04.121.0002.2.206. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 221 - F: 1000
10.001.15.452.0006.2.077. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 250 - F: 1000
11.001.15.452.0006.2.207. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 272 - F: 1000
12.001.22.122.0007.2.038. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 283 - F: 1000
12.002.22.661.0007.2.041. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 332 - F: 1000
13.001.18.541.0011.2.140. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 341 - F: 1000
13.001.18.541.0011.2.212. – ED: 3.3.90.39.00.00 – D: 350 - F: 511
13.001.20.122.0008.2.006. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 363 - F: 1000
13.001.20.608.0010.2.192. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 377 - F: 1000
14.001.08.122.0002.2.160. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 401 - F: 1000
14.001.08.243.0013.2.185. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 407 - F: 1000
14.001.08.244.0014.2.199. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 411 - F: 1000
14.001.14.422.0013.2.117. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 413 - F: 1000
14.001.14.422.0013.2.253. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 416 - F: 1000
14.002.08.241.0012.2.194. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 423 - F: 1000
15.001.08.243.0013.2.254. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 435 - F: 60079
15.001.08.243.0013.6.018. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 475 - F: 60080
15.001.08.244.0012.2.173. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 493 - F: 60074
15.001.08.244.0012.2.181. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 508 - F: 1000
15.001.08.244.0012.2.181. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 509 - F: 60075
15.001.08.244.0012.2.181. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 510 - F: 60076
15.001.08.244.0012.2.188. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 532 - F: 60074
15.001.08.244.0012.2.188. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 533 - F: 60076
15.001.08.244.0012.2.200. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 538 - F: 60075
16.001.08.243.0013.2.182. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 546 - F: 80
16.001.08.243.0013.2.182. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 547 - F: 1000
16.001.08.243.0013.2.255. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 558 - F: 80
16.001.08.243.0013.2.255. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 559 - F: 1000
17.001.08.244.0012.2.065. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 566 - F: 83
17.001.08.244.0012.2.065. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 567 - F: 1000
18.001.12.122.0015.2.100. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 584 - F: 104
18.001.12.361.0015.2.047. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 623 - F: 103
18.001.12.361.0015.2.047. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 624 - F: 104
18.001.12.361.0015.2.047. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 6235 - F: 107
18.001.12.361.0015.2.048. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 635 - F: 1000
18.001.12.364.0015.2.170. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 649 - F: 1000
18.001.12.365.0015.2.050. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 666 - F: 104
18.001.12.365.0015.1.139. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 652 - F: 1000
18.001.12.367.0015.2.052. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 690 - F: 104
18.001.12.365.0015.6.033. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 674 - F: 104
18.001.12.365.0015.6.037. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 676 - F: 104
19.001.06.181.0016.2.162. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 708 - F: 1000
19.002.26.125.0017.2.079. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 730 - F: 509
20.001.27.122.0019.2.163. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 761 - F: 1000
21.001.14.422.0020.2.010. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 788 - F: 1000
21.002.14.422.0020.2.115. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D: 797 - F: 77
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas
Data: 17/05/2018.
Umuarama, 11 de julho de 2018
Everaldo Marcos Navarro
Secretário Municipal de Administração (Designado)

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - CMMA

RESOLUÇÃO CMMA Nº 003 de 05 de Julho de 2018.
Autoriza a primeira etapa de pavimentação da estrada Jaborandi localizada na APA do Rio Piava.
O Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 1815, de 06 de dezembro de 1993, que criou o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA e a deliberação em Plenária da 125ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de Junho de 2018.
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovado o projeto de pavimentação da estrada Jaborandi, primeira etapa, numa extensão de 1.685 metros.
Art. 2º O poder publico devera observar o dimensionamento das caixas coletoras e curvas de níveis.
Art. 3º Que seja flexibilizado o tamanho dos caminhões para transportes dos produtos utilizados para á pavimentação.
Art. 4º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE. CUMPRA-SE
Umuarama, 25 de Junho de 2018.
Alcimar Crecêncio
Presidente do CMMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO N.º 11/2018
Dispõe sobre a apreciação e aprovação das contas apresentadas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 1º quadrimestre de 2018, compreendendo os meses de: janeiro, fevereiro, março e abril de 2018.
O Conselho Municipal de Saúde de Umuarama – CMS no uso das atribuições que lhe são atribuídas pelo art. 9º Inciso IX, Inciso X e Art. 14º do Inciso VII da Lei Municipal nº 2.311 de 06 de Novembro de 2.000, e pelo Art. 20 do seu Regimento Interno, considerando a deliberação da Plenária em assembleia geral extraordinária realizada no dia 29 de maio de 2.018.
Resolve:
Art. 1º Aprovar a PRESTAÇÃO DE CONTAS APRESENTADA REFERENTE AOS MESES DE JANEIRO á ABRIL de 2018, do Fundo Municipal de Saúde de Umuarama.
Umuarama, 19 de junho de 2018.
Francisco Arnaldo Fernandes
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Chefe do Poder Executivo Municipal, HOMOLOGO a Resolução nº 11/2018 do Conselho Municipal de Saúde de Umuarama, nos termos do Inciso 2º, art. 1º, da Lei 8.142, de 28 de Dezembro de 1.990, Resolução CNS nº 453/2012- quarta diretriz nos termos do inciso XII.
Celso Luiz Pozzobom
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO N.º 12/2018
Dispõe sobre a apreciação e aprovação do Descritivo da Aplicação dos Recursos do programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – VIGIASUS.
O Conselho Municipal de Saúde de Umuarama – CMS no uso das atribuições que lhe são atribuídas pelo art. 9º Inciso IX, Inciso X e Art. 14º do Inciso VII da Lei Municipal nº 2.311 de 06 de Novembro de 2.000, e pelo Art. 20 do seu Regimento Interno, considerando a deliberação da Plenária em assembleia geral extraordinária realizada no dia 10 de julho de 2.018.
Resolve:
Art. 1º Aprovar o Descritivo da Aplicação dos Recursos do programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – VIGIASUS do Estado do Paraná referente às Resoluções SESA/PR nº 616/2015, nº 1205/2017 e nº 403/2017.
Umuarama, 11 de julho de 2018.
Francisco Arnaldo Fernandes
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Chefe do Poder Executivo Municipal, HOMOLOGO a Resolução nº 12/2018 do Conselho Municipal de Saúde de Umuarama, nos termos do Inciso 2º, art. 1º, da Lei 8.142, de 28 de Dezembro de 1.990, Resolução CNS nº 453/2012- quarta diretriz nos termos do inciso XII.
Celso Luiz Pozzobom
Prefeito

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Prefeitura Municipal de Umuarama, inscrita sob o CNPJ 76.247.378/0001-56 torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para Oficina Mecânica Pesada e Leve instalada no Pátio de Máquinas Municipal, localizado na Rodovia PR-487, km 01, saída para Serra dos Dourados, Umuarama, Paraná.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Prefeitura Municipal de Umuarama, inscrita sob o CNPJ 76.247.378/0001-56 torna público que recebeu do IAP, a Licença de Operação para Oficina Mecânica Pesada e Leve instalada no Pátio de Máquinas Municipal, localizado na Rodovia PR-487, km 01, saída para Serra dos Dourados, Umuarama, Paraná.

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
Exercício: 2018
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 146 / 2018

No dia 23 de maio de 2018, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 5993 / 2018**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:
IRACEMA ALVES MARQUES, inscrito(a) no **CPF Nº. 774.280.489-15,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0003 Lote 0004, RESIDENCIAL PORTO SEGURO, RUA PROJETADA A, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 4252900.**

Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto no art. 11, *caput* e seu § 1°, da Lei Complementar 129/04, c/c art. 1°, da Lei 2104/98, culminando na penalidade prevista no § 1°, do art. 165 da mesma Lei Complementar n°129/04, c/c § 3°, do art. 2°, da Lei 2.104/98 com alteração dada pela Lei 2.915/06, alterada pela Lei 3.351/09.

Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 534,59 (Quinhentos e Trinta e Quatro Reais e Cinquenta e Nove Centavos)**, nos termos dos artigos 156 e 165, da Lei Complementar 129/2004 e § 3°, do art. 2°, da Lei 2.104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06 e pela Lei 3.351/09.

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 07 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 169, da mesma Lei Complementar 129/04.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme § 4° do Art. 2 da Lei Municipal n° 2104/98, alterada pela Lei Municipal n° 2915/06.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Umuarama, terça-feira, 10 de julho de 2018.

Fiscal

MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal
CPF: 154.398.101-10

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

AUTO DE INFRAÇÃO: **146 / 2018** CADASTRO: **1-4252900** ZONA: **0000** QUADRA: **0003** LOTE: **0004**

CONTRIBUINTE: IRACEMA ALVES MARQUES - CPF/CNPJ: 774.280.489-15
ENDEREÇO: AV GOV PARIGOT DE SOUZA, Nº 3115, CEP: 87500000 - ZONA 1 - UMUARAMA-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
Exercício: 2018
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 153 / 2018

No dia 24 de maio de 2018, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 6021 / 2018**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:
ISOLINA SOARES DA FONSECA, inscrito(a) no **CPF Nº. 062.925.009-00,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0018 Lote 018C, ZONA 7, RUA CAMAQUA, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 776530.**

Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto no art. 11, *caput* e seu § 1°, da Lei Complementar 129/04, c/c art. 1°, da Lei 2104/98, culminando na penalidade prevista no § 1°, do art. 165 da mesma Lei Complementar n°129/04, c/c § 3°, do art. 2°, da Lei 2.104/98 com alteração dada pela Lei 2.915/06, alterada pela Lei 3.351/09.

Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 534,59 (Quinhentos e Trinta e Quatro Reais e Cinquenta e Nove Centavos)**, nos termos dos artigos 156 e 165, da Lei Complementar 129/2004 e § 3°, do art. 2°, da Lei 2.104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06 e pela Lei 3.351/09.

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 07 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 169, da mesma Lei Complementar 129/04.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme § 4° do Art. 2 da Lei Municipal n° 2104/98, alterada pela Lei Municipal n° 2915/06.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Umuarama, terça-feira, 10 de julho de 2018.

Fiscal

MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal
CPF: 154.398.101-10

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

AUTO DE INFRAÇÃO: **153 / 2018** CADASTRO: **1-776530** ZONA: **0000** QUADRA: **0018** LOTE: **018C**

CONTRIBUINTE: ISOLINA SOARES DA FONSECA - CPF/CNPJ: 062.925.009-00
ENDEREÇO: RUA TURIACU, Nº 1111, CEP: 87503450 - ZONA 7 - UMUARAMA-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
Exercício: 2018
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 160 / 2018

No dia 24 de maio de 2018, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 6031 / 2018**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:
KEROLI BERNARDO DE SÁ, inscrito(a) no **CPF Nº. 094.201.979-21,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0005 Lote 0062, PARQUE IBIRAPUERA, RUA CLOVES OLIVEIRA, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 5013400.**

Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto no art. 11, *caput* e seu § 1°, da Lei Complementar 129/04, c/c art. 1°, da Lei 2104/98, culminando na penalidade prevista no § 1°, do art. 165 da mesma Lei Complementar n°129/04, c/c § 3°, do art. 2°, da Lei 2.104/98 com alteração dada pela Lei 2.915/06, alterada pela Lei 3.351/09.

Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 534,59 (Quinhentos e Trinta e Quatro Reais e Cinquenta e Nove Centavos)**, nos termos dos artigos 156 e 165, da Lei Complementar 129/2004 e § 3°, do art. 2°, da Lei 2.104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06 e pela Lei 3.351/09.

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 07 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 169, da mesma Lei Complementar 129/04.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme § 4° do Art. 2 da Lei Municipal n° 2104/98, alterada pela Lei Municipal n° 2915/06.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Umuarama, terça-feira, 10 de julho de 2018.

Fiscal

MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal
CPF: 154.398.101-10

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

AUTO DE INFRAÇÃO: **160 / 2018** CADASTRO: **1-5013400** ZONA: **0000** QUADRA: **0005** LOTE: **0062**

CONTRIBUINTE: KEROLI BERNARDO DE SÁ - CPF/CNPJ: 094.201.979-21
ENDEREÇO: RUA DAS BEGONIAS, Nº 4666, CEP: 87609625 - PARQUE DAS JABOTICABEIRAS - UMUARAMA-PR

CONTRIBUINTE: C F IMOVEIS LTDA - CPF/CNPJ: 09.262.727/0001-11
ENDEREÇO: RUA FLOR DE IPE, Nº 1613, CEP: 87509580 - PARQUE DAS JABOTICABEIRAS - UMUARAMA-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
Exercício: 2018
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 164 / 2018

No dia 24 de maio de 2018, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 6040 / 2018**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:
SANDRA REGINA DE CARVALHO GOMES, inscrito(a) no **CPF Nº. 047.378.429-74,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0014 Lote 0003, PARQUE DOS BANDEIRANTES, RUA HERMENEGILDO STECCA, nº. 2274,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 3312700.**

Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto no art. 11, *caput* e seu § 1°, da Lei Complementar 129/04, c/c art. 1°, da Lei 2104/98, culminando na penalidade prevista no § 1°, do art. 165 da mesma Lei Complementar n°129/04, c/c § 3°, do art. 2°, da Lei 2.104/98 com alteração dada pela Lei 2.915/06, alterada pela Lei 3.351/09.

Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 534,59 (Quinhentos e Trinta e Quatro Reais e Cinquenta e Nove Centavos)**, nos termos dos artigos 156 e 165, da Lei Complementar 129/2004 e § 3°, do art. 2°, da Lei 2.104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06 e pela Lei 3.351/09.

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 07 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 169, da mesma Lei Complementar 129/04.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme § 4° do Art. 2 da Lei Municipal n° 2104/98, alterada pela Lei Municipal n° 2915/06.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Umuarama, quarta-feira, 11 de julho de 2018.

Fiscal

MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal
CPF: 154.398.101-10

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

AUTO DE INFRAÇÃO: **164 / 2018** CADASTRO: **1-3312700** ZONA: **0000** QUADRA: **0014** LOTE: **0003**

CONTRIBUINTE: SANDRA REGINA DE CARVALHO GOMES - CPF/CNPJ: 047.378.429-74
ENDEREÇO: RUA LEONILDO STECCA, Nº 2589, CEP: 87504580 - JARDIM CRUZEIRO - UMUARAMA-PR

CONTRIBUINTE: FRANÇOLIN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - CPF/CNPJ: 02.484.398/0001-04
ENDEREÇO: RUA AV. DR . ANGELO MOREIRA DA FONSECA, Nº 1035, CEP: - ZONA 07 - UMUARAMA-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
Exercício: 2018
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 166 / 2018

No dia 24 de maio de 2018, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao **processo administrativo protocolado sob n°. 6042 / 2018**, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:

Sujeito Passivo:
ANITA DOS SANTOS SILVA, inscrito(a) no **CPF Nº. 608.493.719-53,** legítimo(a) proprietário(a), possuidor(a) ou seu sucessor(a) do imóvel, sito **Quadra 0002 Lote 0030, PARQUE ALTO DA PARANA, RUA MIGUEL SERRANO BRUNO, nº. S/Nº,** nesta cidade, cadastrado como contribuinte Imobiliário **n°. 3803200.**

Da Infração:
Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto no art. 11, *caput* e seu § 1°, da Lei Complementar 129/04, c/c art. 1°, da Lei 2104/98, culminando na penalidade prevista no § 1°, do art. 165 da mesma Lei Complementar n°129/04, c/c § 3°, do art. 2°, da Lei 2.104/98 com alteração dada pela Lei 2.915/06, alterada pela Lei 3.351/09.

Da Penalidade Pecuniária:
Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito **AUTUADO,** pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **R$ 534,59 (Quinhentos e Trinta e Quatro Reais e Cinquenta e Nove Centavos)**, nos termos dos artigos 156 e 165, da Lei Complementar 129/2004 e § 3°, do art. 2°, da Lei 2.104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06 e pela Lei 3.351/09.

Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 07 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 169, da mesma Lei Complementar 129/04.

Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinqüenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme § 4° do Art. 2 da Lei Municipal n° 2104/98, alterada pela Lei Municipal n° 2915/06.

Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Umuarama, quarta-feira, 11 de julho de 2018.

Fiscal

MIGUEL AFONSO RIBEIRO
Fiscal
CPF: 154.398.101-10

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta 9912301009/2012-DR/PR UMUARAMA PREF. MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CORREIOS

AUTO DE INFRAÇÃO: **166 / 2018** CADASTRO: **1-3803200** ZONA: **0000** QUADRA: **0002** LOTE: **0030**

CONTRIBUINTE: ANITA DOS SANTOS SILVA - CPF/CNPJ: 608.493.719-53
ENDEREÇO: RUA JOÃO PESSOA, Nº 1169, CEP: 13454375 - PLANALTO DO SOL - SANTA BÁRBARA DOESTE-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATE

** Elotech **
11/07/2018
Pág. 1/2

Estado do Paraná **CNPJ 95.640.553/0001-15**

Exercício: 2018

Decreto nº 131/2018 de 29/06/2018

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 717/2017 de 19/12/2017.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 191.000,00 (cento e noventa e um mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

03	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**	
03.001	**COORDENAÇÃO GERAL S.A.F**	
03.001.04.122.0002.2.111.	**ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - MANUTENCAO DA ESTRUTURA**	
32 - 3.3.90.47.00.00	01504 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00
04	**SECR DA EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E LAZER**	
04.001	**COORDENAÇÃO GERAL S.E.E.C.L.**	
04.001.12.361.0006.2.104.	**MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**	
57 - 3.1.90.11.00.00	01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	145.000,00
04.001.12.367.0006.2.084.	**REPASSES DE RECURSOS FINANCEIRO A APAE DE IVATÉ**	
124 - 3.3.50.43.00.00	01000 SUBVENÇÕES SOCIAIS	29.700,00
04.003	**COORDENAÇÃO GERAL DO ESPORTE, CULTURA E LAZER**	
04.003.27.812.0007.2.038.	**MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA DIVISAO DE ESPORTE**	
148 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.300,00
	Total Suplementação:	**191.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

05	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S**	
05.002	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S**	
05.002.10.301.0008.2.043.	**MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BASICA**	
164 - 3.1.90.11.00.00	01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	70.000,00
187 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	120.000,00
11	**SECR DE SERV. PUBLICOS E RODOVIARIOS**	
11.001	**SERV. PUBLICOS E RODOVIARIOS**	
11.001.15.452.0004.2.113.	**OBRAS, SERVICOS URBANOS E RODOVIARIOS - MANUTENCAO DA E**	
403 - 3.3.90.30.00.00	01504 MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
	Total Redução:	**191.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de IVATÉ , em 29/06/2018.

UNIVALDO CAMPANER
PREFEITO

SERGIO SABINO
Secretario de Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 009/2018 – PMU
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA - ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 13 de agosto do ano de 2018, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Umuarama, situada na Av. Rio Branco n° 3717 - Centro Cívico em Umuarama , Paraná, Brasil, CONCORRÊNCIA, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):
Local do objeto
Objeto
Quantidade e unidade de medidaPrazo de execução
(dias)
Rua Projetada K Parque Residencial InterlagosConclusão construção Terminal Rodoviário Intermunicipal7.344,56 m²330

ACESF - ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS

Termo aditivo 001 ao Contrato nº 007/2017
Contratante: ACESF - Administração de Cemitérios e Serviços Funerários
Contratado: SETA ARTIGOS FUNERÁRIOS LTDA – ME
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do respectivo contrato para até o dia 19 de setembro de 2018.
Cláusula Segunda: Fica aditado ao presente contrato, o valor de R$ 12.126,00 (doze mil cento e vinte seis reais), conforme o Anexo I, perfazendo o valor deste termo, passando e atualizando o valor total do contrato de R$ 50.816,00 (cinqüenta mil e oitocentos e dezesseis reais), para até R$ 62.942,00 (sessenta e dois mil novecentos e quarenta e dois reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
40.001.23.692.0021.3.108 – ED: 4.5.90.62.00.00 – D: 19 – F: 76
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 30/05/2018.
Umuarama, 11 de Julho de 2018
Everaldo Marcos Navarro
Secretário Municipal de Administração (Designado)

Página: 1
10/07/2018 12:52

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio - PR
Cronograma de Execução Mensal de Desembolso
Artigo 8º da LC n.º 101/2000 (LRF)
Janeiro a Junho/2018

DESPESAS	Janeiro / Julho	Fevereiro / Agosto	Março / Setembro	Abril / Outubro	Maio / Novembro	Junho / Dezembro	Total Cronograma Desembolso	Fixação Atualizada
Unidade Gestora: 0 - PREFEITURA MUNICIPAL								
Despesas Correntes							-	**20.382.035,81**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	869.693,22	872.631,97	1.098.936,98	865.536,98	1.247.236,98	963.336,98		
	865.536,98	865.536,98	865.536,98	865.536,98	865.536,98	865.536,98	11.110.594,99	11.110.594,99
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.555,00	12.495,00	2.495,00	12.495,00	-17.505,00	-16.505,00		
	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	81.000,00	81.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	654.659,55	1.446.573,40	904.470,56	912.421,95	560.430,95	802.698,71		
	651.530,95	651.530,95	651.530,95	651.530,95	651.530,95	651.530,95	9.190.440,82	9.190.440,82
Despesas de Capital							-	**3.114.447,40**
INVESTIMENTOS	333.109,26	798.580,98	-117.982,66	403.392,34	-213.082,66	-189.673,90		
	331.517,34	331.517,34	331.517,34	331.517,34	331.517,34	331.517,34	3.003.447,40	3.003.447,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	16.740,00	16.660,00	-8.340,00	16.660,00	-13.340,00	-17.340,00		
	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	111.000,00	111.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.718,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00		
	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	140.000,00	140.000,00
Total da Unidade Gestora 0	**1.898.475,03**	**3.158.603,35**	**1.891.241,88**	**2.222.168,27**	**1.575.402,27**	**1.554.178,79**		
	1.889.402,27	**1.889.402,27**	**1.889.402,27**	**1.889.402,27**	**1.889.402,27**	**1.889.402,27**	**23.636.483,21**	**23.636.483,21**
Unidade Gestora: 3 - FUNDO MU. SAÚDE DE S.JORGE DO PATROCINIO								
Despesas Correntes							-	**7.941.083,40**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	245.324,70	244.152,30	314.152,30	244.152,30	558.152,30	281.352,30		
	244.152,30	244.152,30	244.152,30	244.152,30	244.152,30	244.152,30	3.352.200,00	3.352.200,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	390.991,65	506.600,78	332.409,85	329.409,85	329.409,85	723.602,32		
	329.409,85	329.409,85	329.409,85	329.409,85	329.409,85	329.409,85	4.588.883,40	4.588.883,40
Despesas de Capital							-	**872.666,16**
INVESTIMENTOS	-42.741,06	275.609,28	14.184,83	17.201,43	17.176,46	488.176,46		

PRONIM PL - Emissão: 10/07/2018 às 12h52min - Duração: 0h00m12seg (2)

Página: 2
10/07/2018 12:52

Prefeitura Munic.Sao Jorge do Patrocinio - PR
Cronograma de Execução Mensal de Desembolso
Artigo 8º da LC n.º 101/2000 (LRF)
Janeiro a Junho/2018

DESPESAS	Janeiro / Julho	Fevereiro / Agosto	Março / Setembro	Abril / Outubro	Maio / Novembro	Junho / Dezembro	Total Cronograma Desembolso	Fixação Atualizada
INVESTIMENTOS	17.176,46	17.176,46	17.176,46	17.176,46	17.176,46	17.176,46	872.666,16	872.666,16
Total da Unidade Gestora 3	**593.575,29**	**1.026.362,36**	**660.746,98**	**590.763,58**	**904.738,61**	**1.493.131,08**		
	590.738,61	**590.738,61**	**590.738,61**	**590.738,61**	**590.738,61**	**590.738,61**	**8.813.749,56**	**8.813.749,56**
TOTAL GERAL	2.492.050,32	4.184.965,71	2.551.988,86	2.812.931,85	2.480.140,88	3.047.309,87		
	2.480.140,88	2.480.140,88	2.480.140,88	2.480.140,88	2.480.140,88	2.480.140,88	32.450.232,77	32.450.232,77

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS
Termo Aditivo 006 ao Contrato N° 079/2014
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: TEIXEIRA & MAGERL LTDA - ME
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 30 de setembro de 2018.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal do contrato de até R$ 3.947,38 (três mil novecentos e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos), perfazendo o valor deste termo em até R$ 11.842,14 (onze mil oitocentos e quarenta e dois reais e quatorze centavos).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:211 – F: 494
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:101 – F: 1
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:102 – F: 303
70.001.10.301.0024.2.145 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:68 – F:1
Cláusula Quarta: Alteram-se o gestor do contrato do presente contrato para o Sr. JOSÉ ANTONIO DE NASCIMENTO JÚNIOR, inscrito no CPF sob nº 430.324.618-20, Assessor Especial II-CC-04, e fica alterado como fiscal de contrato o Sr ELIZEU AMPESSAN, inscrito no CPF sob nº 941.128.949-53, Coordenador da Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama - Pr.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 28/06/2018.
Termo Aditivo 001 ao Contrato N° 049/2017
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ODONTOSUL LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 31 de agosto de 2018.
Cláusula Segunda: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 25/05/2018.
Termo Aditivo 001 ao Contrato N° 161/2017
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: CHAIN & MARTINS LTDA - EPP
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 24 de outubro de 2019.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual do contrato de R$ 12.000,00 (doze mil reais), perfazendo o valor total deste termo em até R$ 12.000,00 (doze mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:211 – F:494
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:101 – F:1
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:102 – F:303
Cláusula Quarta: Altera-se o gestor de contrato para o Sr. Arildo Gonçalves Ferreira, inscrito no CPF sob n° 851.346.789-87 Assistente Administrativo, e altera-se o fiscal de contrato para a Sra. Genir Raimunda Del Conte Martins, Auxiliar de Serviços, inscrita no CPF sob n° 209.289.989-91.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 04/07/2018.
Termo Aditivo 001 ao Contrato N° 167/2017
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: M. A. GARCIA CLINICA EIRELI - ME
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 24 de outubro de 2019.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual do contrato de R$ 252.000,00 (duzentos e cinqüenta e dois mil reais), perfazendo o valor total deste termo em até R$ 252.000,00 (duzentos e cinqüenta e dois mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:211 – F:494
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:101 – F:1
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:102 – F:303
Cláusula Quarta: Altera-se o gestor de contrato para o Sr. Arildo Gonçalves Ferreira, inscrito no CPF sob n° 851.346.789-87 Assistente Administrativo, e altera-se o fiscal de contrato para a Sra. Genir Raimunda Del Conte Martins, Auxiliar de Serviços, inscrita no CPF sob n° 209.289.989-91.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 04/07/2018.
Termo Aditivo 001 ao Contrato N° 158/2017
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: TATHIANA QUIRINO AZUMA & CIA LTDA - ME
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 24 de outubro de 2019.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual do contrato de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), perfazendo o valor total deste termo em até R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:211 – F:494
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:101 – F:1
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:102 – F:303
Cláusula Quarta: Altera-se o gestor de contrato para o Sr. Arildo Gonçalves Ferreira, inscrito no CPF sob n° 851.346.789-87 Assistente Administrativo, e altera-se o fiscal de contrato para a Sra. Genir Raimunda Del Conte Martins, Auxiliar de Serviços, inscrita no CPF sob n° 209.289.989-91.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 04/07/2018.
Termo Aditivo 001 ao Contrato N° 160/2017
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: A. T. MEYER & CIA LTDA - EPP
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 24 de outubro de 2019.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual do contrato de até R$ 6.540,00 (seis mil e quinhentos e quarenta reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 6.540,00 (seis mil e quinhentos e quarenta reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:211 – F: 494
Cláusula Quarta: Altera-se o gestor de contrato para o Sr. Arildo Gonçalves Ferreira, inscrito no CPF sob n° 851.346.789-87 Assistente Administrativo, e altera-se o fiscal de contrato para a Sra. Genir Raimunda Del Conte Martins, Auxiliar de Serviços, inscrita no CPF sob n° 209.289.989-91.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 19/06/2018.
Umuarama, 11 de julho de 2018.
Everaldo Marcos Navarro
Secretário Municipal de Administração (Designado)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2018
SÚMULA: Institui o Controle de Uso de Droga e de Bebida Alcoólica aos servidores públicos de qualquer regime jurídico do Município de Cruzeiro do Oeste-PR e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITA MUNICIPAL, PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º- Instituir o Controle de Uso de Droga e de Bebida Alcoólica aos servidores públicos de qualquer regime jurídico do Município de Cruzeiro do Oeste-PR.
Art. 2º- Será utilizado o Teste de Etilômetro “Bafômetro” a ser aplicado aos servidores municipais detentor dos cargos de motorista, operador de máquinas, entre outros, se houver necessidade à submissão compulsória a estes servidores.
§ 1º - O teste instituído por esta Lei poderá ser aplicado, diária ou periodicamente, por servidor designado para esse fim, com ampla ciência do servidor.
§ 2º - Caso o servidor estiver com sinais visíveis de embriaguez, tais como: como odor de álcool, olhos avermelhados, dificuldade de equilíbrio, fala alterada, entre outros, e se recusar a se submeter ao exame, poderá receber advertência disciplinar e sofrer as sanções pertinentes com base em prova testemunhal e/ou em filmagens ou fotografias.
§ 3º - Quando houver encaminhamento do servidor para a realização do exame de sangue ou exame clínico, não será necessário aguardar o resultado desses exames para fins de atuação do processo administrativo.
§ 4º - A confirmação da alteração da capacidade psicomotora em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência dar-se-á por meio de, pelo menos, um dos seguintes procedimentos a serem realizados no servidor:
I – Exame de sangue;
II – Exames realizados por laboratórios especializados, indicados pelo órgão, ou pela Polícia Militar, em caso de consumo de outras substâncias psicoativas que determinem dependência;
III – Também poderão ser utilizados prova testemunhal, imagem, vídeo ou qualquer outro meio de prova em direito admitido;
IV - Teste em aparelho destinado à medição do teor alcoólico no ar alveolar (etilômetro).
Art. 3º - Acrescenta-se o inciso XIX ao art. 201 da Lei Complementar nº 006/2005 (Estatuto do Servidor Público) que estabelece as proibições ao servidor, com a seguinte redação:
Art. 201: Ao servidor é proibido:
[...]
XIX - embriaguez ou uso de outra substância psicoativa que determine dependência e que interfira no desenvolvimento do trabalho.
Parágrafo único: No caso do inciso XIX aplica-se a Lei Complementar que institui o Controle de Uso de Droga e de Bebida Alcoólica.
Art. 4º - As condutas previstas nesta lei serão constatadas por concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligramas de álcool por litro de ar alveolar.
Art. 4º- A - O servidor que infringir os dispositivos contidos nesta lei, será oportunizado, após triagem, tratamento municipal especializado para recuperação da dependência alcoólica e de substâncias psicoativas, e após duas tentativas na recuperação ainda persistir a dependência com a reincidência de fatos análogos, o servidor poderá ser encaminhado para eventual benefício auxílio doença.
Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 (ONZE) DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
Prefeita Municipal Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2018
Ementa: Dispõe sobre a criação de Cargos de Provimento em Comissão da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.
A CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, EU, PREFEITA MUNICIPAL INTERINA, PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica criado os cargos de provimento em comissão conforme ANEXO I da presente Lei, sendo: 01 (uma) vaga para Assessor Jurídico, 01 (uma) vaga para Assessor Parlamentar e 01 (uma) vaga para Asssessor de Imprensa.
Art. 2º Para o desempenho das atividades dos cargos de provimento em comissão constante no ANEXO I, desta Lei, deverá ser obedecida à lotação, simbologia número de vagas, carga horária e habilitação nos anexos fixados.
Art. 3º Os Cargos de Provimento em Comissão da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste são de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Câmara, e serão destinados exclusivamente para os encargos de assessoramento.
Art. 4º Para os efeitos legais, as remunerações dos cargos de provimento em comissão, somente poderão ser alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso.
Art. 5º As atribuições dos Cargos em Comissão são as constantes do ANEXO - II, desta Lei.
Art. 6º Os vencimentos dos cargos de provimento em Comissão que trata a presente Lei constarão do ANEXO V, denominada Tabela de Vencimentos dos Cargos em Comissão, aprovada por Lei específica, de iniciativa do Poder Legislativo, sendo a Lei Complementar nº 005/2015 e demais alterações.
Art. 7º Os ocupantes dos Cargos em Comissão do Poder Legislativo Municipal de Cruzeiro do Oeste usufruirão de 30 (trinta) dias de férias anuais acrescida do 1/3 Constitucional e 13º salário sendo a gratificação natalina.
Art. 8º Ocorrendo falta grave e/ou inobservância dos deveres e proibição, ficam os detentores dos cargos em comissão sujeitos às penalidades estatutárias, em especial ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cruzeiro do Oeste - PR, quando haverá a destituição do cargo em comissão, para todos os efeitos legais.
Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 (ONZE) DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
Prefeita Municipal Interina